

**GERCIMAR MARTINS & GILSON AZEVEDO**  
( Organizadores )

# **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

**Novos Desafios para o Século XXI**





# **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

*Novos Desafios para o Século XXI*

**NOTA:** Dado o carácter interdisciplinar desta Obra, os textos publicados respeitam as normas e técnicas bibliográficas utilizadas por cada autor.

A responsabilidade pelo conteúdo dos textos desta obra é dos respectivos autores e autoras, isentando os Organizadores e a Editora com as ideias publicadas.

© **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos. A violação dos direitos é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

Gercimar Martins  
Gilson Azevedo  
*Organizadores*

# **EDUCAÇÃO SUPERIOR**

*Novos Desafios para o Século XXI*

1<sup>a</sup>. Edição

Quirinópolis - GO  
Editora IGM  
2020

Copyright © Editora IGM 2020

*Todos os direitos reservados*

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos. A violação dos direitos é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

### **Capa, Projeto Gráfico e Editoração**

Editora IGM

### **Editor responsável**

Gercimar Martins Cabral Costa

### **Impressão**

Gráfica Parceira

### **CORPO EDITORIAL**

Dr. Gilson Xavier de Azevedo

Dr. Helieder Côrtes Freitas

Dr. Marcos Roberto da Silva

Dr. Robson Assis Paniago

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

E24

Educação superior: novos desafios para o século XXI / Gercimar Martins Cabral Costa; Gilson Xavier de Azevedo (Organizadores). – Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.

168 p. : il. ; 23 cm

ISBN: 978-65-87038-17-9

1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Metodologias Ativas.  
I. Título.

CDU: 37

© 2020

Proibida a reprodução total ou parcial nos termos da lei.

Impresso no Brasil.

# Sumário

## **CAPÍTULO I ..... 9**

### **O QUE OS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR TÊM A DIZER SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS?**

**KATIA ALEXANDRA DE GODOI E SILVA**  
**ALISANDRA CAVALCANTE FERNANDES DE ALMEIDA**  
**FLAVIANA DOS SANTOS SILVA**

## **CAPÍTULO II ..... 23**

### **METODOLOGIA ALTERNATIVA NA CONTEMPORANEIDADE: O FAZER DE UM NOVO PROFESSOR QUE USA HISTÓRIA EM QUADRINHOS ENVOLVENDO LEITURA E TEATRALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

**BRUNA ROSA DA SILVA SANTOS**  
**EMMANUELLE FERREIRA REQUIÃO SILVA**  
**GENIRA CARNEIRO DE ARAUJO**

## **CAPÍTULO III ..... 41**

### **AS TECNOLOGIAS, A METODOLOGIA ATIVA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**CACILDA COUTINHO**

## **CAPÍTULO IV ..... 61**

### **ÉTICA APLICADA E ENSINO SUPERIOR**

**GILSON XAVIER DE AZEVEDO**  
**RAFAELLA BELCHIOR BRASIL**  
**HELIEDER CORTEZ FREITAS**  
**LEANDRO APARECIDO DE SOUZA**  
**VONEDIRCE MARIA SANTOS BORGES**  
**LAÍS DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS**  
**TATIANA MICHLOVSKÁ RODRIGUES**  
**MARCOS ROBERTO DA SILVA**  
**JOANA CORRÊA GOULART**  
**WELLINGTON FRANCISCO RODRIGUES**  
**ROBSON PEDRO VERAS**  
**REYNALDO IRAPUÁ CAMARGO MELLO**

**CAPÍTULO V ..... 91**

**A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CUMPRIMENTO  
DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024)**

**HAROLDO REIMER**

**JOANA CORRÊA GOULART**

**CAPÍTULO VI..... 111**

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL X MODALIDADE  
PRESENCIAL OU DIGITAL**

**MARIA DA FELICIDADE ALVES URZEDO**

**CAPÍTULO VII ..... 131**

**PEDAGOGIA JURÍDICA NO VIÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**REYNALDO IRAPUÃ CAMARGO MELLO**

**GILSON XAVIER DE AZEVEDO**

**CAPÍTULO VIII ..... 143**

**LIDERANÇA GERENCIAL: UMA NOVA FORMA DE GERIR PESSOAS E  
PROCESSOS NO SEGMENTO EDUCACIONAL NO SÉCULO XXI**

**ANDREIA GONÇALVES DA SILVA**

**SAMARA CASTRO DA SILVA**



# Capítulo I



# **O QUE OS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR TÊM A DIZER SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA E AVALIAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS DIGITAIS?<sup>1</sup>**

**Katia Alexandra de Godoi e Silva<sup>2</sup>**

**Alisandra Cavalcante Fernandes de Almeida<sup>3</sup>**

**Flaviana dos Santos Silva<sup>4</sup>**

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no V Seminário Web Currículo 2017. Como parte do Estágio de Pós-doutoramento da Profa. Dra. Katia Alexandra de Godoi e Silva, bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES (PNPD/CAPES).

<sup>2</sup> Universidade Anhanguera (UNIDERP), [katia.a.silva@anhanguera.com](mailto:katia.a.silva@anhanguera.com)

<sup>3</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), [alisandra.cavalcante@ifce.edu.br](mailto:alisandra.cavalcante@ifce.edu.br)

<sup>4</sup> Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), [fssilva@uesc.br](mailto:fssilva@uesc.br)

**Resumo:** Este estudo apresenta o recorte de uma pesquisa de estágio pós-doutoral realizada com professores do ensino superior participantes de um grupo de estudo. A fundamentação teórica suscita a questão da escolha e avaliação dos materiais no formato digital. Metodologicamente, o trabalho caracteriza-se como pesquisa de abordagem qualitativa e utiliza a entrevista como instrumento de produção dos dados, no intuito de criar um espaço de interlocução, escuta atenta, reflexão e decisão compartilhada. A organização e elaboração de significados levaram à proposição de duas temáticas. A primeira, refere-se às concepções dos professores sobre o processo de escolha e avaliação de materiais didáticos digitais. A segunda reflete sobre as implicações do processo de escolha e avaliação desses materiais no formato digital na prática pedagógica dos professores.

**Palavras-chave:** escolha e avaliação de materiais didáticos digitais; formação continuada de professores.

## **1. contextualizando a temática – o processo de Escolha e avaliação de materiais didáticos digitais**

A escolha e avaliação de material didático digital (MDD), realizadas por professores, constituem-se como um dos múltiplos temas das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) na educação, objeto principal deste estudo. Trata-se de um tema que conta com pesquisa extensa, de mais de 20 anos, com propostas de diversos autores.

No intuito de elucidar a diversidade e complexidade dessa temática, pontuamos dois pressupostos que se relacionam e podem auxiliar no contexto desse estudo.

O primeiro pressuposto faz referência à necessidade de (re)conceituar os termos MDD e instrumentos de avaliação desses materiais direcionados para professores.

Corroborando Ramos et al. (2011), adotamos como conceito de MDD: um recurso digital cujos elementos permitam a modelação, simulação, animação e combinação multimídia, induzindo a estratégias de ensino e modos de aprendizagem diversificados e que podem ser orientados para a manipulação dos objetos, para a observação ou reprodução dos fenômenos, ou, ainda, para a aprendizagem de conceitos e teorias por meio da combinação de imagens, palavras e sons, etc..

Com essa definição dos MDD, também é necessário pensar no potencial de uso que desses se faz em contexto pedagógico. Assim, para além da definição dos recursos, o foco precisa estar na potência de uso que se faz do MDD. Valente (1993, 1999), Almeida (1996, 2005), Prado (2003), Almeida e Valente (2011), trazem contribuições teóricas sobre a intencionalidade e a importância da mediação e intervenção pedagógica do professor em contexto de uso desses recursos digitais.

É essa ação em contexto, associada com o domínio e a compreensão das potencialidades pedagógicas do MDD, que, segundo Ramos et al. (2011), possibilitará e auxiliará os professores na seleção criteriosa dos materiais. Essa seleção poderá ser feita por meio da sua avaliação (com o uso de instrumentos de avaliação).

A concepção de avaliação de MDD, realizada por professores, vem sendo discutida por diversos autores dentro de uma abordagem prescritiva (classificação final). (AUTOR, 2013).

No entanto, Costa (1999), Shaghnessy (2002), Ramos, Teodoro, Maio, Carvalho e Ferreira (2004) e Godoi e Silva (2013), apontam para a discussão da avaliação de MDD em contexto. A necessidade de considerar o contexto refere-se à escolha e avaliação de MDD na prática pedagógica do professor.

A partir desse panorama geral sobre os conceitos dos MDD e dos instrumentos de avaliação, retomamos o segundo pressuposto, que au-

xilia no contexto da pesquisa, o qual se refere ao aumento da disponibilidade dos materiais no formato digital, o distanciamento e a desintegração das TDIC e, conseqüentemente, desses materiais do currículo.

Gonsales (2014, p. 53) pontua que: “Anualmente, uma quantidade imensa de dinheiro público (da ordem de milhões) é gasta pelos governos na compra de materiais didáticos impressos e digitais [...]”. Explica ainda que, em sua quarta edição, a pesquisa TIC Educação 2013 (CGI.br, 2014) traz e busca, pela primeira vez, identificar as formas como os professores utilizam e adaptam conteúdos digitais.

Ramos (2013) adverte que esse aumento da quantidade de conteúdos e recursos digitais, decorrentes da evolução da tecnologia e do seu uso generalizado, coloca importantes desafios tanto à escola, como à formação de professores.

No intuito de fomentar a discussão sobre a escolha e avaliação de MDD, no Estágio Pós-doutoral, verificamos a necessidade de dar início à aproximação dessa temática aos professores do ensino superior, para compreender as concepções desses professores/pesquisadores de um grupo de estudo e pesquisa sobre a escolha e avaliação de MDD, assim como as implicações de uma formação sobre essa temática nas suas práticas pedagógicas.

## **2. metodologia - passos trilhados**

Adotamos, para este estudo, a metodologia qualitativa e como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista reflexiva (SZYMANKI, 2004), por caracterizar-se como processo interativo e de busca da horizontalidade nas relações entre todos os participantes da entrevista.

A entrevista como prática reflexiva, proposta por Szymanski (2004), supõe um encontro interpessoal, no qual todos são protagonistas.

Essa horizontalidade demanda alguns momentos da entrevista. Neste estudo foram realizados três encontros, para que os pesquisadores mantivessem uma relação reflexiva. Nessa interação, abrimos um diálogo para que o tema em questão pudesse ser aprofundado.

Assim, o primeiro encontro com os pesquisadores resumiu-se à exposição dos objetivos da pesquisa e ao convite para que refletissem sobre o significado dos estudos sobre a escolha e avaliação de MDD.

O segundo encontro foi agendado após a transcrição dos dados construídos na primeira entrevista, os quais foram colocados à disposição dos entrevistados, que puderam concordar, discordar ou acrescentar novos dados.

No terceiro e último momento, foram colocadas à disposição dos entrevistados, as interpretações das suas falas à luz das teorias requeridas. Desta forma, os entrevistados puderam comentar e trazer contribuições.

Antes de trazer a análise do objetivo da pesquisa, vale ressaltar que participaram desse estudo, quatro professores/pesquisadores integrantes de um grupo de pesquisa e estudos.

### **Análise dos dados - O que os professores/pesquisadores têm a dizer?**

A partir da contextualização da temática, evidencia-se uma necessidade cada vez mais premente na atualidade de refletir sobre processos de formação, tanto inicial, como continuada, que preparem os professores para uma análise crítica e reflexiva do material no formato digital, voltada para um processo de escolha e avaliação desses materiais no contexto de utilização.

A partir dessa perspectiva reflexiva, iniciamos as problematizações com os professores/pesquisadores do grupo de estudo e pesquisa, especificamente, as **concepções** sobre o processo de escolha e avaliação de MDD de professores do ensino superior em processo de formação continuada.

As entrevistas com esses professores/pesquisadores possibilitaram constatar um movimento de construção de significados e, por isso, optamos por mantê-las na íntegra para facilitar a compreensão da pesquisa. Dois professores/pesquisadores relataram:

Quando eu tive contato com o material, eu confesso que eu fiquei um pouquinho... é como se eu não tivesse muito bem a noção do que era, do que era esse material didático digital e esse processo de avaliação desse material. Então, foi no grupo de estudo que a gente começou a leitura dos textos... [...] E aí começou a fazer mais sentido pra mim. [...] E depois, pra minha prática, eu achei muito importante, muito interessante, porque a gente compreende que tem uma infinidade de material pronto, que a gente não sabe muito bem onde está, nem se ele tem algum rigor, ou se ele é alguma coisa que foi produzida sem nenhum tipo de preocupação, de cuidado para o fim educativo e, às vezes, a gente pega esse material e utiliza sem saber muito bem a fonte. [...] Então, eu acho que tudo isso foram aprendizagens que a gente fez a partir das discussões dos textos no grupo. [P1]

Bom, pra mim, inicialmente, por ter sido um assunto que eu não tinha domínio, teve um significado relacionado à minha própria formação. E como professora do curso de Pedagogia, os estudos possibilitaram reconhecer a importância de discutir com os acadêmicos oportunamente critérios para avaliação de material didático digital.

Outro aspecto diz respeito ao encaminhamento dos textos organizados e discutidos durante o estudo, pois com as leituras pude me aproximar mais do que se tratava a questão da avaliação dos materiais didáticos digitais. E é fundamental! Porque estamos acostumados a discutir critérios de avaliação de materiais didáticos de modo geral, mas não na perspectiva somente da avaliação de materiais didáticos digitais, mais do que isso, é preciso analisar, utilizar, criar condições para



utilização dos materiais. Entendo que foi de fundamental importância, para minha formação. [P2]

Esses extratos revelam que os estudos sobre a escolha de MDD tiveram um significado para a formação continuada desses professores/pesquisadores, que relatam desconhecer os conceitos pertinentes ao MDD e ao processo de escolha e avaliação desses materiais.

Godoi e Silva (2013) esclarece que, para além da definição e distinção dos recursos, o foco precisa estar no contexto de uso do MDD. Desta forma, qualquer que seja o tipo de material no formato digital, o professor precisa estar preparado para sua integração, utilização, mediação e intervenção pedagógica.

Em seguida, para compreender as **implicações** dessa formação nas práticas dos professores/pesquisadores, a seguir apresentamos trechos das entrevistas:

Como eu também sou professor do ensino superior e trabalho com as mídias digitais, as novas mídias, no processo de formação de professores, em Artes Visuais, eu vejo assim, o meu foco, a minha compreensão, a partir desses textos, se ampliaram muito, o que eu já fazia empiricamente, ou por intuição, agora eu consigo um conceito mais acadêmico e mais pedagógico. Desde que eu entrei no Doutorado, eu dizia, eu tenho muito domínio sobre a questão do design, da tecnologia, uma parte pedagógica, mas eu preciso de mais nesse aspecto. Então eu vejo como um avanço na minha forma de interpretar, aquilo que eu vou levar, quando eu voltar para a sala de aula. [P3]

Essa formação faz... ela é um tijolo na construção maior. Por exemplo, a notícia que eu tenho agora, é que eu retornando à Universidade, eu estava afastado [...], eu vou trabalhar com materiais educacionais. Então, quer dizer, o impacto, se essa palavra é adequada... a implicação desses estudos e de outros ainda que lida com o materiais educacionais, [...] eu não tenho a menor dúvida [...] eu penso que é uma referência importante. O impacto vai ser significativo! [P4]

De modo geral, esses extratos revelam que as implicações da formação, na vida pessoal e profissional desses professores/pesquisadores, possibilitaram reflexões que estão relacionadas ao processo contextual da escolha e avaliação de MDD e, conseqüentemente, à ressignificação de suas práticas pedagógicas.

A partir da análise dos extratos, é possível observar que, após os professores/pesquisadores constatarem a complexidade que envolve a temática e à medida que começam a apropriar-se dela, iniciam uma reflexão de forma mais crítica sobre os materiais no formato digital, em relação à sua adequação, organização e interação, e também sobre a importância de pensar essa escolha de forma contextual.

Nesse sentido, há indícios de um movimento de apropriação e ressignificação de suas atitudes e práticas pedagógicas. A ressignificação da prática pedagógica implica dar “vida” à teoria discutida nesse processo de formação continuada sobre a escolha e avaliação de MDD e integrar esses conceitos às práticas pedagógicas.

### **Considerações finais e perspectivas**

O presente estudo desenvolveu-se com o propósito de analisar a formação continuada dos professores/pesquisadores de um grupo de estudo e pesquisa sobre o processo de escolha e avaliação de MDD, buscando analisar especificamente as concepções as implicações do processo de escolha e avaliação desses materiais na prática pedagógica desses professores/pesquisadores.

A partir dos resultados apresentados, aprendemos que todo esse processo acontece gradativamente e observamos que ainda há grandes desafios. Desafios principalmente relacionados à discussão dessa temática, no âmbito da formação de professores, tanto inicial, como continuada, na modalidade presencial e a distância.

Portanto, acreditamos que a escolha e avaliação desses materiais é um 'eixo central' do processo de formação dos professores. E, vislumbramos que essa formação possa garantir, ao lado dos saberes científico e pedagógico, a capacidade de autonomia, autoria e criticidade desses professores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. A formação de recursos humanos em informática educativa propicia a mudança de postura do professor? In: VALENTE, J. A. (Ed.). **O professor no ambiente logo: formação e atuação**. Campinas/SP: Nied/Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Educação, projetos, tecnologia e conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Proem, 2005.

\_\_\_\_\_; VALENTE, J. A. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2013** [livro eletrônico] [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa / tradução DB Comunicação]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

COSTA, F. A. Contributos para um modelo de avaliação de produtos multimédia centrado na participação dos professores. SIMPÓSIO IBÉRICO DE INFORMÁTICA EDUCATIVA, 1999, Aveiro. **Anais eletrônicos...** Aveiro/Portugal: Universidade de Aveiro, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3153/1/comunicacao46%2528http://repositorio.ul.pt/handle/10451/3153>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

GODOI e SILVA, K. A. **Avaliação de material didático digital na formação continuada de professores do ensino fundamental: uma pesquisa baseada em design**. 2013. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

GONSALES, P. Recursos educacionais abertos, formação de professores e o desafio de educar na cultura digital. COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2013** [livro eletrônico] [coordenação executiva e editorial, Alexandre F. Barbosa / tradução DB Comunicação]. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014.

PRADO, M. E. B. B. **Educação a distância e formação do professor:** redimensionando concepções de aprendizagem. 2003. 279 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2003.

RAMOS, J. L. Recursos educativos digitais potencialmente inovadores ou oportunidades de acrescentar valor à aprendizagem. In: ALMEIDA, M. E. B.; DIAS, P.; SILVA, B. D. (Orgs.) **Cenários de inovação para a educação na sociedade digital**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. pp. 87-122.

\_\_\_\_\_; TEODORO, V. D.; MAIO, V. M.; CARVALHO, J. M.; FERREIRA, F. M. Sistema de avaliação, certificação e apoio à utilização de *software* para a educação e formação. **Cadernos Sacaufef**, Portugal, n. 1, p. 21-44, 2004. Disponível em: <[http://www.crie.min-edu.pt/fi-les/@crie/1186584566\\_Cadernos\\_SACAUSEF\\_22\\_45.pdf](http://www.crie.min-edu.pt/fi-les/@crie/1186584566_Cadernos_SACAUSEF_22_45.pdf)>. Acesso em: 5 mar. 2012.

\_\_\_\_\_; TEODORO, V. D.; FERREIRA, F.M. Recursos educativos digitais: reflexões sobre a prática. **Cadernos Sacaufef**, Portugal, n. 7, p. 11-35, 2011. Disponível em: <[http://www.crie.min-edu.pt/fi-les/@crie/1330429397\\_Sacaufef7\\_11\\_35\\_RED\\_reflexoes\\_pratica.pdf](http://www.crie.min-edu.pt/fi-les/@crie/1330429397_Sacaufef7_11_35_RED_reflexoes_pratica.pdf)> Acesso em: 20 jul. 2017.

SHAUGHNESSY, M. R. **Educational Software Evaluation:** A contextual approach. Ohio, 2002, 269 f. Thesis (Doctorate of Philosophy) - Department of Germanic Languages and Literatures, McMicken College of Arts and Sciences, University of Cincinnati, Ohio, 2002.

SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na educação:** a prática reflexiva. Brasília/DF: Liber Livro Editora, 2004.

VALENTE, J. A. (Org.). **Computadores e conhecimento:** repensando a educação. Campinas: Nied/Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Análise dos diferentes tipos de *software* usados na educação. In: \_\_\_\_\_. **O computador na sociedade do conhecimento**. Campinas/SP: Nied/Unicamp, 1999.



# Capítulo II





## **METODOLOGIA ALTERNATIVA NA CONTEMPORANEIDADE: O FAZER DE UM NOVO PROFESSOR QUE USA HISTÓRIA EM QUADRINHOS ENVOLVENDO LEITURA E TEATRALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR**

Alternative methodology in contemporary times: the making of a new teacher who uses comic books involving reading and theatricality in the school environment

**Bruna Rosa da Silva Santos<sup>5</sup>**

**Emmanuelle Ferreira Requião Silva<sup>6</sup>**

**Genira Carneiro de Araujo<sup>7</sup>**

---

<sup>5</sup> Graduada em Química pela UNEB (2013), Mestrado em Química pela UNEB (2015) e Doutoranda em Química pela UFBA. Tem experiência na área de Química, com ênfase em Química Analítica, Quimiometria e Ensino de Química. Na iniciação científica trabalhou com a formação de compósitos através de óxido de vanádio e polianilinas modificadas utilizando processador ultrassônico. Tem experiência como docente da rede pública no Ensino Médio e no pré-vestibular do UPT.

<sup>6</sup> Graduada em Química pela UNEB (2013), Ciências Biológicas e Pedagogia pela UNICSUL (2019), especializações Lato Sensu em Metodologia e Docência do Ensino Superior na UNIDOM (2013), Lato Sensu em Novas Tecnologias da Educação na ESAB (2015), Mestrado em Química pela UFBA (2015) e Doutoranda em Química pela UFBA. Tem experiência como docente no Ensino Fundamental e Ensino Médio na rede pública e no pré-vestibular do UPT.

<sup>7</sup> Licenciada em Química pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (1995). Mestre em Química pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1999) e Doutora em Química pela UFBA com Doutorado Sanduíche no Instituto de Catálise y Petroleoquímica - Madrid - CSIC (2005). Atualmente é professora Titular do Curso de Licenciatura em Química da UNEB, é do Grupo de Pesquisa em Educação Química, faz pesquisas em Educação em Química e desenvolve materiais didáticos.

**Resumo:** Este trabalho discute a formação continuada de professores e o uso de metodologias alternativas, visando a ressignificação do ambiente escolar por meio de práticas inovadoras para favorecer o processo de aprendizagem dos estudantes do século XXI. A produção de uma História em Quadrinhos (HQ) intitulada “O Quarteto Esperto em: de Olho no Princípio de Le Chatelier”, como proposta didática (PD). A HQ visa facilitar o processo de ensino e de aprendizagem de conteúdos relacionados ao Princípio de Le Chatelier. Assim, se adotou a didática de interligar a leitura e a teatralidade, para promover uma atividade lúdica. A HQ é composta por quatro personagens e diálogos envolvendo os conteúdos, contextualizando com situações do cotidiano. A PD foi aplicada em duas turmas de um curso social preparatório para o aluno ingressar nas universidades, promovido pelo Governo do Estado da Bahia - Brasil. Para avaliar a PD aplicou-se um questionário. Os resultados mostram que a HQ criada contribuiu como uma PD facilitadora para ensino e aprendizagem de conteúdos relacionados ao Princípio de Le Chatelier, de forma lúdica. Por conseguinte, os resultados revelam ainda que a busca da formação continuada pelos professores do Ensino Médio contribuiu para elaboração da HQ, como forma de metodologia alternativa. Conclui-se que um dos grandes desafios no século XXI é fazer surgir um novo professor que busca e amplia seus conhecimentos, através da capacitação profissional propiciada pela atuação em colaboração com Pesquisadores de Ensino Superior.

**Palavras-chaves:** formação continuada de professores, metodologia alternativa, princípio de Le Chatelier, quadrinhos, leitura, teatralidade.

**Abstract:** This paper discusses the continuing education of teachers and the use of alternative methodologies, aiming at re-signifying the school environment through innovative practices to favor the learning process of students in the 21st century. The production of a Comic Book (BC) entitled “The Smart Quartet in: Keeping an Eye on the Principle of Le Chatelier”, as a didactic proposal (PD). BC aims to facilitate the process of teaching and learning content related to the Le Chatelier Principle. Thus, it was adopted the didactics of linking reading and theatricality, to promote a playful activity. The BC is composed of four characters and dialogues involving the contents, contextualizing with everyday situations. The PD was applied in two classes of a preparatory social course for the student to enter universities, promoted by

the Government of the State of Bahia - Brazil. To assess the PD, a questionnaire was applied. The results show that the BC created contributed as a facilitating PD for teaching and learning content related to the Le Chatelier Principle, in a playful way. Consequently, the results also reveal that the search for continuing education by high school teachers contributed to the development of BC, as a form of alternative methodology. It is concluded that one of the great challenges in the 21st century is to raise a new teacher who seeks and expands his knowledge, through the professional training provided by working in collaboration with Higher Education Researchers.

**Keywords:** continuing teacher education, alternative methodology, Le Chatelier principle, comics, reading, theatricality.

## **Introdução**

Um dos novos desafios para o século XXI na área educacional pode ser o desenvolvimento, pelos professores de metodologias alternativas, que contribua de forma significativa para a aprendizagem de seus estudantes. Na contemporaneidade, os alunos têm maneiras diversificadas de obtenção de informações, isto desafia os professores a buscarem a formação continuada visando desenvolver materiais inovadores para serem usados em suas aulas.

Nessa ótica Teixeira, Santos e Graebner (2019) relatam a respeito de diferentes materiais didáticos encontrados na literatura, que mostram a criatividade dos docentes ao elaborarem propostas inovadoras, tornando viável o fazer diferente em seu ato de ensinar. Os autores entendem ainda que:

[...] pessoas são diferentes, pensam de forma diferente e aprendem de forma diferente, é compreensível que alguns alunos prefiram que as aulas sejam ministradas de forma tradicional sendo mais confortável a estes esta metodologia. Já outros aprendem melhor se as aulas forem mais participativas com o uso de metodologias mais dinâmicas como as que envolvem a ludicidade, por exemplo.

Desta forma, é importante que o professor esteja aberto a experienciar práticas diferentes e a observar quais são mais efetivas ao aprendizado de determinado conteúdo. Ou seja, o professor deve-se manter disposto a inovar e adequar sua forma de ensinar (TEIXEIRA; SANTOS; GRAEBNER, 2019, p. 262).

Para a formação continuada de professores da Educação Básica existem cursos no Ensino Superior e participação em projetos de Grupos de Pesquisas, que inclui a parceria com vários estabelecimentos escolares da rede pública de Ensino Médio. Neste âmbito estão as pesquisas que envolvem a elaboração de material didático para que seja utilizado no ambiente escolar do ensino médio, visando tornar as aulas mais dinâmicas, criativas e inovadoras atendendo as novas demandas contemporâneas.

Na contemporaneidade surge um novo professor, que tem que buscar e ampliar os conhecimentos através da capacitação profissional propiciada por meio da colaboração em pesquisas, que possibilita a construção de recursos pedagógicos que melhoram o processo de ensino e de aprendizagem. Essa percepção encontra respaldo nos estudos desenvolvidos por autores como Souza *et al.*, (2019), que apontam a ideia de que:

Um dos principais alicerces da formação continuada para professores consiste em uma abordagem que vise aumentar a autoestima docente. É necessário envolvê-los de forma que possam perceber que é possível se redescobrir como educador e reconhecer que o conhecimento e o aprendizado constituem uma via de mão dupla. Porém, para que os professores tenham interesse em formações, se faz necessário apresentar-lhes propostas inovadoras e criativas, que contemplem seus anseios. Formações docentes costumam ter como foco principal demandas pedagógicas, porém não fazem relações com as disciplinas ensinadas na escola. Torna-se necessário envolver os professores em atividades de planejamento coletivo, de forma que

os discursos possam estimular o aprendizado de práticas pedagógicas atreladas ao objeto de estudo das disciplinas que lecionam (SOUZA *et al.*, 2019).

Neste sentido, entre as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes em sua formação continuada, e que fazem relação com as disciplinas ensinadas na escola, é a produção de materiais didáticos para o ensino de química.

Sendo assim, entre os materiais didáticos (MD) produzidos e usados no ambiente escolar, a História em Quadrinhos (HQ) se destaca por incentivar a leitura. Então, esta é uma proposta didática (PD) que pode auxiliar a construção do conhecimento, mediante elementos humorísticos, tornando-se atrativa e importante para a difusão da leitura. Vale salientar, que também se pode atribuir à HQ a possibilidade de potencializar o aperfeiçoamento do conhecimento científico dos alunos como destaca Luyten (2010):

Crianças e adolescentes seguem a história do começo ao final, compreendem seu enredo, seus personagens, a noção de tempo e espaço, [...]. As imagens apoiam o texto e dão aos alunos pistas contextuais para o significado da palavra. Os quadrinhos atuam como uma espécie de andaime para o conhecimento do estudante (LUYTEN, 2010, p. 6).

Cabe destacar, que as revistas de História em Quadrinhos estão ganhando espaço na área de educação, despertando o interesse, criatividade e tornando o conteúdo mais prazeroso para os alunos, por ser uma atividade lúdica (SANTOS; PEREIRA, 2013). Assim, Francisco Junior e Uchôa (2015) criaram e aplicaram uma história em quadrinhos envolvendo o tema radioatividade, problematizando o grave acidente radioativo ocorrido no Brasil, em 1987. Os autores afirmaram que: “Divulgar ciência faz parte do rol de estratégias para a formação crítica da sociedade, haja vista a possibilidade de construção de opiniões para que os indivíduos possam exercer ativamente sua cidadania”. Portanto, eles destacaram a questão social da química e a importância da leitura para desenvolvimento crítico no processo de aprendizagem.

Então, os autores notaram a aceitação dos alunos, do Ensino Médio de um colégio público do Brasil, pela revista de História em Quadrinhos criada.

Vale ressaltar que a leitura é um dos principais meios para compreensão dos fenômenos presentes na Ciência. Sendo assim, é importante destacar que existe uma diversidade de textos que atendem a vários grupos na sociedade, desde crianças, adolescentes e adultos, por conter linguagens específicas para cada faixa etária. Neste sentido, Gardner (1994) na Teoria de Inteligência Múltipla, afirma que existe uma variedade de competências e habilidades autônomas (conhecidas como inteligências humanas) com a capacidade de criar, solucionar e fazer determinados projetos. Então, entre os tipos de inteligências descritos por Gardner (1994), pode-se mencionar a Inteligência Linguística. Esta está associada com vários tipos de linguagens, aumentando a sensibilidade para o sentido das palavras (BRASIL, 1999). E, também, permitindo a assimilação das ideias contidas no texto, ao comparar com o conhecimento prévio do aluno. Neste sentido, o documento do Ministério da Educação do Brasil, Orientações Curriculares para o Ensino médio, sinaliza que é necessário estimular os alunos à prática da leitura (BRASIL, 2006).

Neste contexto, Teixeira Júnior e Silva (2007) relatam os problemas na compreensão dos conhecimentos vinculados à leitura. Tais problemas estão associados a fatores como: a desmotivação dos alunos e os obstáculos de domínio de tarefas metacognitivas relacionadas com a leitura (TEIXEIRA JÚNIOR; SILVA, 2007). Por outro lado, outro fator associado ao problema em questão está na didática do professor com relação à leitura (FRANCISCO JUNIOR, 2010).

Desse modo, a revista de História em Quadrinhos é uma alternativa didática para minimizar os problemas mencionados, pois pode ser aplicada na forma de teatro, em que o professor poderá orientar o estudo interligando a leitura e a teatralidade. Assim, considera-se o que

Messeder Neto, Pinheiro e Roque (2013) sinalizam: o fato de que o teatro desenvolve vários sentidos, por trabalhar os conteúdos espontaneamente. Em adição, cabe ressaltar que a teatralidade em aula é uma atividade lúdica, que desperta o interesse dos alunos, permitindo relacionar a ciência com a arte prazerosamente. Isso também aumenta a participação entre eles durante a encenação dos personagens. Vale apontar que, Messeder Neto, Pinheiro e Roque (2013), adotaram um recurso pedagógico lúdico que auxilia a práxis do educador: a improvisação teatral. Assim, o trabalho envolveu os alunos do ensino médio, o conceito de matéria e sua aplicação no cotidiano. Então, eles concluíram que a teatralidade permitiu aos alunos desenvolver habilidades de expressão corporal e facial presentes nas encenações.

Cabe destacar, que o tema equilíbrio químico é um dos assuntos mais importantes e difíceis, em razão da sua natureza abstrata, do Ensino de Química no Nível Médio (QUÍLEZ; SOLAZ, 1995). As dificuldades de ensino e aprendizagem, assim como erros conceituais, em relação ao tema Equilíbrio Químico, vem sendo relatadas desde o século XX, na década de sessenta. Vários trabalhos e revisões enumeram: a grande quantidade de conceitos relacionados, problemas estequiométricos e de linguagem, a incapacidade de resolução de problemas, a adoção de estratégias incorretas, as analogias usadas em sua didática, o emprego de um raciocínio linear e sequencial, a utilização de regras memorísticas, a incorreta aplicação do Princípio de Le Chatelier entre muitos outros (DRISCOLL, 1960; RAVIOLO; AZNAR, 2003).

Este trabalho, de um grupo de formação continuada de docentes, discute a produção e aplicação da história em quadrinhos (HQ) intitulada “O Quarteto Esperto em: de Olho no Princípio de Le Chatelier”, como proposta didática para favorecer a compreensão de conteúdos relacionados ao princípio de Le Chatelier. Assim, a HQ construída visa facilitar o processo de ensino e aprendizagem e para tanto foi adotada a didática de combinar a leitura com a teatralidade, de modo a promover uma atividade lúdica.

## Metodologia

O trabalho de um grupo de formação continuada de professores possibilitou a elaboração da HQ intitulada “O Quarteto Esperto em: de Olho no Princípio de Le Chatelier”. Assim foi preciso construir o roteiro da revista e definir os personagens. Para tanto, o enredo e a parte gráfica foram feitos pelos autores. Então, inicialmente escreveu-se o enredo, que acontece em torno do estudo de um grupo de quatro alunos para a prova de Química. Durante a conversação os personagens estudam os conteúdos sobre o princípio de Le Chatelier, associando com situações do cotidiano. Assim, a HQ foi desenhada com os personagens, cujos traços da fisionomia humana são ressaltados, facilitando a representação da diversidade do povo do Brasil (Figura 1 e 2). É importante sinalizar que as ilustrações foram feitas visando ajudar na diminuição da discriminação racial, embasada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2006). Então, os personagens foram desenhados no papel A4 e depois digitalizados. Em seguida, usou-se o programa Corel Draw para pintar as imagens. Depois, fez-se a criação do cenário, usando balões para inserir os diálogos.

Nesse sentido, a HQ consiste de trinta e seis laudas. O enredo se inicia com a abordagem sobre os conceitos preliminares importantes como: definição de equilíbrio e de equilíbrio dinâmico, reação no sentido direto e inverso. Em seguida, relaciona-se o princípio de Le Chatelier e a influência da variação da: concentração de reagentes e produtos da reação, pressão e temperatura do sistema em equilíbrio (Figura 1 e 2).





Figura 1 e 2. Balões com situação contextualizada.

A revista foi aplicada em amostras cuja escolha de seus elementos foi conduzida por amostragem não probabilística. Dessa forma, a escolha foi feita considerando as características particulares dos grupos em estudo e o conhecimento que os autores tinham sobre a HQ que está sendo investigada. Assim, as amostras consistiram de turmas (do nível médio) de um curso preparatório para a seleção de ingresso nas universidades. Este curso, Universidade Para Todos (UPT), faz parte de um Projeto do Governo do Estado.

Sendo assim, a HQ foi aplicada em duas turmas separadas do UPT, em Salvador, Bahia, Brasil. Dessa maneira, a PD (usada interligando a leitura e a teatralidade) aconteceu no turno noturno, em uma aula de 50 minutos, e participaram 18 alunos na turma A e 20 na turma B. Então, a dinâmica foi conduzida, usando o projetor multimídia para apresentação da HQ, contando (em cada turma) com a contribuição de mais quatro alunos para fazer a leitura dos diálogos e a encenação dos personagens de maneira teatral. Enquanto isso, os demais alunos acompanharam a atividade lúdica.

Assim, após aplicação da proposta, um questionário (de perguntas abertas e fechadas em escala de Likert) construído pelos autores e validado por outra turma de estudantes para ajudar a avaliar o material didático, foi entregue aos alunos. As perguntas foram elaboradas

para avaliar a aceitação da HQ como proposta didática, do seu texto e personagens e o entendimento do conteúdo trabalhado através da mesma. Desse modo, todos os dados coletados (por meio das respostas do questionário) foram tratados, que permitiu a interpretação dos resultados relacionados à História em quadrinhos construída.

## **Resultados e Discussão**

Várias questões foram formuladas, porém se discutirá apenas algumas como:

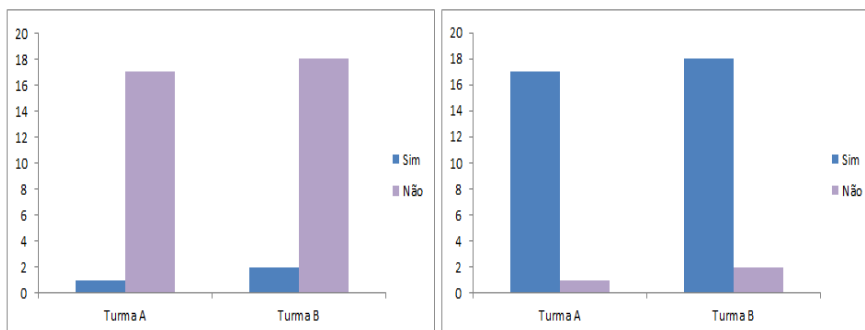
1. Você já leu História em Quadrinhos em aulas de Química?
2. Você compreendeu o conteúdo Princípio de Le Chatelier contextualizado com situações do cotidiano, através da História em Quadrinhos?
3. Em relação à História em Quadrinhos, o que você achou?
4. Em relação à leitura da Revista em Quadrinhos, o que você achou?
5. Em relação aos personagens, o que você achou?

Através da análise das respostas à questão 1 (Figura 3), percebe-se que a maioria dos alunos das turmas respondeu com um não (90% da Turma A e 94% da Turma B). Isto mostra que esta foi uma atividade nova para as turmas, visto que a maioria deles respondeu que até então nenhum professor de Química tinha aplicado HQ na turma deles. Tal resultado está em concordância com o pensamento de Fidelis e Gibin (2016), quando afirmam que é importante o professor escolher o recurso tecnológico de informação e comunicação mais adequado para a sua turma. Assim, a HQ funciona como novidade para atender às expectativas dos alunos, tornando prazeroso o processo de assimilação, construção e consolidação dos conhecimentos.

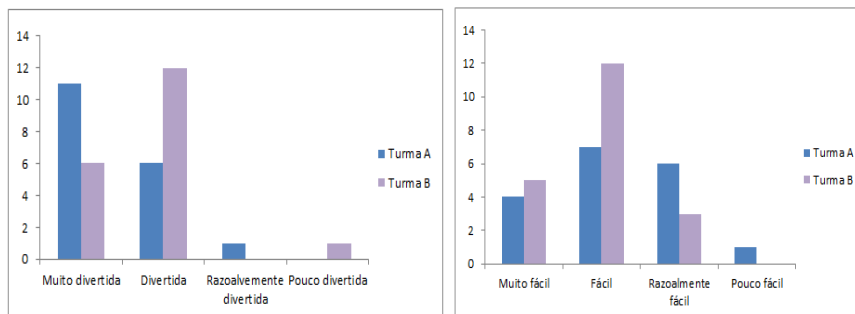
Ao responderem à questão 2, conforme Figura 4, nota-se que o grau de compreensão foi elevado em ambas as turmas (90% da Turma A e 94% da Turma B). Dessa forma, os resultados indicam que a PD ajudou no entendimento e pode facilitar a aprendizagem dos conteúdos trabalhados.

Por meio do exame das respostas à questão 3, observa-se que em ambas as turmas a maioria dos alunos achou a revista divertida (Figura 5). Assim, considerou-se que o uso da HQ possibilitou a diversão deles. Desse modo ficou clara a aceitação da proposta didática. Então, isto sugere que a PD pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem ao explorar a linguagem visual, escrita, a oralidade dos alunos e o trabalho em equipe.

Ao contestarem à questão 4, percebe-se que a maioria dos alunos achou a leitura fácil (Figura 6). Assim, estes resultados correspondem a 40% da Turma A e 60% da Turma B. Entretanto, deve-se considerar que mais de 22% das duas turmas pensam que a leitura é muito fácil. Então, acredita-se que tais resultados fortalecem a ideia de que é um dever incentivar a leitura no Brasil, segundo a Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

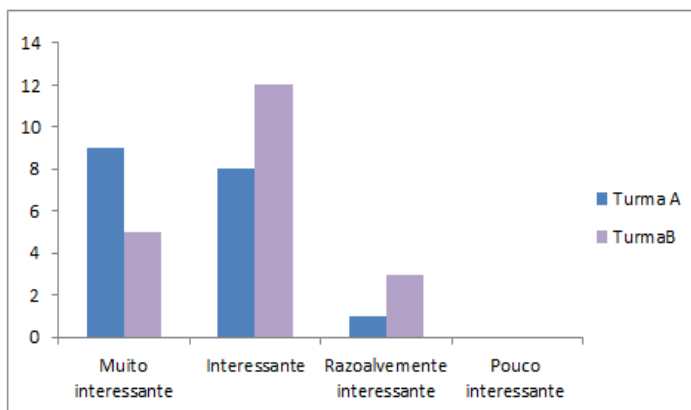


**Figura 3.** Respostas das turmas à questão 1 / **Figura 4.** Respostas das turmas à questão 2



**Figura 5.** Respostas das turmas à questão 3/ **Figura 6.** Respostas das turmas à questão 4

Em relação à questão 5 (Figura 7) a maioria dos alunos (em ambas as Turmas) respondeu que os personagens são muito interessantes ou interessantes. Assim, os quatro personagens tiveram alta aceitação (acima de 85% nas Turmas). Isto mostra que a HQ pode ajudar na conscientização da importância da diversidade do povo brasileiro (BRASIL, 2006).



**Figura 7.** Respostas das turmas à questão 5

Comparando as questões 1, 2, 3, 4 e 5, nota-se que nas turmas há um consenso: que o desenvolvimento de metodologias alternativas como a História em Quadrinhos produzida pelos professores (que atuam no Ensino Médio e em colaboração com a docente de Ensino Superior) pode contribuir de forma significativa para a aprendizagem de seus estudantes.

Por conseguinte, os resultados mostram que foi a busca da formação continuada pelos professores do Ensino Médio que contribuiu para elaboração da História em Quadrinhos, como forma de metodologia alternativa. Sendo assim, os resultados obtidos indicam que um dos grandes desafios no século XXI é fazer surgir um novo professor que, através de suas inquietações pessoais, busca e amplia seus conhecimentos por meio da sua capacitação profissional propiciada pela sua atuação em colaboração com grupos de pesquisas de Ensino Superior.

### **Considerações Finais**

Pode-se inferir que a capacitação dos docentes na contemporaneidade é algo imprescindível, por essa razão na educação básica deve ser primordial. Isto se deve ao fato do professor ser a base que sustentará a vida acadêmica futura do estudante de forma consolidada.

Uma formação continuada, pensada para usar materiais alternativos em sala de aula se insere como algo desafiador. Há então, nesse momento a ressignificação do material didático, neste caso, a história em quadrinhos (HQ) cuja finalidade foi fundir o gênero com a teatralidade e leitura, promovendo assim um ensino moderno e contemporâneo, já que há o inusitado.

Conclui-se também que a proposta didática favoreceu a compreensão dos conteúdos relacionados ao Princípio de Le Chatelier, contextualizado com situações do cotidiano. Dessa forma, ao combinar a leitura fácil com a teatralidade, promoveu uma atividade lúdica. Então,

possibilitou a diversão dos alunos e permitiu relacionar a ciência com a arte de forma prazerosa. Assim, ficou clara a aceitação da proposta didática (PD). Portanto, a PD pode facilitar o ensino e a aprendizagem ao explorar a linguagem visual, escrita, a oralidade dos alunos e o trabalho em equipe.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Orientações Curriculares Para o Ensino Médio. Brasília, DF, 2006.

—. Secretaria de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB. Lei nº 9.394. Brasília, DF, 1996.

—. Secretaria de Educação a Distância. Cadernos da TV Escola. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar. Brasília, DF, 1999.

DRISCOLL, D. R. The Le Chatelier Principle. *Australian Science Teacher's Journal*, v. 6, p. 7-15, 1960.

FIDELIS, J. P. S.; GIBIN, G. B. Contextualização Como Estratégia Didática em Vídeo-aulas de Química. *Revista Virtual de Química*, v. 8, n. 3, p. 716-722, 2016.

FRANCISCO JUNIOR, W. E. Estratégias de Leitura e Educação Química: Que relações? *Química Nova na Escola*, v. 32, n. 4, p. 220-226, 2010.

FRANCISCO JUNIOR, W. E.; UCHÔA, A. M. Desenvolvimento e Avaliação de uma História em Quadrinhos: Uma Análise do Modo de Leitura dos Estudantes. *Educación Química*, v. 26, n. 2, p. 87-93, 2015.

GARDNER, H. *Estruturas da Mente: a Teoria das Múltiplas Inteligências*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

LUYTEN, S. M. B. *História em Quadrinhos: Um Recurso de Aprendizagem*. Brasília, DF, 2010.

MESSEDER NETO, H. S., PINHEIRO, B. C. S., ROQUE, N. F. Improvisações Teatrais no Ensino de Química: Interface entre Teatro e Ciência na Sala de Aula. *Química Nova na Escola*, v. 35, n. 2, p. 100-106, 2013.

QUÍLEZ, J.; SOLAZ, J. J. Students and Teachers Misapplication of the Le Chatelier Principle. Implications for the Teaching of Chemical Equilibrium. *Journal of Research in Science Teaching*, v. 33, n. 9, p. 939-957, 1995.

RAVILOLO, A.; AZNAR, M. M. Uma Revisión sobre las Concepciones Alternativas de los Estudiantes em la Relación con el Equilibrio Químico. *Classificación y Síntesis de Sugerencias Didáticas. Educación Química*, v. 13, n. 3, p. 159-165, 2003.

SANTOS, T. C.; PEREIRA, E. G. C. Histórias em Quadrinhos Como Recurso Pedagógico. *Revista Práxis*, v. 5, n. 9, p. 51–56, 2013.

SOUZA, R. T. Y. B.; SOUZA, L. O.; OLIVEIRA, S. R.; TAKAHASHI, E. L. H. Formação continuada de professores de ciências utilizando a Aquaponia como ferramenta didática. *Ciência & Educação*, v. 25, n. 2, p. 395-410, 2019.

TEIXEIRA JÚNIOR, J. G.; SILVA, R. M. G. Perfil de Leitores em um Curso de Licenciatura em Química. *Química Nova*, v. 30, n. 5, p. 1365–1368, 2007.

TEIXEIRA, V. M. L.; SANTOS, A. R.; GRAEBNER, I. B. O docente de química e a busca do fazer diferente: um estudo sobre as formas alternativas para ensinar. *Scientia Naturalis*, v. 1, n. 3, p. 250-264, 2019.



# Capítulo III



## **AS TECNOLOGIAS, A METODOLOGIA ATIVA E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

**Cacilda Coutinho<sup>8</sup>**

---

<sup>8</sup> Graduação em Gestão do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal de Alfenas, Brasil (2005). Tutora em Pedagogia da Universidade Federal de Alfenas, Brasil.

## Resumo

Vislumbra-se que as tecnologias de informação estão tendo destaque na sociedade, em razão de potencializarem e divulgarem o conhecimento. Nesse sentido, a sociedade se torna cada vez mais atrelada à informação e comunicação, sendo a informática usada na educação por meio das ferramentas digitais que objetivam transmitir os conteúdos de forma fácil e interessante aos alunos. Os métodos e metodologias tradicionais não são mais eficientes no ambiente escolar contemporâneo. Desse modo, o presente artigo possui o objetivo de refletir acerca das tecnologias, da metodologia ativa e a educação brasileira. Diante desta realidade, na qual o ambiente tecnológico se torna mais atrativo ao aluno, resta ao docente trazer e usar a tecnologia ao seu favor, ou seja, inovar a forma de ensinar, de aprender e utilizar metodologias inovadoras, tendo em vista que a escola deve acompanhar a realidade social, pois deve preparar os alunos para enfrentá-la. Não há mais espaço para metodologias tradicionais e obsoletas como a simples cópia no quadro.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas. Educação. Inovação. Tecnologia. Escolas.

**Abstract-** It is clear that information technologies are having prominence in society, because they enhance and disseminate knowledge. In this sense, society becomes more and more linked to information and communication, being computer science used in education through digital tools that aim to transmit the content in an easy and interesting way to students. Traditional methods and methodologies are no longer efficient in the contemporary school environment. Thus, this article aims to reflect on technologies, active methodology and Brazilian education. Given this reality, in which the technological environment becomes more attractive to the student, it is up to the teacher to bring and use technology in his favor, that is, innovate the way of teaching, learning and using innovative methodologies, considering that the school must accompany social reality, as it should prepare students to face it. There is no more room for traditional and obsolete methodologies like simple copy on the board.

**Keywords:** Active methodologies. Education. Innovation. Technology. Schools.

## **Introdução**

Ao observar a realidade da atualidade, depara-se com um mundo globalizado e tecnológico, o qual traz desafios para a Humanidade enfrentar, exemplo disto são os robôs usados muito no Japão. Nitidamente, vê-se uma realidade em que as tecnologias estão inseridas no cotidiano das pessoas em todos os lugares, ou seja, no ambiente familiar, de trabalho e nas escolas que são chamadas para este contexto em que os alunos estão ligados nas redes sociais e na internet. Vive-se em um mundo célere e de velocidade, em que as distâncias são encurtadas.

Nas salas de aula, o professor enfrenta o desafio de ensinar os alunos que estão interessados em mexer no celular e que não possuem mais paciência de escutar o professor explicar o conteúdo no quadro, pois, estão acostumados com a celeridade das tecnologias. Diante desta realidade, na qual o ambiente tecnológico se torna mais atrativo ao aluno, resta ao docente trazer e usar a tecnologia ao seu favor, ou seja, inovar a forma de ensinar, de aprender e utilizar metodologias inovadoras, tendo em vista que a escola deve acompanhar a realidade social, pois deve preparar os alunos para enfrentá-la. Não há mais espaço para metodologias tradicionais e obsoletas como a simples cópia no quadro.

O espaço do ensino precisa ser transformado, a fim de que se torne atrativo e prazeroso para todos os integrantes do ambiente escolar e objetivando a máxima e efetiva aprendizagem, a qual proporcione ao aluno uma experiência transformadora, capaz de melhorar a sua vida e modificar a sua realidade, levando-se em consideração o poder da educação que é a solução para todas as mazelas sociais, por exemplo, a corrupção seria solucionada se todos os corruptos tivessem aprendido valores éticos e morais na escola.

Por exemplo, discute-se o problema ambiental e de aquecimento global, tendo em vista as queimadas atuais na Amazônia. Como trazer a atenção do aluno para esta temática e mostrar a importância da educação ambiental? Pode-se utilizar programas de computador para

tanto, como o Google Earth, mostrando aos alunos a Amazônia por meio do computador.

Desse modo, a não inserção de metodologias inovadoras e ativas ocasiona falta de interesse do aluno pela escola, pelo ensino e pelo conhecimento. Ademais, vê-se desmotivação pela aprendizagem, a qual é ocasionada pelo uso de métodos tradicionais, tal como a cópia de quadro e a simples memorização do conteúdo desprovida de contextualização, que torna o conteúdo não atrativo ao aluno, o qual deveria saber a beleza da aprendizagem.

O aluno deve formar competências e habilidades capazes de auxiliá-lo em sua vida e na sua profissão. A realidade deve lhe ser apresentada na sala de aula. Desta forma, deve haver um ensino multidisciplinar, o qual lhe proporcione uma visão ampla e contextualizada dos conteúdos, a qual apresente problemas para os alunos solucionarem.

O educador deve levar em consideração em sua prática educativa que os alunos são rodeados por tecnologias em todo seu cotidiano, não podendo ser limitados ao quadro e às paredes da sala de aula. Assim, novas ferramentas devem ser utilizadas, a fim de trazer esse mundo tecnológico para a sala de aula, por exemplo, muitos professores reclamam que seus alunos ficam usando celulares em sala de aula, ao invés de reclamarem, deveriam usar aplicativos educativos em sala de aula, o que chamaria a atenção de seus alunos e também propor uma avaliação na qual os alunos elaborem e utilizem a tecnologia. Fato é que não há como fugir da realidade, sendo que as novas ferramentas digitais devem ser usadas na aprendizagem. O contexto atual impõe a utilização das metodologias ativas que utilizam a autonomia do aprendiz no processo de ensino e aprendizagem. Busca-se solucionar problemas. Existe, assim, uma nova forma de relação com o conhecimento e com o aprender.

## **A tecnologia, a metodologia ativa e a educação brasileira**

Evidente e nítido é o fato de que não se pode desconsiderar que a tecnologia está presente no cotidiano da sociedade contemporânea que está cada vez mais dependente da mesma, haja vista que encontra-se várias funcionalidades em um celular, tal como: agenda, despertador, WhatsApp e internet. Diante desta realidade, há que se perguntar como a Humanidade e a educação devem lidar com isto.

O avanço das tecnologias de comunicação está presente na vida das pessoas de maneira significativa, principalmente os computadores e celulares (com seus cada vez mais avançados aplicativos) que estão a cada dia mais presentes, sendo inclusive até mesmo difícil um ser humano não utilizá-lo hoje, tanto é que muitos chamam a presente sociedade de sociedade da comunicação. Desse modo:

O papel de destaque das novas tecnologias de informação na sociedade atual é atribuído à valorização da informação. Assim, tudo aquilo que potencialize o seu manuseio representa um elemento importante nesse processo, no qual a informação emerge como matéria-prima e a tecnologia, como um meio de agir sobre ela. Nesse sentido, podem-se apontar tais tecnologias como as principais propulsoras e mantenedoras da atual sociedade (TEIXEIRA, 2002, p. 25).

Vislumbra-se, desta forma, que as tecnologias de informação estão tendo destaque na sociedade, em razão de potencializarem e divulgarem o conhecimento. Nesse sentido, a sociedade se torna cada vez mais atrelada à informação e comunicação, sendo a informática usada na educação por meio das ferramentas digitais que objetivam transmitir os conteúdos de forma fácil e interessante aos alunos.

Registra-se que a tecnologia é compreendida como: “a totalidade de coisas que a engenhosidade do cérebro humano criou em todas as épocas e contribuiu para que a espécie humana pudesse viver mais e melhor” (KENSKI, 2007, *apud* BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 3). Deste conceito depreende-se que a tecnologia deve ser utilizada para auxiliar e melhorar a vida das pessoas, inclusive nas escolas e salas de aula, por exemplo, um aluno que não poderia realizar um curso em razão da distância física da escola, hoje pode fazê-lo por meio do ensino à distância pelo computador.

Registra-se, contudo, que as tecnologias não estão reduzidas apenas às novas máquinas ou invenções, havendo as tecnologias simbólicas e organizadoras. Desta maneira:

Contudo, encontrando sustentação na abordagem de Sancho (1998), é preciso superar a crença de que somente as máquinas ou instrumentos de invenção são tecnologias. Ela destaca que há diferentes tipos de tecnologias como ‘tecnologias simbólicas’ que são a linguagem, escritura, sistemas de pensamento; ‘tecnologias organizadoras’ que são gestão da atividade produtiva (taylorismo, fordismo), das relações humanas e técnicas de mercado (BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 3).

Ademais, existem as tecnologias físicas, tal como as canetas, os telefones e os computadores, sendo que a tecnologia tem uma dimensão social, cultural e educativa, interferindo na sociedade, nas escolas e trazendo um novo processo de aprendizagem. Assim, o ambiente escolar não condiz com a metodologia tradicional e com a não utilização tecnológica. Os estudantes devem deixar de ser estáticos e se tornarem ativos no processo educativo. Desse modo, a tecnologia interfere no cotidiano da Humanidade. Nesse sentido:

[...] a tecnologia [...] enquanto parte de nossa cultura, ela exerce uma influência sobre a maneira pela qual nós crescemos e nos comportamos. Assim como [os seres humanos] sempre tiveram uma ou outra forma de tecnologia,



assim também essa tecnologia sempre influenciou a natureza e a direção do desenvolvimento humano (KRANSZBERG; PURSELL, 1997, p. 11, *apud* BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 3).

Essa influência tecnológica no cotidiano da Humanidade traz a reflexão sobre a relação da tecnologia com o uso de novas práticas metodológicas, pois, o atual mundo digitalizado não é compatível com métodos tradicionais e retrógrados, sendo que metodologia pode ser entendida como o caminho usado para alcançar a aprendizagem. Deste modo:

Metodologias, de acordo com Houaiss (2001), origina-se do grego, *metá* (atrás, em seguida, através); *hodós* (caminho); e *logos* (ciência, arte, tratado, tratamento sistemático de um tema). Sendo assim, podemos compreender metodologia como tratado, ou ordenamento sobre o caminho por meio do qual se busca, um determinado objetivo ou finalidade educativa (BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 4).

Desta forma, o ambiente escolar atual juntamente com o perfil dos alunos, que já nascem inseridos em um mundo globalizado, célere e tecnológico, exigem que os educadores utilizem novos métodos de ensino e uma metodologia inovadora e ativa, por exemplo, o uso de uma horta escolar e comunitária nas aulas de Biologia e a utilização da ida a museus nas aulas de História. Registra-se, nesse sentido, um projeto que a Universidade Federal de Alfenas possui, no qual os alunos de História montam uma escavação arqueológica de brincadeira aos alunos, a fim de ensiná-los o que é Arqueologia.

Assim, a metodologia intermedeia o educador e o educando, formando o aluno através de seu desenvolvimento pessoal, orientando-o a fim de que seja capaz de solucionar os problemas do mundo de maneira eficaz, tornando o mundo melhor.

Para Araújo (2015) ela se constitui como mediação entre o professor e o aluno, focada na formação do educando, na sua autonomia, na sua emancipação, sua cidadania, seu desenvolvimento pessoal. A metodologia de ensino contempla uma orientação filosófica fundada em concepções de sujeito que se pretende formar, de mundo, de sociedade, de história, de existência, de educação entre outros aspectos. Mesmo que tais concepções não sejam expressas, elas orientam a ação educativa e o processo pedagógico (BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 4).

O educador deve prestar atenção em suas práticas educativas, metodologias e ações, pois as mesmas influem diretamente na vida de seus alunos que são seres em desenvolvimento. Desta forma, devem possuir visões inovadoras, modernas e tecnológicas de ensino e metodologia, as quais estejam de encontro com a realidade mundial. Disto se depreende a importância e essencialidade da formação continuada dos educadores, pois os professores devem estar preparados para o uso das tecnologias que são ferramentas que melhoram a forma de transmitir o conhecimento. Não se trata de truque, mas de instrumental que facilita a aprendizagem. Desse modo:

[...] nem a metodologia de ensino, nem os métodos e as técnicas de ensino se constituem como truques, artifícios ou mesmo macetes para dar aula, como se estes fossem instrumentos engenhosos que propiciasse habilidade ou tudo facilitasse em termos operacionais e práticos (ARAÚJO; 2015, p. 15, *apud* BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 5).

A tecnologia, assim sendo, deve estar presente na metodologia inovadora do professor, facilitando a transmissão do conhecimento de forma mais eficiente, efetiva e célere. O educador deve refletir sobre a sua prática e qual o objetivo primordial do seu exercício profissional. Nesse sentido:

O professor, ao entrar na sala de aula para ensinar uma disciplina, não deixa de ser um cidadão, alguém que faz parte de um povo, de uma nação [...] Ele tem uma visão de

homem, de mundo, de sociedade, de cultura e de educação que dirige suas opções e suas ações mais ou menos conscientemente. Ele é um cidadão, um 'político', alguém comprometido com seu tempo, sua civilização e sua comunidade, e isso não despreza de sua pele no instante em que ele entra em sala de aula (MASETTO, 2002, p. 23, *apud*, BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 6) .

Assim sendo, o ambiente escolar é um espaço de reflexão, questionamentos e troca de conhecimento, devendo ser um local prazeroso, positivo e produtivo, propiciando a melhora da vida da sociedade e o bem da coletividade, tornando a comunidade ao seu redor melhor. Há a necessidade de inovação para que se alcance estes objetivos, sendo que, para Ferreira (2004, p. 1109, *apud*, BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 6) inovar significa: "Tornar novo; renovar. Introduzir novidade em". Desta maneira, o educador deve inovar e pensar sobre a sua prática docente constantemente, observando a sua concepção de mundo e o que está transmitindo aos seus alunos.

Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa, portanto, criticar, também, toda a filosofia até hoje existente [...]. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um conhecimento a ti mesmo' [...] (GRAMSCI, 1986, p. 12, *apud*, BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 6).

Portanto, a reflexão e a análise crítica devem estar presentes na sala de aula, fazendo com que tanto alunos quanto professores melhorem seu cotidiano e construam um mundo saudável, livre e democrático, havendo a construção de um futuro e nação melhores. Neste cenário deve haver diálogo entre o professor e o aluno.

[...] a consciência da criança não é algo individual (e muito menos individualizado), é o reflexo da fração da sociedade civil da qual participa, das relações sociais tais como

elas se concentram na família, na vizinhança [...] A consciência individual da esmagadora maioria das crianças reflete relações civis e culturais diversas e antagônicas às que são refletidas pelos programas escolares [...] o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura que ele representa e o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos [...] (GRAMSCI, 1991, p. 131, *apud*, BALLIANA; KLAMMER, 2017, p. 7).

Desta maneira, levando-se em consideração que o educador é essencial para a formação da consciência desta criança, o mesmo deve ser cauteloso em relação à sua aula, ao conteúdo e metodologias empregadas, pois estará interferindo na formação de seres em desenvolvimento. A capacidade em solucionar problemas deve ser desenvolvida nos alunos por meio de metodologias ativas e inovadoras, as quais chamem a atenção dos mesmos para conhecimentos importantes em suas vidas.

Assim sendo, há que haver uma preocupação com os materiais educacionais utilizados em sala de aula, os quais podem ser padronizados por meio dos objetos de aprendizagem que possibilitam ao aluno gerenciar o seu próprio processo de aprendizagem e escolher a hora, o lugar e situação que julgar mais adequadas para o seu uso. Isso traz uma mudança para a educação.

Educação esta que se preocupa com o ensino que se faz presente no cotidiano e na linguagem, não sendo somente os professores e especialistas que o analisam. Segundo Sacristán (1996, p. 3), “todos temos experiência prática sobre o mesmo: conhecemos os ambientes escolares característicos (...)”. Ocorre que o ensino não ocorre apenas dentro da escola e isso deve ser levado em consideração na escolha das metodologias que devem ser inovadoras e ativas.

Desse modo, todo ensino apresenta um conteúdo, sendo que de acordo com Sacristán (1996, p. 3), o ensino denota uma transmissão, não sendo uma atividade vazia.

A educação para ser compreendida exige ser entendida: a) Como uma atividade que se expressa de formas distintas, que dispensa processos que têm certas consequências nos alunos/as, e, por isso, é preciso entender os diversos métodos de conduzi-la; b) Como o conteúdo de um projeto de socialização e de formação: o que se transmite, o que se pretende, os efeitos que se obtém; c) Como os agentes e os elementos que determinam a atividade e o conteúdo: forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores/as, materiais, entre outros (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1994, p. 4).

Assim, o ensino se realiza diante um conteúdo, sendo que qualquer projeto educativo visa fazer algum efeito na vida de quem se educa. Educar é transformar, sendo um caminho de mudança da vida das pessoas. Há que se lembrar, ademais, de acordo com Sacristán (1996), do conteúdo culturalizador da educação. Ressalta-se que Sacristán (1996, p. 4) explica: “os conteúdos são decididos fora do âmbito didático por agentes externos à instituição escolar”.

Os conteúdos não se atentam com temáticas exteriores à escola, não havendo interação entre o que acontece dentro e o que acontece fora. Não existe uma compreensão global sobre as matérias abordadas em sala de aula. Isso deve ser modificado, pois o aluno deve ser capaz de solucionar situações problemas de seu cotidiano, tendo em vista que um dos objetivos da sala de aula é preparar o aluno para enfrentar a realidade.

Lembra-se que Gregory Bateson (1979, *apud* Goodson, 2007, p. 1) reparte a aprendizagem em três tipos, qual sejam: a aprendizagem primária, a aprendizagem secundária e a terciária. A primeira consiste nos conteúdos do currículo formal. Já a segunda são “atributos do mundo” e a terceira é o currículo individual.

Nota-se que a sociedade atual além de ser complexa e desigual, é formada por riscos, instabilidades e céleres transformações, o que

torna o velho desenvolvimento do currículo inadequado, pois ainda focado na aprendizagem primária e prescritiva. Assim, a inovação se faz necessária no ambiente escolar. De acordo com Goodson (2007):

Sugiro que esse esmagador sentimento de crises experimentado igualmente por filósofos, teóricos e práticos da educação [...] tem pouco a ver com as faltas, erros ou negligências do pedagogo profissional ou com falhas da teoria da educação, mas tem muito a ver com a fusão universal das identidades, com a desregulamentação e privatização da identidade – processos de formação, a dispersão de autoridades, a polifonia das mensagens e a consequente fragmentação da vida que caracterizam o mundo em que vivemos (BAUMAN, apud GOODSON, 2007, p. 2).

Dessa forma, segundo Goodson (2007, p. 2), “precisamos mudar de um currículo prescritivo para um currículo como identidade narrativa; de uma aprendizagem cognitiva prescrita para uma aprendizagem narrativa de gerenciamento da vida”. Assim, os alunos devem ter um currículo que os prepare para enfrentar a realidade da vida, a fim de que a sociedade se torne melhor.

Para além do currículo, nesta discussão acerca da educação, recorda-se que o ensino torna-se paulatinamente direito público quando todos contraem a possibilidade de acesso à escola pública em um Estado Democrático de Direito protegido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Assim sendo, a educação, compreendida como direito, melhora e progride, quando historicamente passa a considerar o atendimento a padrões de exigência que objetivam a qualidade no ensino ofertado e para o reconhecimento de ideais democráticos internos à vida escolar.

Afinal, não basta a criança ter acesso à educação simplesmente. É necessário que este acesso seja de qualidade, trazendo melhora na

vida destes alunos e na comunidade. Por isso, é extremamente essencial que o professor utilize uma metodologia ativa e inovadora, a fim de que seu aluno seja capaz de fazer a diferença na sociedade, capacitando-o para solucionar situações problemas presentes em seu dia a dia.

Desse modo, observa-se que o direito à educação será concretizado a partir do momento em que a escola contrair padrões curriculares e orientações políticas que garantam inversão de prioridades, mediante atendimento que considere, à guisa de justiça distributiva, grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade para participar desse direito subjetivo universal – que é a escola pública, gratuita, obrigatória e laica.

Nota-se, com o intuito de aprofundar a reflexão, que o direito ao ensino acompanha as gerações de direitos. Visa-se atualmente a democratização do ensino público e de qualidade, lembrando-se que a primeira geração de direitos, relacionados à educação, buscou universalizá-lo, já a segunda objetivou lhe dar qualidade e a terceira democratizá-lo.

Desse modo, registra-se que os Direitos Fundamentais consistem em Direitos elencados primordialmente nos artigos 5º, 6º e 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo que a conquista destes Direitos foi permeada de dificuldades e, para a sua valorização aconteceram grandes desastres históricos, tais como a 1ª e 2ª Grandes Guerras Mundiais. Com o fim da Primeira Grande Guerra, ocorreu uma transformação de padrão na sociedade. Viu-se a precisão do Estado intervir nas questões de cunho social, como a educação, saúde e trabalho.

Os cidadãos modernos, que são resguardados pelo Estado Democrático de Direito, existem sob a interferência estatal, tendo em vista que a coletividade transmite ao Estado o Poder, a fim de que o mesmo a resguarde. Com o objetivo de proteger e proporcionar uma

vida digna aos indivíduos, o Legislativo preparou os conhecidos Direitos Fundamentais elencados no texto constitucional e extremante vinculados à educação.

Desta maneira, a educação é um direito fundamental primordial aos cidadãos brasileiros, tendo em vista as crianças serem o futuro da nação. Por isso, os educadores devem ser cientes de suas responsabilidades e darem o seu melhor em sala de aula, trazendo metodologias inovadoras e ativas para que o aluno seja capaz de fazer a diferença na sociedade ao seu redor, solucionando situações problemas.

Desse modo, considerando-se que o professor é primordial para a formação da consciência da criança (que é o futuro da nação), o mesmo deve ser cuidadoso em relação à sua aula, ao conteúdo e metodologias utilizados, pois estará interferindo na formação de seres em desenvolvimento e garantindo a efetividade e concretização do direito à educação.

Por fim, observa-se que a educação do Brasil deve ser aperfeiçoada, sendo que esta modificação precisará de tempo e recursos financeiros, porém acredita-se na democracia e na liberdade por meio da educação de qualidade e para todos, a qual é libertadora e capaz de mudar a realidade de muitas famílias.

## **Conclusão**

A Educação, extremamente importante e essencial para a sociedade, é complexa e utilizada como uma prática para a liberdade e para o bem coletivo, sendo primordial para a formação de cidadãos bons, produtivos e conscientes. Desse modo, acredita-se que hoje se vive em um Estado Democrático de Direito, possuindo todos o direito a ter um processo de formação de qualidade, objetiva-se, com isso, um melhor futuro para a nação brasileira.



Desta forma, não se pode falar em um país desenvolvido sem uma educação democrática e conscientizadora, a qual supere os problemas de desigualdade social e pobreza, bem como utilizadora de uma metodologia inovadora e ativa. Repreende-se, assim, o modelo atual de educação tradicional, que se preocupa apenas em colocar o aluno na Universidade, não considerando todas as suas outras capacidades.

Defende-se a construção do conhecimento sob o ideal construtivista e a utilização de metodologias inovadoras e ativas, considerando o aluno ator e ativo no processo de aprendizagem.

Confia-se em uma educação para a liberdade, para a criticidade e cidadania, sendo esta, dever do Estado, da família e da sociedade que selar pelo bem coletivo. O aluno constrói, transforma e enriquece o seu conhecimento atuando ativamente por meio da ajuda ajustada do educador.

A educação não se trata somente de conhecer as respostas corretas; nem de adquirir os conhecimentos relevantes; nem de cópia, entretanto de construção de conhecimento que se desenvolve na atribuição de significados aos conteúdos escolares, lembrando-se que existem variados tipos de conteúdos, inclusive o que é oculto.

Tudo o que se faz em sala de aula influi na formação dos alunos, deve-se então tomar cautela com a forma de ensinar que precisa se adequar às necessidades diversas de cada aluno. Desse modo, busca-se sempre a melhora da prática educativa.

Nas salas de aula, o professor enfrenta o desafio de ensinar os alunos que estão interessados em mexer no celular e que não possuem mais paciência de escutar o professor explicar o conteúdo no quadro, pois estão acostumados com a celeridade das tecnologias. Diante desta realidade, na qual o ambiente tecnológico se torna mais atrativo ao aluno, resta ao docente trazer e usar a tecnologia ao seu favor, ou seja, inovar a forma de ensinar, de aprender e utilizar metodologias inovadoras, tendo em vista que a escola deve acompanhar a realidade social,

pois deve preparar os alunos para enfrentá-la. Não há mais espaço para metodologias tradicionais e obsoletas como a simples cópia no quadro.

O espaço do ensino precisa ser transformado, a fim de que se torne atrativo e prazeroso para todos os integrantes do ambiente escolar e objetivando a máxima e efetiva aprendizagem, a qual proporcione ao aluno uma experiência transformadora, capaz de melhorar a sua vida e modificar a sua realidade, levando-se em consideração o poder da educação que é a solução para todas as mazelas sociais, por exemplo, a corrupção seria solucionada se todos os corruptos tivessem aprendido valores éticos e morais na escola.

Desse modo, a não inserção de metodologias inovadoras e ativas ocasiona falta de interesse do aluno pela escola, pelo ensino e pelo conhecimento. Ademais, vê-se desmotivação pela aprendizagem, a qual é ocasionada pelo uso de métodos tradicionais, tal como a cópia de quadro e a simples memorização do conteúdo desprovida de contextualização, que torna o conteúdo não atrativo ao aluno, o qual deveria saber a beleza da aprendizagem.

O aluno deve formar competências e habilidades capazes de auxiliá-lo em sua vida e na sua profissão. A realidade deve lhe ser apresentada na sala de aula. Desta forma, deve haver um ensino multidisciplinar, o qual lhe proporcione uma visão ampla e contextualizada dos conteúdos, a qual apresente problemas para os alunos solucionarem.

O ensino torna-se paulatinamente direito público quando todos contraem a possibilidade de acesso à escola pública. A educação como direito melhora e avança quando historicamente passa a contemplar o atendimento a padrões de exigência que objetivam qualidade no ensino oferecido e para o reconhecimento de ideais democráticos internos à vida escolar.

O direito da educação será aplicado quando a escola adquirir padrões curriculares e orientações políticas que assegurem inversão de

prioridades, mediante atendimento que contemple, à guisa de justiça distributiva, grupos sociais reconhecidamente com maior dificuldade para participar desse direito subjetivo universal – que é a escola pública, gratuita, obrigatória e laica.

Desta maneira, levando-se em consideração que o educador é essencial para a formação da consciência desta criança, o mesmo deve ser cauteloso em relação à sua aula, ao conteúdo e metodologias empregados, pois estará interferindo na formação de seres em desenvolvimento.

A educação do Brasil deve ser melhorada, sendo que esta transformação demandará tempo e recursos financeiros, todavia acredita-se na democracia e na liberdade por meio da educação de qualidade e para todos.

## REFERÊNCIAS

BALLIANA, Gildo; KLAMMER, Celso. **O uso de metodologias inovadoras, na Universidade, por meio de tecnologias.** Disponível em: <[https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24605\\_12330.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24605_12330.pdf)> Acesso em: 14/01/2020, às 10h.

GOODSON, Ivor. **Currículo, narrativa e o futuro social.** Revista Brasileira de Educação. v.12.n35. Maio/ago.2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A.I. Pérez. **O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise prática?** In: Compreender e transformar o ensino. Artmed Editora. São Paulo, 1996.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro; BRANDÃO, Edemilson Jorge Ramos. **Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social.**

Disponível em: < [http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo/fev2003/artigos/adriano\\_internet.pdf](http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo/fev2003/artigos/adriano_internet.pdf)> Acesso em 14/01/2020, às 18h.

# Capítulo IV



## **ÉTICA APLICADA E ENSINO SUPERIOR**

ETHICS APLIEDV AND HIGHER EDUCATION

**Gilson Xavier de Azevedo<sup>9</sup>**

**Rafaella Belchior Brasil<sup>10</sup>**

**Helieder Cortez Freitas<sup>11</sup>**

**Leandro Aparecido de Souza<sup>12</sup>**

**Vonedirce Maria Santos Borges<sup>13</sup>**

**Laís da Conceição dos Santos<sup>14</sup>**

**Tatiana Michlovská Rodrigues<sup>15</sup>**

**Marcos Roberto da Silva<sup>16</sup>**

**Joana Corrêa Goulart<sup>17</sup>**

**Wellington Francisco Rodrigues<sup>18</sup>**

**Robson Pedro Veras<sup>19</sup>**

**Reynaldo Irapuã Camargo Mello<sup>20</sup>**

---

<sup>9</sup> Doutor em Ciências da Religião pela PUC-GO (2017) (gilson@faqui.edu.br).

<sup>10</sup> Doutora em Ciência Animal pela UFG (2016) (rafaellabelchior@hotmail.com).

<sup>11</sup> Doutor em Química pela UFU (2015) (corteshf@yahoo.com.br).

<sup>12</sup> Doutor em Agronomia pela UNESP (2016) (leandro.souza@faqui.edu.br).

<sup>13</sup> Doutora em Geografia pela UFG (2011) (lais.santos@faqui.edu.br).

<sup>14</sup> Doutora em Agronomia pela UNESP (2016) (lais.santos@faqui.edu.br).

<sup>15</sup> Doutora em Agronomia pela UFLA (2006) (tatiana\_mrodrigues@yahoo.com.br).

<sup>16</sup> Doutorado em Educação pela UFU (2020) (marcos.roberto@faqui.edu.br).

<sup>17</sup> Doutorado em Educação pela PUC GO (2018) (joana@ueg.br).

<sup>18</sup> Doutorado em Saúde pela UFMT (2017) (wellington.rodrigues60001@gmail.com).

<sup>19</sup> Doutor em Filosofia PUC SP (2017) (robson.veras@yahoo.com.br).

<sup>20</sup> Mestre em Educação pela UFSM (2003) (rcamargomello@gmail.com).

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é pensar a questão da ética enquanto referencial formativo no Ensino Superior, a partir de temas motivadores da discussão como a noção de História do Ensino Superior, Sociedade do Conhecimento e Qualidade Ética, igual a Responsabilidade Política. Justifica-se esse estudo pela necessidade que o grupo observou de se discutir a questão formativa na atualidade, a partir da realidade da FAQUI, Faculdade Quirinópolis. Parte-se do problema da deterioração dos referenciais formativos, em detrimento da instrumentalização do perfil formativo do Ensino Superior. A metodologia adotada é a exploratória revisional bibliográfica. Apresenta-se como resultado um arcabouço referencial que subsidiará outros debates sobre o tema.

**Palavras-chave:** Educação. Ética. Política. Ensino Superior.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to think about an ethical issue as a referential higher education, based on motivating topics for discussion, as an idea of the History of Higher Education, the Society of Knowledge and Ethical Quality, equal to Political Responsibility. Justify this study by the need or interest group to discuss a formative issue today, based on the reality of FAQUI, College Quirinópolis. It starts with the problem of deterioration of training references, to the detriment of the instrumentalization of the formative profile of Higher Education. The adopted methodology is a bibliographic review of exploration-ratios. It is presented as a result of a bench reference that will subsidize other debates on the theme.

**Key-words:** Education. Ethic. Politic. University education.



## **Introdução**

Dentro de uma realidade tão nova, inesperada e marcante como é o Neoliberalismo, a Educação, nos países em desenvolvimento sofre algumas mudanças para justamente atender às reais necessidades desse mercado de capitais, propiciando um maior número de profissionais formados à disposição do mercado; tal contexto lança à educação o desafio de, sem perder sua identidade, fornecer ao mercado o perfil profissional de que ele, o mercado, necessita, conforme indico abaixo na citação:

Esta realidade constitui talvez o maior desafio para a educação nos dias de hoje, pelo menos se acreditamos que o homem é algo mais que mero objeto de mercado e que a educação deve contribuir para formar este algo mais no homem. Uma das principais tarefas será a de recuperar o espaço humano que já foi perdido. Refiro-me em especial à deplorável situação em que se encontra considerável parcela dos jovens da nova geração. É uma geração que já não aspira a coisa alguma, desnorteada e fragmentada, que espera passar o tempo, que vê a morte e a vida como um espetáculo, que não sente responsabilidade social, que cultua a imediatez do momento, da experiência e do prazer (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Dessa maneira, jugo ser o tema escolhido inteiramente pertinente, já que, sobremaneira, buscamos aqui, pensar as formas de desenvolvimento sustentável e seguro na perspectiva dos profissionais que saem para o mercado de trabalho, formados pelas Faculdades em todo país.

### **1. Universidade e Ensino Superior na História**

Muito pouco ou quase nada se sabe no meio acadêmico sobre a origem e fundação das Universidades. Quando se fala de Cambridge ou Oxford, pensa-se logo no Século XII, quando de suas iniciais fundações. Pelo menos é assim que tenho observado em minhas aulas de Filosofia e Filosofia do Direito; pelo menos é assim que tenho constatado em todo orbe acadêmico em que atuo.

Começo então afirmando que o tecnicismo nos ceifa, que faz com que sejamos aquilo que realmente somos, para sermos nesse caso, meros consumidores de ideias, estudantes (sem luz) depositários de uma educação bancária, cifras de um corpo acadêmico mumificado pelo materialismo neo-utilitarista. Ao esquecermos que temos história, e que, estamos em uma instituição que historicamente aproxima-se dos mil anos, isso denota que o ser humano perdeu todos os seus referenciais éticos de significado e a conseqüente noção de *polis*.

Se tivéssemos então de contextualizar onde estamos, precisaríamos, na perspectiva de Trindade (1998), vislumbrarmos, grosso modo, quatro períodos básicos dessa história.

O primeiro período é o do século XII até o Renascimento, que conhecemos como da invenção da universidade tradicional, em plena Idade Média. Tal modelo é bem ilustrado nos filmes: “Em nome de Deus” (1988) e “Lutero”, onde os debates e confrontos de Ideias eram bem frequentes.

O segundo período começa no século XV, se caracteriza por seguidos impactos, devido aos avanços comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico florescente na Itália. A Universidade é influenciada também pelos efeitos da Reforma e da Contra-Reforma.

O terceiro período é marcado pelas descobertas que seguem ao século XVII, no campo das ciências e dos saberes em geral, e que trazem o espírito iluminista (Séc. XVIII) para dentro da Universidade baseado no espírito crítico, na liberdade e tolerância religiosa.

Por sua vez, A Revolução industrial Francesa gerará junto ao contratualismo e ao Estado como Poder máximo, a institucionalização dessa Instituição, moldando um tipo de ciência que só se desenvolverá plenamente no século XIX.

O quarto período que Trindade (1998), p. 6 chama de Moderno, “[...] começa no século XIX e chega aos nossos dias, introduzindo uma nova relação entre Estado e Universidade, permitindo que se configurem as principais variantes padrões das universidades atuais”.

Na América Latina, até fins do século XVII, existe uma rede de 12 instituições de norte a sul do continente. A primeira é de, em Santo Domingo (1538), Córdoba, na Argentina (1613) Universidade de Salamanca, e a Universidade de Alcalá, (atual Complutense), e até fins do século; todas seguindo uma linha tradicional ligadas ao ensino da teologia, leis, artes e medicina.

No Brasil, a universidade se institucionaliza, apenas no nosso século, mas quando da transferência da Corte para o Brasil, cria o primeiro curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia (IBDM, p. 7). A chamada “universidade temporã” se organiza após a década de 20, como cita Anísio Teixeira (1989, p. 98): [...] o Brasil esteve fora do processo universitário quando o tema principal do debate, no século XIX, era “a nova universidade, devotada à pesquisa e à ciência”.

O período do Renascimento foi talvez em toda a Europa o mais influente e profícuo às Universidades: “O desenvolvimento das universidades de Florença, Roma e Nápoles e da Academia da Neo-Platônica serão centrais para o fim da hegemonia teológica e o advento do humanismo antropocêntrico” (TRINDADE, 1998, p. 8).

Universidades como a de Paris (1530) e Louvain (1414) resistiram às mudanças renascentistas, mas as que aderiram, sobretudo com o impulso protestante, chegaram ao século XVII contando numerosas descobertas da física, astronomia, matemática, e no século XVIII, da química

O desenvolvimento da universidade renascentista resulta de uma profunda transformação, a partir do século XV, [...] A universidade renascentista se abre ao humanismo e às ciências, realizando a transição para os diferentes padrões da universidade moderna do século XIX (TRINDADE, 1998, p. 9).

Se fossemos apontar aqui um elo, que ao longo de oito séculos de academia, aproximaram Ciência e Estado, apontaríamos a financeirização da Educação. As relações comerciais e grandes valores que isoladamente, eram cobrados, pediram a intervenção do Estado, donde a Educação nunca mais sairia. Mesmo falando de privatizações, o Estado se mantém ligado às Instituições de ensino para o recebimento de impostos.

As novas tendências da universidade caminham em direção a sua nacionalização, estatização (França e Alemanha) e abolição do monopólio corporativo dos professores, iniciando-se o que se pode denominar “papel social das universidades”, com o desenvolvimento de três novas profissões de interesse dos governos: o engenheiro, o economista e o diplomata (TRINDADE, 1998, p. 10).

As relações estatais com o conhecimento são apontadas pelo pesquisador Alexander King (1996), em blocos, onde uma primeira fase seria a da esperança de que a ciência nos trouxesse a paz; um segundo momento (após 1960), realça os aspectos da ciência, da tecnologia e da produção. Esse período é de ameaça ao saber, pois Hiroshima, Auschwitz e o princípio da agonia capitalista, minam alguns dos significados de Saber e Academia.

O terceiro bloco é constituído por um profundo descrédito tecnológico, dado que: “os cientistas são considerados como instrumentos do poder militar, econômico e insensível aos graves problemas sociais e ecológicos que os rodeiam” (TRINDADE, 1998, p. 12). Após a década de 70, A Indústria americana entra em crise e o Japão avança nos processos de geração de componentes eletrônicos para o mundo. As universidades começam efetivamente a produzir ciência para a Indústria, de modo que o trabalho se liga à universidade, determinando seus novos rumos comerciais e não mais científicos, visto que a ciência passa a ser produzida para o comércio e não para o indivíduo; assim: “a pesquisa científica aparece como hipergeradora de poder, capaz de aumentar ainda o poderio dos mais poderosos” (KING, 1996, p. 99). Como complemento, para Ferraroti (1996, p. 54-9):

[...] a ciência e os cientistas estão frequentemente a serviço do poder constituído [...], fazendo evoluir a natureza do poder e dos que o exercem. A ciência e o poder têm uma influência crescente sobre a fonte do poder e sobre as formas de seu exercício.

Perguntar o que o tempo em que estamos espera das Instituições de Ensino Superior é denunciar sua mecanicização em função do comércio e do mercado de profissionais cada vez mais insensíveis aos reais problemas à sua volta. Mais uma vez, a arte imita a vida em filmes

em que, os cientistas servem aos reis, poderosos e bandidos, produzindo “armas” capazes de grandes extermínios. Tais armas, no contexto atual, podem ser: o desemprego, a miséria e a ignorância como o pior dos três: A lógica do modelo é de que a universidade deve “responder a diversas necessidades que lhe são externas”, tornando-se cada vez mais uma “organização multifuncional, indispensável e utilitária”. (TRINDADE, 1998, p. 13).

Ao chegar à Universidade, o utilitarismo provoca mudanças nos países, nunca antes esperadas e nem tão desastrosas. Como mencionávamos no primeiro momento de nossa exposição deste tópico, estar no Ensino Superior não significa em muitos locais, mais do que um diploma impresso, nada mais que isso; nesse contexto, que eu chamaria de sórdido, o conhecimento deixa de ter importância real:

[...] o conhecimento é o poder, mas o poder de criar, de prever e de evitar. Aplicar este conhecimento para o bem da humanidade é a sabedoria. Conhecimento e sabedoria são as duas garantias de um futuro comum melhor (MAYOR, 1996, p. 142, 177).

Na denúncia de Trindade (1998, p. 14) seremos nós os responsáveis pela crise na universidade, onde se nos arguíram onde estávamos nós que deixamos isso acontecer.

Un dia los intelectuales apolíticos de mi país seran interpelados por el hombre sencillo de nuestro pueblo. Se les preguntara sobre lo que hicieran cuando la patria se apagava lentamente como una hoguera dulce, pequeña y sola.

Nesse sentido, somos vítimas e cúmplices de tal derrocada do conhecimento, além de propagadores da instrumentalização da intelectualidade social, conforme se vai tratar a seguir.

## **2. Instrumentalização e Sociedade do Conhecimento**

A breve menção que fizemos no tópico anterior sobre a instrumentalização do saber, denotava os possíveis danos que a educação

como um todo, sofreria ao passar ou às mãos do Estado ou do Neoliberalismo. A modernidade, que trouxe consigo tantas promessas: messianismos medicinais, esperanças de se criar o elixir da imortalidade, não fez mais que multiplicar as mazelas e concomitantemente os sofrimentos humanos, distanciando ainda mais o homem de seu semelhante.

A partir do início da modernidade, a ciência foi definida como o caminho privilegiado e mais seguro de acesso à realidade. O proceder científico facultaria ao homem desvendar os mistérios das incontroláveis forças ocultas que lhe impunham tanto medo. O homem disporia, afinal, de um instrumento que o tornaria verdadeiro senhor da criação. A ciência começou a ser vista, desde então, como o motor do desenvolvimento, símbolo do progresso (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Pelo menos três fatos podem nos servir de confirmação identificatória sobre essa suposta mudança de perspectiva ou de época histórica: o primeiro seria a velocidade e o caráter permanente de tais transformações; depois o crescimento exacerbado da quantidade de conhecimentos e informações hoje disponíveis, e por fim, o mundo contemporâneo caracteriza-se pela capacidade extremamente grande de armazenamento e de transmissão de conhecimentos e informações num espaço e tempo cada vez menores.

Há quem diga que tais fatos são apenas efeitos da economia, mas especialistas do campo da história, são concordes em afirmar que vivemos sim uma nova época, meio que sem nome e sem parâmetros, à qual, chamam de Era Global, pós-ocidentalismo, contemporaneidade conforme expressa Ianni:

[...] talvez se devesse dizer que terminou um ciclo particularmente importante de luta de classes, em escala nacional e internacional. Mas não terminaram as desigualdades, tensões e contradições que estavam e continuam a estar na base da vida das nações e continentes. Esse pode ser apenas um ponto de inflexão histórica, assinalando o fim de um ciclo e o começo de outro (IANNI, 1933, pp. 33).

A mudança histórica pela qual passamos, traz às sociedades globais, fortes desequilíbrios em praticamente todos os campos. O pequeno documentário “ilha das flores” denuncia, de forma bem direta o aspecto do crescimento das desigualdades nas sociedades globais. O mais complexo nisso tudo, é perceber que há um paradoxo entre as antigas promessas da ciência e suas reais aplicações e ações ao longo das últimas quatro décadas.

Esse aceleração da pobreza, miséria e o do distanciamento humano, são o que este artigo expressa como as principais causas da perda de sentido e valor ético em todas as camadas sociais. Afirmar como Nietzsche que “Deus está morto”, é denunciar o homem que o matou na figura da caridade, solidariedade e compromisso social que mascaram a perversidade capitalista. Tais elementos, também são notados na educação onde essas distâncias humanas descaracterizaram a arte de ensinar: “[...] não sabemos ainda como preparar os estudantes de forma a torná-los capazes de lidar de forma eficiente com a grande quantidade de novas informações gerada a cada ano, condição essencial para uma atuação de ponta” (MÉIS, 1996, p. 34).

O Estado querendo passar de bem feitor supremo a simples mediador de impostos e taxas, abre as portas às privatizações, apostando no crescimento industrial e desse, no crescimento dos países subdesenvolvidos; no entanto, ao se passarem 30 anos, aquilo que se observa, são dois gigantes a se digladiarem: de um lado o âmbito público, no qual, algumas instâncias ainda primam pela ética, e do outro, o âmbito privado, que baseado no lucro, cresce à medida que explora a mão de obra humana como expressa Rama:

En la medida que se conformaron los Estados Nacionales y estos crecientemente asumieron una legitimación primero de tipo terrenal y luego de tipo política al expandirse las dinámicas democráticas, la confrontación entre lo público como un ámbito basado en la ética y lo privado como un ámbito basado en el lucro y en el interés individual, se fue conformando como el esquema conceptual y analítico dominante (RAMA, s/ d., p. 2).

No mesmo patamar, cita-se:

A mentalidade neoliberal que, como verdadeira revolução, pôs todos os países, o mundo inteiro, sob seu domínio, foi capaz de invalidar qualquer outra lógica que não a sua. O ponto fulcral, o valor último, o argumento decisivo que ordena todo o sistema é o lucro. A ciência, rainha que foi, passa a ser ministro do novo rei, o lucro, cuja crueldade ajuda a potencializar e justificar. Seu poder é tanto que já não encontra limites, invadindo tudo, o ser e o pensar, e, sobretudo, convencendo a todos que fora dela não há salvação (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Se ao leitor, estamos parecendo pessimistas, talvez seja por que, tendo consciência de que nós e nossa prática pedagógica nada podemos fazer para mudar tal situação, bem sabemos que problemas como aquecimento global, miséria e desemprego acadêmico, têm sua origem em tais fatores que aqui se destaca. "[...] os países que têm o menor desenvolvimento científico são os responsáveis pela educação da maior parcela dos jovens do planeta" (MÉIS, 1996, p. 28). São justamente essas disparidades que citamos, que preocupam e desvinculam a Educação Superior da Política e da Ética enquanto estruturas sociais. Talvez aqui devêssemos perguntar:

Por que Instituições Estaduais não produzem conhecimento como as federais? Porque na explosão de Instituições particulares, o conhecimento se restringe à informação mercadológica? Quantos estudantes saem realmente preparados para enfrentar o mercado de trabalho? Porque num país em que os índices educacionais crescem, as vagas no mercado parecem diminuir? Estamos ensinando empreendedorismo ou empreguismo?

[...] o desequilíbrio científico/tecnológico, isto é, a concentração da revolução científica em alguns poucos países. Segundo as estatísticas que apresenta, 70% dos trabalhos científicos produzidos a cada ano se originam de sete países centrais que têm apenas 14% da população mundial enquanto o resto do planeta, que representa 86% da população, produz apenas 25% do saber, gerado a cada ano. Assim, para citar dois exemplos extremos, em 1989 os EUA produziam 35,1% das pesquisas enquanto o Brasil produzia apenas 0,47% (MÉIS, 1996, p. 25s).



Quem são os verdadeiros beneficiários da tecnologia? Situações de sofrimento e descaso público nos fazem questionar onde mesmo estava a ética e porque ela não volta? Há, portanto, um grave desequilíbrio entre uma pequena minoria de países que produzem conhecimentos e uma grande maioria que os consome (MÉIS, 1996, p. 27).

Pensamos e temos dito isso, que no mercado Neoliberalista faz pouco sentido falarmos de ética, moral e humanismo, pois só os fortes sobrevivem e “vencem”, de modo que ética parece ser para os fracos. Para os latinos, africanos, suburbanos europeus e dos Estados Unidos, restam a esperanças de uma realização que a meu ver só existe em Passargada. Para esse mercado, não interessa o indivíduo e, portanto a ética, mais sim ter indivíduos moralmente flexíveis para enviá-los ao mercado a qualquer momento. Como vai afirma o texto a seguir, quanto mais preparados, melhor para o mercado:

O Brasil tem cerca de 15 milhões de jovens. Desses apenas 20% encontram emprego. A média de escolaridade é de 4 anos. Diz-se que a maior parte não arruma emprego por falta de escolaridade. Por isso, na outra ponta, os estudos alongam-se cada vez mais. [...] Quanto mais qualificados existirem, melhor para as empresas. Mesmo supondo uma situação em que todos os aspirantes ao emprego fossem muito bem qualificados, o número de desempregados não seria reduzido, apenas os desempregados seriam mais qualificados, como ocorre nos países do Primeiro Mundo (GOERGEN, 1998, s/ p.).

É claro que aos olhos do senso comum, tudo melhorou; podemos ter tudo o que nossos pais nem sonhavam em comprar (mas não se nota que de qualidade bem inferior), a cada ano, mais pessoas podem entrar no Ensino Superior (sem levar em conta o tipo de oferta e de instituição está postulando tal formação). Já a tempos venho dizendo que quantidade não significa qualidade.

A “guerra dos mundos” travada diariamente na TV, Out Doors e nas fachadas das Empresas multinacionais instaladas nas Capitais brasileiras, mostra com clareza que nosso mercado tido como emergente precisa ainda olhar para muitos pontos que não estão e nem pode acompanhar o aceleração global como indica Rama:

[...] en 1960 ésta representaba el 16% de la matrícula regional, pasó al 32% en 1985, saltó al 45% en 1994, continuo trepando para alcanzar el 50% en el año 2000 y al parecer llegar al 52% para el año 2003. [...] La masificación de la educación en términos numéricos significaba para el 2002 más de 12 millones de estudiantes universitarios en toda la región con una graduación de más de un millón de profesionales por año ix. Tales transformaciones alteraron todas las condiciones del desarrollo universitario al crear verdaderos sistemas, altamente complejos, totalmente fuertemente descoordinados, carentes de regulaciones, competitivos, y crecientemente regulados por el mercado, el cual permitió y promovió diferenciaciones de calidad, de precios, de instituciones (Rama, s/ d., p. 11).

Se por um lado, esse trem desgovernado da economia global não mostrou a que veio, se não a trazer desequilíbrios, por outro, o homem ficou tão impressionado com tais avanços que deles não consegue mais se separar:

A promessa final do computador, ligado às redes globais de comunicação, é colocar todo o mundo do conhecimento e da informação nas mãos do indivíduo isolado [...] escondido na privacidade de seu quarto, sentado em frente a um terminal de computador. [...] se diverte, educa-se, comunica-se com outras pessoas nas estradas da informação e providencia seu sustento prestando o necessário trabalho na economia da informação. (KUMAR, 1997, p. 168)

Parece que a busca pelo excedente acabou por distanciar o homem do seu principal referencial de conduta:

La ausencia de ética en este caso se asociaba a la existencia del propio Estado como regulador social, a la tarea de los administradores públicos como redistribuidores de rentas, y muchas veces por la posibilidad de apropiarse de una porción de dichas rentas (RAMA, s/ d., p. 4).

Perde-se, portanto, o significado dos significados, dos porquês, do conhecimento enquanto valor pessoal. Importa o que se vai fazer com a informação enquanto esta pode nos render.

### **3 Qualidade Ética igual a Responsabilidade Política**

Quando Romão (s/ d., p. 3) se refere à “qualidade” do ensino Superior, ele necessariamente o faz apontando o que chama de desconfortos. O aspecto ISO chegou às escolas, sobretudo as particulares, como se fosse um novo avatar da educação. Costumava-se ouvir na década de 90 que ‘precisamos dar mais qualidade à educação’, donde se seguiu dezenas de congressos com este tema, mas o próprio Romão levanta a questão central: De que qualidades estamos falando?

[Esse] Ensino é meio, instrumento, para a consecução dos objetivos de determinado projeto social. Assim, o que é qualidade para uma determinada formação social, pode significar a ameaça para outra (ROMÃO, s/ d., p. 3).

Outro ‘desconforto’ é a suposta arrogância, que segundo o autor citado, existe entre os acadêmicos com relação aos “excluídos”, que em tese, seriam o objeto de estudo e solução dos cursos públicos. Os “phdeuses” são homens e mulheres conectados com o mundo, mas que carecidos de formação política sólida, estão cada vez mais distantes da realidade de onde vieram e de onde estudam.

Em nossa sociedade, especialmente a partir dos anos da década de 1950, os diplomas de graus progressivamente mais elevados passaram a ser o mais importante canal de ascensão social das classes marginalizadas do processo de acumulação. Por isso, de lá para cá, assistimos a uma verdadeira corrida em busca dos diplomas de curso superior como credencial para as melhores oportunidades na sociedade. E, como era de se esperar, porque ninguém é idiota, todos passaram a aspirar a uma formação em nível superior (ROMÃO, s/ d., p. 5).

Muitos taxam o Neoliberalismo de promover um individualismo inconsequente, sem notarem que o individualismo é somente uma via para fantasmas e demônios muito maiores como o consumismo, o já citado excesso de profissionais, a instabilidade emocional.

É possível que o leitor não esteja vendo dentro da Universidade, onde reside então este “problema ético proposto”, mas posso lhe asse-

gurar que, por trás do desinteresse de profissionais pelo conhecimento, por trás da desmotivação de discentes por disciplinas de humanas; por sobre a falta de recursos tecnológicos, tanto de instituições públicas e privadas; além da instrumentalização do saber, como ponte para o “futuro emprego”, encontra-se latente e claro o problema, do qual, estamos tratando e que segundo Rama, basta querer ver:

En tiempos recientes una amplia reflexión se ha procesado sobre la ausencia de ética en el ámbito de lo público. Conjuntamente a los procesos de democratización que han conducido a que los poderes públicos se han sustentado crecientemente en una legitimación electoral, se desarrolló una reflexión – basada en fuertes informaciones empíricas- sobre el manejo arbitrario de los recursos públicos por parte del Estado como agente asignador de los bienes y servicios de la comunidad (RAMA, s/ d., p. 3).

Há poucos dias em aula, questionei os estudantes sobre o futuro do Ensino Superior, me referindo aos graus de formação. Dizia a eles que se antes concluir o então 2º Grau era um “milagre”, agora parecem estar banalizados tanto os níveis de mestrado e Doutorado. O Status reside nesse tempo em Cursos no Exterior, Pós Doutorados na Europa e Estados Unidos. Mas a despeito de tantas ‘facilidades’, o Ensino Superior no Brasil ainda é para poucos, e desses, conta-se os que chegam aos congressos, seja como ouvintes, seja como teóricos conforme indica Romão (s/ d., p. 5): “E daí, para onde mais se elevará o grau de exigência? Certamente para os diplomas obtidos em ‘centros de excelência”.

A universidade não pode simplesmente continuar celebrando as "narrativas" das disciplinas, dos mestres, da verdade e do conhecimento sem relacioná-las de alguma forma às importantes questões levantadas pelo pós-modernismo a respeito do significado destas narrativas, de suas regulações segundo experiências sociais e éticas e de seus pressupostos no que tange à visão epistemológica do mundo (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Por todo o exposto, falar de qualidade na educação é aventurar-se por mares tempestuosos, que nos países desenvolvidos, qualidade não é o mesmo que qualidade ética e responsabilidade é um item que

não se encontra em todas as prateleiras desse grande Supermercado cultural Global (MATHEUS, 2002). Isso porque responsabilidade se liga à ética pessoal, profissional e coletiva.

Tais proposições, não são mera conjectura articular, mas condições de qualidade do ensino. Pensar educação de qualidade é olhar antes, os níveis éticos onde ela é praticada, os graus de responsabilidade de instituições, professores e estudantes nesse contexto. Falar de ética no Ensino Superior, é estar atento à realidade, onde esta ocorre, o nível de comprometimento dos professores, a responsabilidade estrutural da instituição e o sentido dos estudantes que nela constroem sua formação.

Além do exposto, deve-se pensar também, e bem de perto, em questões como salário, registro, plano de carreira; é entender que no caso do estudante, o envolvimento institucional é condição importante para o processo. Daí que, o que temos observado, tanto nos âmbitos público e como privado, são pessoas desconectadas do que escolheram para si; indivíduos carentes de sentido, de transcendentalidade cognitiva; estudantes que não querem ou não sabem estar em sala de aula; assédios verbais a docentes, tentativas desesperadas de cola; seminários mal preparados ou nem preparados, trabalhos baixados e não lidos; componentes que dariam inúmeros debates devido seu grau ético como indicamos a seguir:

El sector educativo ha estado fuera de la discusión sobre la problemática de la ética durante muchos años, y ha sido solo recientemente que se han introducido diversas perspectivas que han promovido la aparición de la educación superior como un campo asociado al debate sobre la ética (RAMA, s/ d., p. 4).

O presente tópico quer, portanto, apontar para problemas que, a nosso ver, têm solução e está bem próxima do indivíduo, sendo aqui denominada de vontade. Falar de ética e responsabilidade, é falar de vontade do querer agir e vontade da escolha. Quem escolhe um curso superior, submete-se a requisitos importantes contidos nesse patamar, sendo que, aí também está a escolha que a instituição faz de oferecer tais cursos. Muito se tem discutido sobre o caráter comercial em

detrimento do educacional em tais instâncias, conforme mostra a citação abaixo:

Los casos reportados en los medios de prensa han sido de una amplia variedad, afectando a estudiantes, profesionales, docentes, autoridades, administrativos, etc. Utilización de currículum vitae falsos, compra de títulos sin haber estudiado, falsificación de títulos, entrega de trabajos estudiantiles copiados de internet, plagio de trabajos para presentar ascensos, investigaciones o tesis, pagar a profesores para realizar las tesis o los trabajos universitarios, favoritismo de profesores para con algunos alumnos, llegada tarde a clases, no preparación de las clases, utilizar impropriamente fondos universitarios muchas veces asociado al manejo de los fondos extrapresupuestales, chantaje sexual o político, falsificar los datos biográficos para acceder a becas o cupos universitarios, robar los pruebas de exámenes, alterar notas, o simplemente copiar en las clases, son parte de un largo listado de hechos reales en el mundo universitario que aunque fueran pocos, indican realidades complejas (RAMA, s/ d., p. 13).

Se por um lado parece que a corrupção chegou a todas as instâncias da existência humana, é preciso então decidirmos de que lado queremos ficar, de que modo queremos viver; em que grupos desenvolveremos nosso papel social e de que meios, faremos uso, para atingir nossos objetivos, contanto que isso seja de fato transparente.

#### **4 Alguns temas Éticos, alguns problemas Políticos**

Começamos este quarto tomo de nosso artigo, falando que uma questão que afeta, não só a educação, mas concomitantemente a todos os seguimentos da sociedade; estou falando de crise, que o Dicionário Aurélio (2002) irá definir como: “Situação grave em que os acontecimentos da vida social, rompendo padrões tradicionais, perturbam a organização de alguns ou de todos os grupos integrados na sociedade”.

Existe como Hegel (2003) já indicara, certa tensão entre aquilo que é real por pertencer às coisas em si e aquilo que é racional, ou seja,

a verdade que projetamos nas coisas. Ao falar de crise, me refiro a esta tensão entre o neoliberalismo que aqui chamo de racional e o sentido ético de educar e aprender. Esse tempo é de crise porque é incerto, transitório e de uma leveza insustentável humanamente:

O final do século apresenta à humanidade o desafio de imaginar utopias alternativas ou de sacrificar valores consolidados nos últimos séculos, como a igualdade e a liberdade. A ciência começa a manifestar dúvidas sobre o caminho à certeza (BUARQUE, 1994, p. 17).

Enquanto debatedores, não poderemos contudo, ver apenas o aspecto negativo do que entendemos por crise; negativos são os efeitos do que gerou a crise, pois ela em si é o que dizia Hegel (2003) sobre a contraposição entre a tese (real) e a antítese (ideal); dessa maneira se o real exige uma subserviência do saber por parte das IES, por outro:

[...] a universidade, [...] limita sua luta à repetição, à defesa dos currículos, ao monopólio do diploma, à reivindicação de direitos e não raros privilégios, ao cumprimento de normas e planos de carreira. A comunidade universitária esquece que sua grande aventura está em inventar-se outra vez para ser um instrumento de ruptura, de invenção de um pensamento para conviver com o presente e construir o futuro (BUARQUE, 1994, p. 17).

Se hoje a Universidade é acusada de ter perdido a qualidade em função da cultura de massa ou da massificação do conhecimento mecanicista, antes essa “prostituição sapiencial” foi necessária para que o país pudesse importar e entender o que importava em termos de conhecimento. Essa crise de seguimentos, pede então do saber, posições, resultados e soluções, a uma velocidade que a universidade não consegue responder satisfatoriamente:

A crise está exigindo a formulação de novas perguntas, enquanto a universidade continua se dedicando a encontrar respostas velhas. Mas a comunidade tem consciência destas limitações; não se contenta e chama de perda de qualidade à perda de funcionalidade do seu produto (BUARQUE, 1994, p. 113).

Em seu livro, Buarque indica ainda elementos que dizem respeito à total quebra de paradigmas universitários de modelos educacionais humanistas. As IES que cada vez mais se aliam, por questões de sobrevivência às necessidades de mercado, deixam suas certezas de lado e investem na formação de massa:

[...] No atual momento de crise, [...] o professor deve ser, sobretudo, o provocador, o instigador, e deve se basear no levantamento e difusão de dúvidas sobre o conhecimento existente [...] O universitário perdeu a dimensão da humanidade, e o seu saber perdeu a globalidade do humanismo. O conhecimento técnico passou a ser sobretudo meio para o desenvolvimento das técnicas (BUARQUE, 1994, p. 133, 201).

Mas, uma mudança de foco não quer indicar, segundo alguns autores, a mudança de papel ou de identidade. Se as novas tecnologias são utilizadas para melhoria da educação, sua utilização não exclui em tese os profissionais da educação. Não podemos dizer o mesmo do aspecto utilitarista que visa a eliminação numérica de profissionais da educação e a expansão da educação à distância. Assim: “A universidade tem um papel permanente: gerar saber de nível superior para viabilizar o funcionamento da sociedade. Esse papel se manifesta de forma diferente, conforme o tipo de sociedade que se deseja” (BUARQUE, 1994, p. 217). Conforme os exemplos que veremos a seguir, a universidade serve à sociedade, seja pela formação crítica que é rara, seja pelo desenvolvimento da economia e reificação do indivíduo:

- Nos Estados Unidos a universidade desempenhou uma função-chave na construção da sociedade de consumo, na defesa da potência econômica e militar norte-americana (BUARQUE, 1994, p. 217).

- Na África do Sul, a universidade branca serviu competentemente para viabilizar a elevação do nível de vida dos brancos e manter o sistema do apartheid funcionando. Em países da Europa, as universidades são instrumentos de dinâmica da economia. Através do mercado, elas conseguem oferecer mão-de-obra e pesquisas para consumidores e empresas (217).



- Em Cuba, com prioridades definidas pelo Estado, a universidade tem por papel solucionar os problemas de educação e saúde das massas, produzir conhecimento para uma nação acuada (p. 217).

Em meio à permanente crise identitária, na qual, os países sub-desenvolvidos se veem, alguns autores apontam para uma possível solução educativa, a construção de sistemas de gestão escolar e universitária que possibilitem às instituições de ensino, alcançar sua real autonomia.

Para crescerem e poderem gerar além de lucro, conhecimento e independência científica, tais núcleos devem primeiro se perguntar quando querem de fato se tornar livres para seu próprio crescimento, fazendo ressalvas ao risco de isolamento:

Em uma sociedade em crise, onde nem o mercado nem o Estado são capazes de definir as prioridades de suas instituições, só a autonomia destas permite um funcionamento eficiente enquanto se procura um novo caminho [...] a autonomia só se justifica como uma forma adicional de comprometer — e não de isolar — a universidade com a sociedade (BUARQUE, 1994, p. 166s)

Desde 1988 que nossas escolhas políticas têm conduzido o país para um sentido de vender, leiloar ou mesmo negar sua cultura em função de se obter uma identidade global; esperanças tidas como soluções milagrosas (diretas já, caça aos marajás, a hegemonia do real, lula lá) só fizeram abrir as portas do Brasil, trocando a possível construção de uma autoridade nacional, seja ela científica ou econômica, por modelos estruturantes arcaicos e que negam nossa própria soberania.

De outro modo, “a satisfação de necessidades materiais ao invés de constituir condição prévia de todas as outras liberdades – como acreditava Marx – transformou-se num processo que fortalece a servidão” (FITZGERALD, 1983, p. 240) assim, por sua vez, a “universidade brasileira parece não possuir identidade cultural. Estrutura-se ao sabor de interesses do poder” (LIMA, 1992, p. 177). Ao que Gadotti irá chamar de “servidão da universidade à ordem classista”. (1984, p. 112).

Sem autoridade, que advém da autonomia construída sobre conceitos éticos e programas políticos sérios, o indivíduo, a educação e o país não saem da inanição tecnológica anteriormente citada.

Com a perda da autoridade, contudo, a dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político, no qual as coisas não apenas assumem uma expressão mais radical como se tornam investidas de uma realidade peculiar ao domínio político. O que fora talvez até hoje de significado espiritual apenas para uns poucos tornou-se preocupação geral. Somente agora, por assim dizer, após o fato, as perdas da tradição e da religião se tornaram acontecimentos políticos de primeira ordem (ARENDR, 1972, p. 27).

Estamos, portanto fazendo menção à urgente tomada de posição individual, de se ver como autor do próprio conhecimento, fortalecendo a democracia e o direito pessoal. Abandonar a própria cultura nacional, é o contrário disso que estamos falando, pois reflete crescimento e compromisso que exige por sua vez, tomada de posição:

As universidades dos países-com-maioria-pobre são ainda mais “provincianas”. Não apenas ficaram paradas no tempo, como ainda esse tempo foi importado artificialmente dos países ricos. Abandonaram suas culturas locais, os aspectos específicos e essenciais de seus povos. Imaginam que repetir livros e ideias do exterior compõe em si uma universalidade (BUARQUE, 1994, p. 233).

Toda essa crise a que nos referíamos no início deste tópico, existe e é real, porém seus efeitos têm se tornado mais reais ainda, quando não se investe no crescimento do ensino, mas das instituições; não se investe em ciência, mas na indústria. Dessa maneira:

Passa-se à mercantilização do ensino de terceiro grau. A formação é meramente técnica. A faculdade muda a sua função social. Formam-se incompetentes sociais e políticos. Trata-se da mudança do modelo americano. Dissolvem-se as turmas. Não há identidade cultural. Parece haver um clima apenas de trocas, barganhas e favores. Para a universidade fica remetido o técnico de segundo grau, que apenas aperte o botão, não questione. Existe um

pacto de silêncio, com apostilas, ausência de teoria, e o que mais se ouve é que não há verbas para a Educação (Lima, 1992, p. 177).

## **5. Uni-modernidade, o que é isso?**

“Cessou a luta” grita o Neoliberalismo; e o indivíduo perdido no mar da economia flexível que se mexa para conseguir o máximo de tempo ficar na corda bamba. Imitando o estilo jaboriano, iniciamos este tópico conclusivo de nosso artigo, tratando do que aqui vamos denominar de uni-modernidade ou graduação do pós-consenso.

Como o leitor por certo já percebeu, vivemos um tempo volúvel que volupendia a si, ao indivíduo, aos valores, ao Estado, em prol de algo que também é volúvel, passageiro e perenemente finito como se pode ler a seguir:

“[...] ponto de inflexão histórica”. “Em poucos anos”, diz este autor, “terminou um ciclo da história e começou outro. Muitas coisas estão mudando no mundo, abrindo outras perspectivas sociais, econômicas, políticas e culturais. Mesmo as coisas que não sofreram maiores abalos, já não podem ser mais como antes. Alteraram-se as relações no jogo das forças em curso na vida das sociedades nacionais e da sociedade mundial (IANNI, 1933, p. 26).

Embora no Brasil, educação e ações de melhoria social sejam periféricas porque ou a política deve estar no centro ou o Estado deve ser servido, os modelos de economia adotados, não dão a ênfase necessária que em função do desenvolvimento, a educação, o saneamento, a saúde precisam. Lessa vai dizer a esse respeito, que “No Brasil, a Universidade jamais ocupou a posição central que no século XIX assumiu na Europa e nos Estados Unidos. Entretanto, os diplomados foram atores decisivos na construção do Estado Nacional Brasileiro” (LESSA, 1999, s/ n.).

Ao contrário do exposto por Romano, a seguir, se vê hoje no Brasil, universidades e escolas pública que funcionam num sistema Fabril, onde mecanicamente o saber é literalmente transmitido “em função

de” e não na formação pessoal, humana, científica do todo. Mas não criticamos esse modelo, pois voltamos a dizer que não se trata de questionar o sistema, mas de desenvolver meios para se sobressair nele.

Se por um lado, as instituições públicas cumprem um papel de obrigação remota do estado, por outro, entidades particulares também o fazem ao estimularem a competição instituída pelo capitalismo. A idoneidade do indivíduo é o sucesso de qualquer empresa, o fracasso dele é um conseqüente de um não preparar-se no período formativo.

As universidades atuais enfrentam o risco de se tornarem empresas vinculadas diretamente ao mercado [...] a tendência dominante é a neoliberal, unindo, de modo imediato, o labor científico e o trabalho no sistema capitalista, tendo a universidade o seu tipo particular de produção. Este é o novo modo de se amestrar o setor universitário com avaliações na lógica mercantil (ROMANO, 1998, p. 15)

Todo esse processo de estereotipação e coisificação, só podem resultar em realidades instáveis, mercados instáveis, pessoas instáveis. Muito embora nós aqui, não tenhamos soluções certas, pois não partem necessariamente de nós, reafirmamos que já estamos colhendo alguns frutos disso e colheremos outros tantos e talvez piores:

fala-se da produção de recursos humanos, e não da formação do homem. Na expressão recursos humanos está a coisificação subliminar adotada por todos que assumem, por vezes inconscientemente, a Universidade como uma instituição mercantil. A alta-cultura não é mercadoria, mas um dos ingredientes essenciais que o espírito humano necessita para seu futuro (LESSA, 1999, s/n.).

Como na França, durante e após a Revolução, as instituições devem se aliar e se alinhar numa perspectiva desenvolvimentista. A educação será financeira, assim como o Estado, as cidades, as Empresas e etc, mas não financeiras economicamente e aí está o paradoxo, mas financeiras no sentido de crescimento da produção. Desse modo, “O Estado, em pacto claro com o sistema produtivo, pode decidir por um sistema em que a universidade pública, como a conhecemos, desapareça

para dar ordem a escolas estruturadas de terceiro grau” (CHAIMOVICH, 1997, p. 21s).

“Esqueçam a ciência, abaixo o conceito de indivíduo, pensem na ordem e no progresso” clama mais uma vez o modernismo emergente; como diria Hegel (2003), esse é o nosso real, ele é racional por que nós o geramos, ele é real por que nós o desejamos e o fizemos assim.

Penso que todos perdemos com isso, que todos sofrem tais impactos econômicos e que todos temos que nos virar para sobressair. Como denunciou Chaplin em *Tempos Modernos* (1936), as cortinas se abrem e as “luzes da ribalta” pontam pra nós esperando uma ação, uma resposta, um sim impensado e não ético a esse mercado:

los académicos y administradores de las universidades se están convenciendo cada vez más que la investigación universitaria se está desplazando de la ciencia fundamental a un trabajo más aplicado. En este sentido, los diseñadores de políticas estarían exagerando en su cálculo de grado en que las universidades puedan impactar a las economías nacionales y regionales (BRICEÑO, 2005, p. 4).

Se antes, ter um curso superior era algo pomposo, agora é mero qualificativo de mercado; acabaram-se as lutas, de classes, de universitários por conquistar um saber, de entidades sindicais, de movimentos pró-vida. Como o ex-ministro da educação pontua muito bem logo abaixo, resta-se submetermos à cristalização proletarial:

ingressar na universidade era o passo decisivo e definitivo para se alcançar posição privilegiada na sociedade [...] hoje é diferente [...] os estudantes angustiam-se com a incerteza de empregos [...] os professores [...] com o risco de proletarização [...] Os militares, os diplomatas, cada profissional dá mais valor à história da instituição à qual pertence do que os professores universitários, da universidade em geral e daquela onde trabalha (Buarque, 1993, p. 110, 82).

Se em todos os campos vemos um crescente processo e a substituição dos valores pessoais pelo comerciais, em: “[...] lãs Universidades

mantuvieron las mismas concepciones de organización internas, y además, sufrieron un lento proceso de deterioro dado por la excesiva politización de su vida universitária” (Rama, s/ d., p. 9).

Muitas vezes, ao estabelecer laços de cooperação com a empresa, a universidade teme [com razão] pela perda de sua autonomia de pesquisa. As empresas estão interessadas em pesquisas que podem rapidamente ser vertidas em produtos e que venham a gerar lucros; assim, as universidades, devem determinar quando, como e para quê farão tal inserção (Cf. GOERGEN, 1998, s/ p.).

Como aponta Lessa a seguir, as IES no Brasil somente se desenvolveram, por que foi estritamente necessário, seja por conta da necessidade interna de se produzir ciência, seja por imposição externa de se mostrar em números aquilo que seria resultado da proposta de crescimento do País.

A Universidade foi dispensável para o Império, para a República Velha, para o Estado Novo e para o Brasil redemocratzado. [...] Na medida em que o desenvolvimento econômico e social implicou novas tarefas para a sociedade, houve uma ampliação controlada da incorporação de novos diplomados ao leque profissional do sistema de poder. Aos juristas vieram se agregar os médicos e os engenheiros, [...] (LESSA, 1999, s/ n.).

Ante a essa devastadora realidade, qual a diferença entre Educação e educação? O que é ser Universitário? A ética está na Instituição, no professor ou no Indivíduo? O Homem volta a ser medida de todas as coisas, e de todos os gostos? Para Renalt:

[...] esta divisão do ensino superior em dois setores paralelos [saber e produzir resultados] traz, seja dito, uma consequência mais profunda que reside na indiferença, desde então possível, de ver como socialmente legítimo o destino das universidades. Pois se a produção de elites das quais uma nação moderna precisa se efetua em formas mais especializadas de ensino que se encontram nas Grandes Écoles, por que então se preocupar com as universidades? (RENALT, 1995, p. 33).

É necessário que o leitor entenda seu papel nesse contexto; e perceba seu posicionamento ético que circunda tanto o prisma do saber, quanto a perspectiva do ser profissional. De mesmo modo, as pequenas e grandes IES precisam se alinha ao modelo econômico vigente, sem contudo perder sua essencialidade de conhecimento e produção do mesmo; para tanto “[...] a universidade não pode mais voltar-se exclusivamente para o desenvolvimento unilateral da ciência e tecnologia como se esta perspectiva exaurisse o projeto humano. [...] A universidade deve retomar seriamente a questão de sua função social na tensão da cultura e da profissionalização” (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Assim como ocorreu com as forças armadas, e de mesmo modo com empresas técnicas, quando, a partir da década de 50, estabeleceram um patamar formativo, claro que com as devidas ressalvas conceituais e interpretativas, se a universidade não fixar sua identidade, não conseguirá manter-se como Educação Superior e ficará apenas nos acidentes técnicos.

Se a universidade quiser sobreviver como instituição de pesquisa e produtora do saber, ela deve ser capaz de integrar-se àquilo que é inovador em nossa época. Caso contrário, outras instituições - como institutos avançados ou centros de excelência - serão criadas para a produção de conhecimentos de ponta dos quais, a nação necessita (GOERGEN, 1998, s/ p.).

Finalizamos esta breve reflexão ética, dizendo que Professores e estudantes têm uma grande difícil tarefa, e que somente reconhecendo isso, é que podem contribuir para esse novo contexto histórico, não instrumentalizado, nem expropriado de significado.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. São Paulo, Perspectiva, 1972.

BRICEÑO, Miguel Angel. Universidad y Sociedad del Conocimiento. I Congreso de Educación para el Desarrollo en la Universidad Ciencia, Tecnología y Sociedad (2005). Disponível em: <servicios.iesa.edu.ve/biblioteca/Boletin/Bol-Sep%202005ele.pdf>. Acesso em 02 Abr. 07.

BUARQUE, Cristovam. A AVENTURA DA UNIVERSIDADE. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 239p.

CASTELLS, M. "Fluxos, redes e identidades: Uma teoria crítica da sociedade informacional". In: Novas Perspectivas Críticas em Educação. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996, pp. 4-32.

CHAIMOVICH, H. (1997), "Independência e Conhecimento: A Caminho de uma Política de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Industrial", in P. dos S. Rodrigues (org.), A Universidade e a Pesquisa: O Público e o Privado. Rio de Janeiro, UFRJ.

EM NOME DE DEUS. Stealing Heaven (Original). Direção: Clive Donner. 1988. Gênero Romance, Reino Unido.

FITZGERALD, R. Pensadores políticos comparados. Trad. Antonio Patriota. Brasília: UnB, 1983. 321p.

GADOTTI, Moacyr. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. 5.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

GOERGEN, Pedro. Ciência, sociedade e universidade. Educ. Soc., Campinas, v. 19, n. 63, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73301998000200005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Maio 2007.

HEGEL, G. W. F. "Princípios de Filosofia do Direito". Martins Fontes. SP. 2003.



IANNI, O. A sociedade global. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

KING, Alexander, (1996). Science et technologie depuis la fin de la seconde guerre mondiale. In: MAYOR, Federico, FORTI, Augusto. Science et pouvoir. Paris: UNESCO, Maisonneuve & Larose.

KUMAR, K. Da Sociedade pós-industrial à pós-moderna. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LESSA, Carlos. A universidade e a pós-modernidade: o panorama brasileiro. Dados., Rio de Janeiro, v. 42, n. 1, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581999000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581999000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Maio 2007.

LIMA, Ademie benedito Alves. Estudos de usuários de bibliotecas: aproximação crítica. Ciência da Informação, Brasília, v. 21, n. 3, p. 173-185, set./dez. 1992.

LOUIS, Karen Seashore; BLUMENTHAL, David; GLUCK, Michael E.; SOTO, Michael A.. Empresarios en la academia: una exploración de conductas entre científicos de dedicación exclusiva. Administrative Science Quarterly, March 1989 v34 n1 p110(22). Expanded Academic ASAP Int'l Ed.

LUTERO. Luter (Original). Direção: Eric A. Stillwell. 2003. Gênero: Biografia, Alemanha.

MATHEWS, Gordon. Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural. Trad. Mario Macherpe. São Paulo: Edusc, 2002.

MAYOR, Federico, FORTI, Augusto, (1996). Science et ouvoir. Paris: UNESCO, Maisonneuve & Larose.

MEIS, L. de; LETA, J. O perfil da ciência brasileira. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1996.

RAMA, Cláudio. Ética y educación superior en el contexto de la mercantilización. Disponível em:<<http://www.iigov.org/eg/attachment.drt?art=14502>>. Acesso em 02 Abr. 07.

RENAUT, A. Les révolutions de l'université. Paris, Calman-Levy, 1995.

ROMANO, R. A. (1998), "Universidade: Entre as Luzes e os Nossos Dias", in R. A. Romano (org.), A Crise da Universidade. Rio de Janeiro, Revan.

ROMÃO, J. E. A Qualidade Social do Ensino Superior. Disponível em:<[fmet.terra.com.br/paineis/jose\\_romao.pdf](http://fmet.terra.com.br/paineis/jose_romao.pdf)>. Acesso em 02 Abr. 07.

TEIXEIRA, Anísio, (1989). Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Instituto de Documentação, FGV.

TEMPOS MODERNOS, modern times (Original), Direção: Charles Chaplin. 1936, Gênero Comédia, EUA.

TRINDADE, Hélió. Universidade em perspectiva: Sociedade, conhecimento e poder. (Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Conferência de abertura da XXI Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, setembro de 1998. Disponível em:<[www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10\\_03\\_HELGIO\\_TRINDADE.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE10/RBDE10_03_HELGIO_TRINDADE.pdf)>. Acesso em 02 Abr. 07.

UNESCO. Política de mudança e desenvolvimento no ensino superior. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

UNESCO. Tendências da educação superior para o século XXI. Brasília.

UNESCO/CRUB, 1999 (Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, 1998: Paris, França).

WEBER, Max. Sobre a universidade. São Paulo: Cortez, 1989.

# Capítulo V



# **A CONTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024)**

**Haroldo Reimer<sup>21</sup>**

**Joana Corrêa Goulart<sup>22</sup>**

---

<sup>21</sup> Pós-doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

<sup>22</sup> Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campus Quirinópolis, Coordenadora de Avaliação Institucional da UEG.

**RESUMO:** Este trabalho objetiva discutir as contribuições das universidades públicas para o cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação (2014–2024) quanto à expansão da oferta de ensino superior no País e à formação de profissionais para atuação na educação básica. O trabalho foi elaborado a partir de estudos bibliográficos, tendo como principal fonte autores que apresentam as perspectivas e os desafios das universidades públicas no atendimento das metas educacionais para os próximos anos. Foram realizadas, também, pesquisas no portal do Ministério da Educação (MEC) e no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em busca dos indicadores de desenvolvimento educacional do Brasil e, conseqüentemente, dos indicadores das Instituições de Ensino Superior (IES). Têm-se como principais aspectos a relevância e a contribuição das universidades estaduais para a expansão e para a interiorização do ensino superior público, para o desenvolvimento regional e para o atendimento ao disposto nas metas 12 e 15 do Plano Nacional de Educação (PNE).

**Palavras-chave:** Plano Nacional de Educação. Ensino Superior. Universidades Estaduais.

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto busca traçar um breve cenário das políticas educacionais voltadas para o atendimento ao Plano Nacional de Educação (PNE), tendo como premissa a importância das Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as estaduais. Para isso, analisam-se, em séries históricas, os indicadores de desempenho relacionados ao aumento das matrículas no ensino superior (meta 12 do PNE), à melhoria da qualidade da educação no ensino superior (meta 13) e à formação de professores, em nível superior, em cursos de licenciatura (meta 15).

Concentrou-se nos dados de institutos e de órgãos de acompanhamento das metas, bem como nos relatórios e nas publicações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Inep) sobre o assunto. Assim, este trabalho, de acordo com Gil (2002) e com Trivinos (1987), é um estudo exploratório que possibilita o aprimoramento de ideias sobre um tema, com a finalidade de esclarecimento ao público interessado — no caso em tela, quanto ao cumprimento das metas do PNE (2014–2024).

Nessa perspectiva, levanta-se o questionamento sobre a possibilidade de as metas propostas para o ensino superior serem cumpridas, perante as efetivas ações governamentais realizadas, dentro do período, até o prazo estabelecido. Assim, este trabalho limita-se ao estudo das metas 12 e 15 do atual Plano e centra-se na seguinte questão: as IES públicas têm contribuído para o cumprimento das metas do PNE (2014–2024) relacionadas ao aumento de matrículas e à formação de profissionais da educação?

Para responder a essa questão, inicia-se discorrendo sobre o PNE e sobre as metas citadas, apontando-se desafios para cumpri-las e tensões existentes.

## **2 O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014–2024)**

O PNE (2014–2024), aprovado pela Lei n. 13.005/2014, apresenta a prerrogativa de promover a articulação, em regime de colaboração, entre os entes federados, com o objetivo de tornar universal a oferta obrigatória da educação. Agregam-se a esse objetivo o aumento do nível de escolaridade da população, o aumento da taxa de alfabetização, a melhoria da qualidade da educação básica e superior, o aumento do acesso ao ensino superior, a valorização dos profissionais da educação, o aumento dos investimentos em educação, a redução das desigualdades sociais e a democratização da gestão (BRASIL, 2014).

Para os autores Dourado; Grossi Junior; Furtado (2016, p. 451), o PNE (2014–2024)

[...] foi concebido sob a expectativa e o propósito de contrapor-se à lógica do plano anterior (Lei n. 10.172/2001), contando com ampla participação social na sua formulação e se apresentando como caminho possível para a materialização de um plano de Estado direcionado, principalmente, para a melhoria da educação nacional e, desse modo, para o enfrentamento e superação das desigualdades educacionais latentes na sociedade.

Esse Plano caracteriza-se por um conjunto de metas para o lapso temporal de uma década entre os anos de 2014 a 2024, destinadas a nortear as políticas públicas de educação em todos os níveis e modalidades de oferta de ensino. Além de outros, aponta desafios para a educação superior relacionados ao aumento da taxa de matrículas e à melhoria da qualidade do ensino. Conforme a meta 12, nesse período de dez anos, o Brasil deve:

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, quarenta por cento das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014).

Conforme o PNE (2014–2024), prevê-se para 2024 uma taxa bruta de matrícula no ensino superior de 50% e uma taxa líquida de 33% da população de 18 a 24 anos, sendo que esses números foram, em 2011, respectivamente, de 27,8% e 14,6% (BRASIL, 2014). Diante dessas intenções, a contribuição das IES estaduais constitui um elemento significativo para o alcance do que está previsto nesse Plano.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2014, o número de matrículas de graduação naquele ano era de 7.828.013. As matrículas nas IES públicas representavam 25,05% desse total. Em 2016, esse número chegou a 8.048.701, um aumento de 220.688 matrículas no ensino superior, sendo as IES públicas responsáveis por 24,72% dessas matrículas. Verifica-se, por um lado, o aumento do número total da população universitária, e, por outro lado, uma diminuição da participação percentual das IES públicas. Nesse contexto, há de se considerar



os desafios enfrentados com o financiamento das IES públicas e com o aumento das vagas oferecidas pelas IES privadas, principalmente em educação a distância (EaD).

Além de prever o aumento do número de matrículas no ensino superior, o PNE (2014–2024) prediz, também, a necessidade de melhorar a qualidade e elevar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas. Em 2014, o percentual de concluintes nas IES públicas no Brasil era de 44,07% em relação aos ingressantes. Esse percentual estava acima da média nacional, que era de 33,07%. Nas IES estaduais, essa taxa era ainda mais alta, 60,3%, portanto bem superior à média nacional e acima da média geral das IES públicas.

Conforme o Censo da Educação Brasileira de 2016, a taxa de êxito nas IES estaduais foi de 53,54%, portanto acima da média de concluintes das IES públicas, que foi de 46,66%; e acima da média nacional, que foi de 39,2% de concluintes em relação aos ingressantes no mesmo ano.

Acredita-se que as IES estaduais tenham uma contribuição significativa para o cumprimento das metas estabelecidas no PNE (2014–2024) relacionadas às matrículas no ensino superior e à formação de professores. Os números apresentados anteriormente mostram a importância das IES estaduais no que tange à taxa de êxito na graduação. Essa importância também se torna patente quando se visualiza e se reconhece o imenso trabalho das IES estaduais na interiorização da educação superior e a contribuição para o desenvolvimento educacional das regiões mais distantes dos grandes centros, antecipadamente ao processo de interiorização das IES federais.

A tarefa de melhorar a qualidade e de aumentar a taxa de conclusão de cursos tem sido empreendida pelas IES estaduais como algo tão importante quanto o aumento do número de vagas. Isso fez com que a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem) demandasse à sua Câmara de Graduação, um

dos comitês de assessoramento à presidência, a realização de estudos relacionados a esse assunto. Nesses estudos, um aspecto chama a atenção: a assistência estudantil ou a sua ausência não constitui o primeiro fator responsável por evasão — as dificuldades de relacionamento de docentes com alunos ocupam uma posição mais destacada.

As IES estaduais, com algumas exceções, foram criadas para atender às necessidades de ensino superior no interior dos estados brasileiros. No entanto, estão presentes não apenas no interior, mas também nas capitais e nas grandes cidades, em 24 unidades da Federação. Em geral, essas IES existem há menos tempo do que as IES federais — excetuando-se o caso da Universidade de São Paulo (USP), fundada em 1934 e considerada a primeira universidade brasileira, bem como os casos de universidades com 50 anos ou mais.

### **3 AS MATRÍCULAS E O PNE (2014–2024)**

O ensino superior alcançou a intensificação da oferta e a ampliação de vagas a partir da década de 1990. Essa expansão, apesar de predominante no setor privado (90%), destaca-se também no setor público, com a criação de novas IES — municipais, estaduais e federais —, de novos *campi* nas IES já existentes e de cursos nos Institutos Federais de Educação Superior (IFES). A tabela a seguir apresenta a evolução do número de instituições, no Brasil, ao longo de 28 anos de implementação de políticas públicas para ampliação de vagas no ensino superior. Os dados seguintes são apresentados no PNE anterior e no novo PNE (2014–2024).

**Tabela 1 – Número de Instituições de Ensino Superior públicas de 1990 a 2018**

Natureza Administrativa	1990	2000	2010	2018	% das IES em 2018	Total de aumento de IES	% de aumento de IES 2010-2018
Federal	36	61	99	110	36,78%	11	11,11%
Estadual	16	61	108	128	42,80%	20	18,51%
Municipal	5	54	71	61	20,4%	- 10	- 14,08%
<b>Total Pública</b>	<b>57</b>	<b>176</b>	<b>278</b>	<b>299</b>	<b>11,79%</b>	<b>21</b>	<b>7,55%</b>
Particular	696	2.008	2.100	2.238	88,31%	138	6,57%
<b>Total</b>	<b>753</b>	<b>2.184</b>	<b>2.378</b>	<b>2.534</b>		<b>156</b>	<b>6,56%</b>

Fonte: Inep (1990, 2000, 2010, 2018).

No lapso temporal de 1990 a 2018, houve uma grande expansão das IES públicas. Em 1990, havia uma predominância das IES federais, num total de 36 das 57 IES públicas brasileiras. Dez anos depois, em 2000, já era registrado um aumento significativo de IES públicas estaduais, atingindo o número de 61, mesma quantidade de IES federais.

Entre 1990 e 2000, houve um crescimento muito grande das IES municipais, passando de 5 para 54 instituições. Entre 2000 e 2010, verifica-se a criação de 38 IES federais, que passam de 61 para 99. No mesmo período, houve um crescimento maior das IES estaduais, passando de 61 para 108 instituições. As IES municipais também tiveram um aumento, passando de 54 para 71 instituições municipais.

No período entre 2010 e 2018 ocorreu um tímido aumento das IES federais e estaduais, sendo 11 e 20 os respectivos números de IES criadas. Houve, ainda, uma diminuição do número de IES municipais, passando de 71 para 61. Em 2018, quatro anos após a aprovação do PNE (2014–2024), as IES federais representam 36,78% do total de IES públicas brasileiras, as estaduais representam 42,8% e as municipais,

20,4%.

No período comparado, as IES federais tiveram um aumento de 11,11%, e as estaduais, de 18,51% no número de instituições. As IES municipais, apesar de representarem 20,4% das IES públicas, tiveram uma redução de 10 instituições, o que representou 14,08% de redução no segmento. Entre os anos de 2010 e 2018 as IES municipais passaram por um processo de diminuição de estabelecimentos, baixando de 71 para 61 IES.

É importante considerar a relevância das universidades públicas para o aumento da oferta de vagas em diferentes áreas em todos os estados brasileiros. O Brasil, em 2018, dispunha de uma rede de universidades estaduais que correspondia somente a 11,79% das IES, com característica interiorizada, as quais, ainda atualmente, atende a uma quantidade significativa de estudantes no interior dos estados, contribuindo, em parceria as redes federal (36,78% em 2018), estadual (42,8%) e com a rede municipal (20,4% no mesmo ano), no caso das IES públicas, para efetivo atendimento das demandas do ensino superior público.

Porém, ao analisar a oferta de vagas para matrículas no ensino superior, observa-se uma dinâmica diferente. As IES federais, apesar de manterem um crescimento institucional menor do que as estaduais, são responsáveis pelo maior número de matrículas no ensino superior público. A tabela a seguir mostra a evolução do número de matrículas nas IES públicas brasileiras.

**Tabela 2 - Matrículas nas Instituições de Ensino Superior públicas de 2014 a 2018**

Natureza Administrativa	2014	% de matrícula em 2014	2018	% de matrícula em 2018	Aumento total de matrículas 2014-2018	% de aumento total de matrículas 2014-2018
Federal	1.180.068		1.324.984	63,77%	144.916	12,28%
Estadual	615.849		660.854	31,81%	45.005	7,3%
Municipal	165.085		91.643	4,41%	-73.442	-44,48%
<b>Total de matrículas nas IES públicas</b>	<b>1.961.002</b>	<b>25,05%</b>	<b>2.077.481</b>	<b>24,58%</b>	<b>116.472</b>	<b>5,9%</b>
Particular	5.867.011	74,94%	6.373.274	75,41%	506.263	<b>8,6%</b>
<b>Total</b>	<b>7.828.013</b>		<b>8.450.755</b>	-	<b>622.742</b>	<b>7,95%</b>

Fonte: Inep (2014, 2018).

Na tabela 2, verifica-se que as IES federais mantêm um crescimento contínuo do número de matrículas, chegando ao percentual de 12,28% das matrículas nas IES públicas brasileiras em 2018. Apesar do aumento significativo do número de instituições, conforme a tabela 1 mostrou, as IES estaduais e municipais mantêm uma contribuição menor nos percentuais de atendimento de matrículas ao longo do período, as IES estaduais respondendo por 31,81% e as IES municipais por 4,41% das matrículas no ensino superior público em 2018. Vale ressaltar que comparado ao setor privado, em 2014 tem-se 25,05% das matrículas nas IES públicas e 74,94% nas IES privadas. Em 2018, tem-se 24,58% das matrículas nas IES públicas e 75,41% nas IES privadas, representando uma diminuição do percentual das matrículas nas IES públicas e aumento do percentual nas IES privadas. No conjunto, no lapso temporal de 2014 a 2018, as IES públicas tiveram aumentos no tocante ao número de matrículas: as IES federais aumentaram as matrículas em 12,28%; as IES estaduais, em 7,3%; sendo que as IES municipais, diminuíram as matrículas em 44,48%.

A meta 12 do PNE (2014–2024) prevê um aumento de 50% da taxa bruta de matrícula até o ano de 2024. Entre 2014 e 2018, segundo dados do Censo da Educação Brasileira, o número de estudantes matriculados nas IES brasileiras passou de 7.828.013 para 8.450.755, significando um aumento de 7,95%. Se considerarmos que os anos de 2014 a 2018 correspondem a 40% do período para a materialização do PNE (2014–2024), o aumento do número de matrículas nas IES brasileiras, no referido período, corresponde ao cumprimento de aproximadamente 15,91% da meta 12. As IES públicas, que devem contribuir com 40% do total dessa meta, registraram uma participação efetiva de 5,9% nesse período.

Apesar das tímidas contribuições para o atendimento da meta 12 do PNE (2014–2024), a qual se refere ao aumento das matrículas no ensino superior, observa-se que as IES estaduais estão espalhadas por todas as unidades da Federação, contribuindo para elevar as taxas de matrículas nas localidades mais distantes e nas regiões com população mais pobre e menos desenvolvida no Brasil.

#### **4 A CONTRIBUIÇÃO DAS IES PÚBLICAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

A meta 12 do PNE (2014–2024) está distribuída em estratégias. A estratégia 12.4, direcionada à formação de professores que atuarão na educação básica, visa a “fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas” (BRASIL, 2014).

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2014, apenas 74%, aproximadamente, dos professores da educação básica possuíam ensino superior e 65,5% cursaram licenciatura. Esses dados mostram a necessidade de políticas de apoio e de incentivo à oferta de

curso de licenciatura, principalmente pelas IES públicas.

Na tabela a seguir, é mostrado um panorama dos cursos de licenciatura existentes no Brasil.

**Tabela 3 - Cursos de licenciatura nas IES em 2014 e 2018**

<b>Natureza Administrativa</b>	<b>2014</b>	<b>% das licenciaturas nas IES</b>	<b>2018</b>	<b>% das licenciaturas nas IES</b>
<b>Cursos Licenciatura nas IES públicas</b>	<b>4.372</b>	<b>55,65%</b>	<b>3.785</b>	<b>51,04%</b>
<b>Cursos Licenciatura nas IES privadas</b>	<b>3.484</b>	<b>44,34%</b>	<b>3.630</b>	<b>48,9%</b>
<b>Total Geral de Cursos de licenciatura</b>	<b>7.856</b>	<b>-</b>	<b>7.415</b>	<b>-</b>

Fonte: Inep (2014, 2018).

Quanto ao número de cursos de licenciatura oferecidos no País, em 2014, as IES ofereciam 55,65% dos cursos de licenciatura, sendo 44,34% dos cursos de licenciaturas oferecidos pelas IES privadas. Entre 2014 e 2018, houve uma redução do número de cursos de licenciatura nas IES brasileiras, passando de 7.856 para 7.415, uma redução de 441 cursos, oferecidos pelas IES, tanto públicas quanto privadas. As IES públicas diminuíram a oferta de cursos de licenciatura, nesse período, num percentual de 13,42% de redução. As IES privadas aumentaram a oferta de cursos de licenciatura num percentual de 4,19% de aumento dos cursos de licenciatura. Assim, em 2018 o percentual de cursos de licenciatura nas IES públicas era de 51,04% e nas IES privadas era de 48,9%.

No ano de 2014, os cursos de licenciatura eram responsáveis por 18,73% do total de matrículas no ensino superior brasileiro. Em 2018, houve pouca alteração nessa oferta, a sinopse estatística do ensino superior apresenta que 19,27% das matrículas no ensino superior foram em cursos de licenciatura. Apresentam-se esses dados na tabela a seguir.

**Tabela 4 – Número de matrículas nos cursos de licenciatura 2014 e 2018**

<b>Natureza administrativa</b>	<b>2014</b>	<b>%</b>	<b>2018</b>	<b>%</b>
IES Públicas	604.623	41,22%	612.427	37,6%
IES Privadas	862.012	58,77%	1.016.249	62,39%
<b>Total Geral</b>	<b>1.466.635</b>	-	<b>1.628.676</b>	<b>11,04%</b>

Fonte: Inep (2014, 2018).

A sinopse estatística de 2014 apresenta um número de 1.466.635 matrículas em cursos de licenciatura, sendo que as instituições públicas respondiam por 41,22% das matrículas em licenciatura, sendo as IES estaduais responsáveis por 16,37% e as privadas respondiam por 58,77% das matrículas na licenciatura. Em 2018, esse panorama mudou pouco, o total de matrículas nos cursos de licenciatura foi 1.628.676. As matrículas nos cursos de licenciatura nas IES privadas representou 62,39% e nas IES públicas 37,6%.

A análise comparada das metas do PNE (2014–2024) e das matrículas nos cursos superiores no Brasil apresenta uma situação sem grandes alterações. Em quatro anos de existência do PNE, o número de matrículas no ensino superior aumentou em 7,95%, sendo que, nas licenciaturas, o aumento nesse período foi de 11,04%.



No período de 2014 a 2018, houve um aumento de 162.041 matrículas em cursos de licenciatura. No entanto, esse aumento deve ser atribuído às IES privadas, visto que nas IES públicas o aumento foi menor que das IES privadas. Deduz-se dos dados mostrados anteriormente que a participação das IES públicas no aumento do número de cursos de licenciatura e no aumento do número de matrículas nesses cursos foi negativa, não contribuindo efetivamente para o cumprimento da estratégia 12.4 da meta 12 do PNE.

## **5 IES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O papel das IES no processo de desenvolvimento regional vem recebendo atenção especial nos últimos anos. A compreensão de que as inovações têm um papel relevante no desenvolvimento econômico de um país traduz-se numa preocupação crescente com os condicionantes dessas inovações. Considera-se que as regiões com maior possibilidade de desenvolvimento são aquelas que conseguem estabelecer um projeto político de desenvolvimento congregando os seus diferentes atores — entre os quais as IES.

A utilização de um conjunto de conhecimentos existentes na região para aumentar a sua competitividade considera o desenvolvimento educacional como fator de impacto no desenvolvimento regional. Nesse sentido, acredita-se no importante papel das IES estaduais para o desenvolvimento educacional, cultural e econômico de cada região onde estão inseridas. As IES carregam os desafios relativos à preparação para o exercício de uma profissão, seja na formação docente, seja em outras formações. Embora estejam pautadas por valores universais na elaboração de currículos e na criação de cursos, as universidades podem e devem buscar informações sobre o que a região espera de seus alunos, qual o espaço de atuação e quais setores de atividades podem absorver seus egressos.

De acordo com Militão; Militão; Perboni (2011), é necessária a

mobilização dos diversos segmentos da sociedade com a finalidade de assegurar recursos financeiros para investir na melhoria da qualidade da educação, principalmente nos cursos de licenciatura, para se atingirem as metas 12 e 15 do PNE (2014--2024), relativas ao aumento de matrículas e à formação de profissionais da educação.

Segundo Fernandes; Gouveia (2017), a crise política, institucional e orçamentária que o Brasil atravessa diminui as possibilidades de um esforço para a garantia do aumento dos recursos financeiros necessários para a educação. Assim, corre o risco das metas do PNE (2014–2024) não serem cumpridas — como aconteceu com o PNE anterior —, por falta de financiamento adequado e suficiente (DOURADO, 2010).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O impacto das universidades sobre a região em que estão inseridas é sempre um processo inacabado e de longo prazo. Assim sendo, a avaliação sobre as contribuições das IES públicas na região onde se encontram depende da situação econômica e política estabelecida e vivenciada por essas instituições. Ainda que, na maioria dos aspectos, haja sinais positivos, o processo, sempre em construção, é também de constante revisão, dados os desafios e as necessidades apresentados em tempos específicos em cada região.

O engajamento das IES com as necessidades e com os desafios regionais depende de incentivos para essa prática. Na realidade, essa dependência não é um problema restrito às universidades estaduais, visto que é recorrente, também, nas universidades federais brasileiras. As IES enfrentam dificuldade para inserções regionais, vista, por exemplo, nas instituições nacionais de fomento, que apresentam como critério de seleção e de concessão de bolsas e de financiamentos a excelência acadêmica segundo padrões internacionais. Nesse sentido, a si-

tuação se repete com os editais de concursos para propostas de pesquisa. Raramente esses editais contemplam a possibilidade de tratar questões regionais, principalmente para o desenvolvimento das licenciaturas, que são parte das ciências humanas, as quais, por sua vez, são as últimas, quando estão, na fila do recebimento de incentivos financeiros para seu desenvolvimento.

As políticas elaboradas e implementadas pelos gestores públicos para a região têm como pressuposto fundamental a ideia de que a inovação constitui-se em elemento chave para o desenvolvimento regional. Os parques tecnológicos são vistos como potenciais alavancas para a economia regional. Nesse contexto, não se deve desprezar a necessidade de formar os profissionais que atuarão na educação básica, pois serão responsáveis por preparar os sujeitos que atuarão nesses parques tecnológicos.

As IES públicas federais e estaduais, principalmente, têm um papel importante para o cumprimento das metas do PNE (2014–2024) nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. As prerrogativas de discussão e implementação de ações no sentido de valorização dessas IES e de seus cursos são atribuições a serem suportadas por todos os atores sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

DOURADO, Luiz F. Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001–2009: questões estruturais e conjunturais de uma política. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 677–705, jul.–set. 2010.

DOURADO, Luiz F.; GROSSI JUNIOR, Geraldo; FURTADO, Roberval A. Monitoramento e avaliação dos planos de educação: breves contribuições. **RBPAE**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 449 – 461 mai./ago. 2016.

FERNANDES, Maria D. E.; GOUVEIA, Andréa B. Acompanhando a meta 20 do PNE 2014–2024: tendências a partir de dez casos municipais. **Textura**, Canoas, v. 19, n. 40, p. 95–115, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/3014/2239>>. Acesso em: 25/08/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Evolução do ensino superior: 1980–1998** / INEP. Brasília: O Instituto, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação superior – 2000** / INEP. Brasília, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação superior – 2010** / INEP. Brasília, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sinopse estatística da educação superior – 2014** / INEP. Brasília, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS.  
**Sinopse estatística da educação superior – 2018 / INEP.** Brasília, 2019.

MILITÃO, Silvio C. N.; MILITÃO, Andréia N.; PERBONI, Fabio. Do PNE/2001 ao novo PNE (2011–2020): O financiamento da educação em análise. Curitiba. **Anais eletrônicos** do Congresso Nacional de Educação, 10. Seminário internacional de representações sociais, subjetividade e educação, 1, 2011. p. 8090–8102. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5866\\_3462.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5866_3462.pdf)>. Acesso em: 25/08/2018.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.



# Capítulo VI





# **OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL X MODALIDADE PRESENCIAL OU DIGITAL**

**Maria da Felicidade Alves Urzedo<sup>23</sup>**

---

<sup>23</sup> Mestra em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Especialista em Supervisão Escolar pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patrocínio - MG. Graduada em Estudos Sociais e Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Rio Verde, Goiás.

Autora dos livros: *Gênese da Formação Docente em Quirinópolis* (2007), *A Saga de uma Família Memórias* (2009) e organizadora das obras *Quirinópolis Mãos e Olhares Diferentes I, II, III, IV e V*.

Têm artigos e capítulos publicados em revista e livros na área da Educação, nível nacional e no exterior.

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar e discutir dados, entrevistas, relatórios, censos e avaliações de órgãos federais e a literatura sobre o Ensino superior no Brasil, bem como sua missão, qualidade, institucionalidade e suas modalidades de ensino seja presencial ou digital. Propõe-se ainda a expor a importância das IES presenciais cujo marco institucional está fundamentado em uma Universidade de Ensino, Pesquisa e Extensão, modelo da Alemanha no Século XIX. O modelo tradicional exige, a curto prazo, grandes investimentos na atualidade para se adequarem aos novos tempos. Em contra partida o mercado de trabalho pressiona o sistema educativo para oferecer cursos de formação profissional a fim de suprir carências de mão de obra qualificada e absorver pessoas com mais formação. Para atender a essa necessidade foi criada a Educação a Distância para o Ensino Superior – EaD, pelo artigo 80 da Lei nº 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que passa a ofertar também educação na modalidade a distância a estudantes de graduação.

Palavras-Chave: Educação Superior. Desafios. Modalidades de Ensino.

## INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o século XX tem como missão do ensino superior ser um instrumento de formação tradicional, o que não mais corresponde aos dias atuais devido aos avanços da economia e da tecnologia online. Uma das grandes barreiras de mudanças é estar rigidamente regulamentada, com os currículos amarrados a uma infinidade de disciplinas obrigatórias.

As IES têm enfrentado dificuldades em resolver a qualidade do seu ensino porque dependem muito das políticas do governo para preparar egressos de Ensino Fundamental e Médio com nível de aprendizagem adequado.

De acordo com os dados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) menos de 10% dos alunos brasileiros teriam

acesso a um curso superior em países europeus e muito menos de 1% teria chance de concorrer às universidades norte-americanas. Os dados do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) também confirmam essa situação.

O ENEM foi criado em 1998, mas foi em 2009 que possibilitou o acesso às universidades federais, com a criação do Sisu (Sistema de Seleção Unificada). O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é o responsável pela aplicação do Enem.

A avaliação de ensino superior é a prova do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade), componente obrigatório dos cursos de graduação. No histórico escolar do estudante ficará registrada a situação de regularidade em relação ao Enade.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma organização internacional constituída por 35 países de princípios democráticos que adotaram a economia de livre mercado suscitou, em 2017, a oportunidade de reflexão sobre a missão das IES, sua qualidade de ensino bem como a forma de se ajustarem à nova modalidade EaD.

O Relatório “*Education at a Glance*”, de 2017 da OCDE disponibilizou o estudo de sistemas de ensino de 45 países e destacou o Brasil como um dos que mais investem em estudantes universitários. Suas despesas com esse segmento correspondem a mais do triplo do que é destinado aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio e assemelham às de países europeus.

O Pisa é realizado a cada três anos, desde 2000, pela OCDE. O Brasil participou de todas as edições desde a sua criação. Não existem notas mínimas e máximas, e a escala é definida em cada edição. Os alunos também preenchem questionário sobre a vida escolar, familiar e as experiências de aprendizagem.

A amostra foi definida pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), órgão ligado ao Ministério da Educação, que é responsável pela aplicação do Pisa no Brasil. E mencionou que o Brasil apresenta o grave fato de que os jovens não estão aprendendo suficientemente.

Os países que saíram da estagnação têm um conjunto de políticas e ações ordenadas entre si e que focam na sala de aula, no que os alunos precisam aprender e a partir daí alinham outras políticas como formação de professores, materiais didáticos, metodologias ativas e incorporação das novas tecnologias digitais.

Na solução à pressão do mercado de trabalho ao sistema educativo sobre a necessidade de mão de obra qualificada está o sucesso da Educação a Distância (EaD), tão recente e já consolidada. Hoje as pessoas acessam conteúdos digitais por meio de smartphones, tablets, em qualquer lugar.

Para Ronaldo Mota (atual diretor científico da Digital Pages e membro da Academia Brasileira de Educação) em entrevista de 11 de fevereiro de 2020, em evento do Desafios da Educação, expôs que as empresas preferem empregar os alunos da modalidade a distância (EAD), por ser uma educação mais híbrida, que oferece cursos apropriados às suas necessidades de familiaridade com as plataformas digitais.

Seus egressos têm autonomia para aprender disciplina pessoal, fluência digital, foco, boa gestão do tempo e maturidade para não se envolver com as mídias sociais e outras distrações.

No entanto, destaca que na hora de definir a escolha de uma IES, os alunos devem buscar sempre instituições qualificadas e devidamente certificadas e sempre procurar informações que podem ser obtidas junto ao Ministério da Educação (MEC), no site [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

## **MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR PRESENCIAL**

Como professora há cinquenta anos, dos quais quinze no Ensino Superior de modalidade presencial, com rica bagagem de estudos e pesquisas dos caminhos percorridos desde os anos de 1970, aposentada em 2019, fui instigada a escrever este texto de reflexões e debate da dicotomia entre as duas modalidades de ensino superior, a presencial e a virtual.

De acordo com dados apresentados na audiência pública do Ministério da Educação (MEC) em 24 de abril de 2018, a evasão de alunos em cursos de graduação presencial se aproximou de 30%. E ainda no mesmo período, as IES presenciais apresentaram um percentual anual médio de 6% com quedas consecutivas, especialmente nas instituições de ensino superior (IES) privadas.

As IES que não se adequarem e persistirem na resistência à modernidade, não terão condição de competitividade. Cabe então aos gestores institucionais serem agentes de transformações para que possam acompanhar a dinâmica do mundo globalizado, com a observação de que as IES devem aderir às tecnologias digitais, sem perderem sua identidade e seu papel social.

A História ensina que quanto mais rápido se derem as adaptações às novas realidades econômicas, sociais, culturais, tecnológicas mais cedo serão alcançados os objetivos propostos.

A tendência da Educação hoje é caminhar em direção à apropriação da realidade virtual e da inteligência artificial do mundo globalizado. O que não parece justo com as IES presenciais é que, após concluído o curso, o diploma ou o certificado não faça referência ao modelo escolhido, se presencial ou a distância.

A OCDE tem ressaltado a urgência do aumento dos gastos por aluno do Ensino Fundamental e Médio, cujo nível de aprendizagem é considerado baixo e até mesmo inadequado. Mesmo com os avanços

da melhoria de investimentos em educação o Brasil continua entre os últimos do ranking por ela elaborado e também confirmado pelos testes de avaliação do PISA.

Vale ressaltar que uma das consequências da resistência às mudanças e da falta de investimentos no processo ensino aprendizagem recai sobre os docentes qualificados que ministram bem suas aulas, mas não conseguem os mesmos resultados com plataformas e linguagens digitais por não terem recebido formação continuada quanto ao uso desses mecanismos.

Nessa direção pode-se dizer que os professores universitários foram convidados a embarcarem em um trem de ida, no caminho não foram atualizados, seguiram em frente, e em um dado momento foram obrigados a desembarcarem ou foram desembarcados e substituídos por profissionais capacitados por outras instituições.

A maneira mais efetiva de melhorar o ensino presencial e aumentar sua produtividade é investir na dinâmica da Educação Digital para viabilizar uma formação flexível, híbrida e personalizada, além de, dar autonomia aos alunos e observar as tendências do mercado para oferecer cursos em demanda.

Caso contrário, a educação a distância vai continuar a puxar o crescimento do setor de ensino superior, pois os ingressantes das IES são filhos digitais, dominam bem as novas tecnologias.

O conhecimento do alunado de forma personalizada vem da utilização de plataformas de análise de dados, fator de vantagem da modalidade EaD. De posse das informações dos estudantes e com o uso de ferramentas digitais, os docentes das IES presenciais com formação e facilidade de lidar com a nova geração unirão qualidade e tecnologia em seus cursos tornando-os mais procurados e competitivos.

As grandes IES presenciais já avançaram e têm a tecnologia como importante ferramenta no desenvolvimento do ensino aprendizagem de qualidade. Com isso, esperam do governo uma avaliação justa das IES e do ensino nelas ministrado bem como que estimule os cursos com avaliação 4, 5, 6 ou 7 pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

A CAPES é uma fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC) do Brasil que atua na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros.

Os cursos que receberam boas notas pela Capes são os que exploraram novos modelos pedagógicos, que exigiram novos investimentos em todas as áreas do conhecimento, portanto, deve haver políticas educacionais, definidas por seus colegiados, voltadas a eles como forma de valorização pela sua evolução.

Em uma postura bem crítica, mas sem menosprezar nenhuma IES reportando-se às de formação docente em especial, é emergencial investimentos do governo ou das mantenedoras para que possam formar bons profissionais da Educação familiarizados com ensino em plataformas e em linguagens digitais, pois irão trabalhar com crianças e jovens nascidos na era internet.

Da mesma forma todas as IES precisam substancialmente de liberdade na condução de seus cursos para terem melhoria na aprendizagem, para unir domínio de conteúdos com procedimento e técnicas, mais as ferramentas digitais. Os estudantes querem uma IES onde terão a oportunidade de construir a sua carreira de graduação.

## **MODALIDADE DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA - EaD**

De acordo com estudos, a modalidade EaD de ensino está embasada em uma metodologia que se pauta em um ambiente online, no

qual seu alunado tem acesso a diversas matérias, videoaulas e avaliações online. A participação dele é controlada pelo acesso e pelo cumprimento das atividades. As dúvidas são sanadas por meio de e-mails ou de fóruns online.

De acordo com o Censo da Educação Superior realizado em 2015 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), há no país 1.473 mil cursos superiores a distância, cujo crescimento é de 10% ao ano, desde 2010. Dados como estes, em franca ascensão, contribuíram para a nova regulamentação do MEC para EAD.

Foi publicada no Diário Oficial da união no dia 21 de junho deste ano (2017), a portaria que instaura o decreto nº 9.057, que, por sua vez, regulamenta a Educação a Distância em todo território nacional. A portaria possibilita o credenciamento de instituições de ensino superior (IES) para cursos de educação a distância sem o credenciamento para cursos presenciais.

O objetivo das mudanças é ajudar o país a atingir a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que determina a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida em 33% da população de 18 a 24 anos.

Para Maurício Garcia (Vice-Presidente Acadêmico da DeVry Brasil e engajado no debate sobre a dinâmica do ensino superior do Brasil) que escreveu em um livro sobre organizações sustentáveis, o capítulo “Estamos na terceira onda do ensino superior?”, uma IES global tem que ter como princípios: acesso, qualidade, baixo custo e tecnologia.

Clama-se que o crescimento exponencial do ensino virtual se deve à presença de players nos sistemas educacionais, o que tornou o ensino interessante pois investem em dispositivos eletrônicos, diversidade de aplicativos, games e aprendizagem ativa em ambientes virtuais.



São estes Itens que os professores devem empregar em suas salas de aulas, o que levou Kevin Carey, em “The end of College”, a mencionar que na modalidade EaD os estudantes podem obter sua formação de graduação em diferentes instituições as quais os manterão matriculados ao longo da vida, pois o século XXI exigirá deles aprendizagem e atualização constantes.

O que ficou evidente, por final, é que até 2016, abrir um polo de EaD, levava cerca de três anos, e os seis maiores players educacionais detinham 80% das matrículas. A partir de um novo marco regulatório do MEC, de 21 de junho de 2017, disparou-se uma descomunal abertura de polos, de 6.583, antes da referida portaria, para 15.394 em julho de 2018.

A projeção para 2023 da ABMES, (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior Privado). Foram debatidos os desafios e trajetória tudo indica que será equivalente o número de ingressantes nas duas modalidades, com leve decréscimo na presencial.

E Kevin Carey continuou em sua entrevista: “O Brasil precisa superar a dicotomia entre ensino presencial e EAD. A terminologia ‘educação a distância’ está em desuso no mundo”. Ele é ex-chanceler da Estácio (atual Yduqs) e, entre 2005 e 2006, atuou como secretário nacional de Educação a Distância – pasta extinta pelo Ministério da Educação (MEC) em 2011.

Uma observação adicional foi feita por Ronaldo Mota que acredita que em breve “será muito difícil distinguir” o que é ensino presencial e o que é ensino virtual. Por isso defende uma flexibilização da legislação do MEC, a fim de que haja liberdade para as IES estruturarem a carga horária dos cursos, sem limitações.

O primeiro registro de um curso a distância se deu na cidade de Boston, nos Estados Unidos em 1728 quando o professor Caleb Phillips ofereceu um curso de Taquigrafia (uma técnica para escrever à mão de

forma rápida, usando códigos e abreviações) para alunos em todo o país, com materiais enviados semanalmente pelo correio.

Seguindo a mesma seara, cem anos depois, em 1833, na Suécia, a universidade da cidade de Lund oferecia um curso de composição por correspondência. Em 1840, na Inglaterra, começava um curso também de Taquigrafia de passagens bíblicas, em que o professor Isaac Pitman incentivava os alunos a escreverem postais com textos abreviados, como ensinado no curso.

No que concerne à dúvida ou ao questionamento sobre a possibilidade de se aprender uma nova língua conversando com professores pela internet, é interessante saber que as experiências pioneiras neste campo surgiram em 1856, na Alemanha, quando já era possível aprender outro idioma usando a metodologia do EaD. Isto há mais de 160 anos.

No Brasil, o primeiro registro de um ensino a distância data de 1904, com um anúncio nos classificados do Jornal do Brasil de um curso de datilografia para o uso de máquinas de escrever por correspondência.

Verificou-se que na década de 1920 o Brasil contava com os primeiros cursos transmitidos pelas ondas do rádio. Os estudantes utilizavam material impresso para aprender Português, Francês e temas relacionados à radiodifusão.

Numa integração de esforços nas décadas de 1940 e 1950, começaram os cursos mais formais, sobre temas profissionalizantes, liderados pelo Instituto Monitor, depois pelo Instituto Universal Brasileiro e pela Universidade do Ar, patrocinada pelo Senac e pelo Sesc.

Nas décadas de 1960 e 1970 surgem adoções de EaD em projetos para ampliar o acesso à educação, promover o letramento e a inclusão social de adultos. E no final da década de 1970 começou em Brasília a primeira experiência de EAD ou EaD nos cursos superiores.

No eixo da Educação Profissional os cursos de EaD são uma modalidade consolidada no Brasil com mais de 1.800 cursos, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, que atendem quase 4 milhões de pessoas.

A legislação foi fonte recorrente e hoje permite aprendizagem cada vez mais híbrida. Uma pessoa pode fazer um curso presencial e ter uma carga horária de 40% de atividades a distância. Dessa forma, os estudantes têm experiência de contato com seus professores e colegas no processo de ensino aprendizagem e também são familiarizados com plataformas e linguagens digitais.

### **VANTAGENS E DESVANTAGENS DA MODALIDADE DE ENSINO PRESENCIAL E o EaD**

Embora a oferta de vagas tenha aumentado o número de alunos matriculados no ensino presencial nas universidades brasileiras ainda é maior, 6,4 milhões. No mesmo período, na graduação a distância, havia 2 milhões de estudantes matriculados. A maior oferta de cursos EaD está nas instituições privadas.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o Ensino Presencial em relação ao Ensino a Distância possui vantagens e desvantagens. No ensino presencial o aluno tem contato direto com os professores o que lhe possibilita sanar suas dúvidas rapidamente. Outra vantagem é que se leva em consideração não apenas o conteúdo, mas também o comportamento mediante a sua prática acadêmica.

A análise mostrou que os alunos que não abrem mão do formato presencial estão preocupados com a percepção de baixa qualidade do ensino e também com a dificuldade de adaptação ao novo método. Pesa ainda, para eles, o fato de a modalidade EaD não ter suporte para tirar dúvidas na hora em que elas surgem e por terem dificuldade com plataformas de estudo online.

Estudos indicam como vantagens do Ensino a Distância o acesso do aluno às matérias de que precisa, a qualquer hora. Ele pode montar seus horários de estudo, pode recorrer a outros tipos de ensino por meio da leitura de livros, web aulas e avaliações, ou seja, é o protagonista de seu aprendizado.

O fator econômico tem um peso muito grande para o alunado brasileiro, afinal, passa a maior parte da vida a estudar, quando se considera o tempo entre o Ensino Fundamental e Médio até os cursos de graduação, especialização, capacitação e pós graduação.

Quanto às desvantagens, no Ensino Presencial, há alunos que não se comprometem de maneira integral com o curso porque são obrigados a frequentar a instituição todos os dias. O modelo de ensino tradicionalista os leva a se sentirem limitados por não poder expandir suas capacidades.

Por fim, as desvantagens do Ensino a Distância são que o aluno não tem contato direto com os professores e assim, não consegue sanar suas dúvidas na hora em que elas surgem. Não tem também contato direto com os seus colegas e nem com o ambiente acadêmico. E além disso, exige dedicação e conhecimento das tecnologias da internet nos seus estudos.

## **REFERENCIAL TEÓRICO-METODÓLOGICO**

Nossa abordagem de pesquisa é de natureza quantitativa, e se configura como uma pesquisa do tipo exploratória que nos forneceu referencial teórico e metodológico para o conhecimento das temáticas propostas para estudo.

O tipo de fontes ou de documentação com que foram trabalhadas as investigações é um indicador importante para a compreensão da espécie de pesquisa realizada na qual foram conjugadas e/ou cruzadas

fontes diversificadas que perpassaram diversos estudos de forma complementar e que deram amplitude de constituição do artigo.

Os dados levantados foram extraídos de matérias disponíveis nas páginas de internet que foram, inicialmente, catalogados por eixo temático, amostra significativa do todo estudado. Ora apresentavam conceitos, dimensões, abordagens, ora indicavam a literatura e órgãos que serviram de referência para as análises.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Para que se tenha noção da trajetória dos Cursos EaD em suas diferentes fases e denominações, deve-se considerar que teve como primeira premissa de evolução os cursos por correspondência, que no Brasil foram criados por volta dos anos de 1910.

O seu formato ficou contatado a partir dos anos 1940, com a popularização do rádio. O foco estava nos cursos profissionalizantes, hoje essa modalidade está disponível para todos os níveis de escolaridade, desde o ensino fundamental até a pós-graduação.

A tão falada sigla EaD vem do termo ensino a distância, em vez de estar presente fisicamente em uma sala de aula tradicional, o aluno tem a oportunidade de assistir às aulas de casa ou do trabalho; basta estar na frente do computador, ou com um smartphone ou tablet.

Segundo dados do censo EaD, realizado em 2016, a maior parte dos estudantes abrange as faixas etárias entre 26 e 30 anos e entre 31 e 40 anos. Antes se pensava que o diploma ou certificado de um curso a distância valia menos do que um curso presencial.

As investigações apontaram o ensino EaD como escolha de uma boa parcela dos estudantes ao optarem por uma faculdade. E seguindo a média das projeções de crescimento, a expectativa é de que no ano de 2023, supere o formato presencial.

Quanto à modalidade de ensino a escolher depende do perfil do aluno. Se ele for disciplinado na busca de capacitação, tem horário, tem familiaridade com a internet, então apresenta características para a modalidade de ensino EaD.

Para se ter noção de trajetória, as IES precisam investir em meios tecnológicos e plataformas digitais, atualizarem-se sempre, tanto na modalidade Presencial quanto na EaD para que possam expandir as possibilidades de formação integral e conhecimento profissional. Assim capacitadas terão condições de competitividade no mercado de trabalho do Brasil e do exterior.

Não houve aqui a intensão de se julgar se as IES foram melhores antes da era digital, mas sim constatar até que ponto elas têm condições efetivas de atender às exigências das atuais políticas públicas e do mercado do trabalho brasileiro.

É importante indagarmos se a tradição que estamos criando nas IES são benéficas para o futuro delas, considerando os duros tempos que estamos atravessando. O desenvolvimento de uma nação depende muito da quantidade e da qualidade de ensino não só para as elites como para toda população.

Com relação à temporalidade, quando tecermos considerações sobre o ambiente das IES, o foco deve ser de acordo com a realidade do tempo em que foram criadas. Esse cuidado é necessário para que seja construída uma avaliação mais segura dentro do conjunto de conhecimentos e de valores do período da História em estudo. Todas as IES, independentemente do tempo em que foram criadas tiveram como objetivo ampliar o horizonte do conhecimento e o progresso das Ciências.

Por fim, pelas pesquisas dos órgãos nacionais e internacionais, censos, testes e avaliações, o Brasil tem desafios gigantescos a enfrentar no seu Ensino Superior. Há ilhas regionais de excelência em algumas partes do país enquanto muita deficiência e carência em outras. É

preciso democratizar o ensino superior para chegar aos quatro cantos do Brasil.

Outro aspecto a salientar é que o investimento feito por aluno no Ensino Fundamental e Médio no Brasil, de onde sai o alunado das IES, é em média três vezes menor do que a média recomendada pela OCDE

O debate aqui levantado se faz na busca de alternativas para questões que afligem a sociedade como um todo, qual seja, a qualidade da educação brasileira que não consegue decolar. Essa é uma das lutas da qual vale a pena participar.

A percepção clara é de que há a necessidade da participação bem fundamentada, de várias cabeças pensantes do país na discussão do processo de formação e transformação da realidade do ensino superior no Brasil.

A longo prazo, o ensino superior, como bem público, será mais forte como organização e fará melhor uso do dinheiro público pois vai estar alinhada com o desejo do cidadão comum de proporcionar um aprendizado acessível e de alta qualidade para seus filhos.

A tecnologia da informação será, sem dúvida, uma parte importante a ser alcançada pelo ensino superior que fornece sistematicamente mais recursos para estudantes ricos, com uma abundância de capital cultural e menos para estudantes de baixa renda.

Este estudo foi um desafio muito importante e com certeza as informações colhidas e os dados coletados poderão servir de base para outras pesquisas pela necessidade do momento atual de reavaliações, de perspectivas e, principalmente de fomento ao debate e à crítica sobre a educação brasileira.

## WEGRAFIA

[http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251)<sup>a</sup> Acesso em: dez..2019

<http://www.oecd-> Acesso em: dez. 2019

[ilibrary.org/docserver/download/9617042e.pdf?expires=1505742573&id=id&accname=guest&checksum=9A1473703553566C867665F6E09222A1](http://ilibrary.org/docserver/download/9617042e.pdf?expires=1505742573&id=id&accname=guest&checksum=9A1473703553566C867665F6E09222A1) Acesso em: dez.2019

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/ocde-manter-resultado-no-pisa-com-mais-inclusao-nas-escolas-e-vitoria> Acesso em:dez.2019.

<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/12/03/Como-o-Pisa-revela-uma-d%C3%A9cada-de-estagna%C3%A7%C3%A3o-do-ensino-no-Brasil>. Acesso em jan.2020.

<https://www.capes.gov.br/noticias> Acesso em:jan.2020.

[https://www.google.com/search?q=censo+Ead&rlz=1C1CHWL\\_pt-BRBR880BR882&oq=censo+Ead&aqs=chrome..69i57j0l7.5489j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=censo+Ead&rlz=1C1CHWL_pt-BRBR880BR882&oq=censo+Ead&aqs=chrome..69i57j0l7.5489j0j8&sourceid=chrome&ie=UTF-8) Acesso em: jan. 2020

<https://novaescola.org.br/conteudo/18362/ead-vagas-para-ensino-superior-superam-ensino-presencial-segundo-censo> Acesso em: jan. 2020.

<https://www.ead.com.br/ead/como-surgiu-ensino-a-distancia.html> Acesso jan. 2020

<https://abmes.org.br/colunas/detalhe/1705> Acesso em jan. 2020.

<https://www.insidehighered.com/news/2015/03/23/kevin-carey-talks-about-his-new-book-end-college> Acesso em jan. 2020

<https://www.usnews.com/opinion/knowledge-bank/2015/04/30/kevin-carey-explains-the-end-of-college-and-higher-educations-future> Acesso em jan. 2020



<https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3268> Acesso em: jan. 2020

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/enem-confirma-tendencia-de-reducao-do-numero-de-inscritos-2971267e.html> Acesso em jan. 2020

<https://www.semesp.org.br/noticias/mudancas-significativas-no-ensino-superior/> Acesso em fev. 2020

<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/entrevista-ronaldomota/> Acesso em: fev. 2020

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32041> Acesso em fev. 2020

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32041> Acesso em fev. 2020

[www.edools.com](http://www.edools.com) Acesso em fev. 2020



# Capítulo VII



# **PEDAGOGIA JURÍDICA NO VIÉS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

LEGAL PEDAGOGY IN VIEW OF PEDAGOGICAL PRACTICES

**Reynaldo Irapuã Camargo Mello<sup>24</sup>**

**Gilson Xavier de Azevedo<sup>25</sup>**

---

<sup>24</sup> Possui graduação em Direito pela Universidade de Cruz Alta (1992), Especialista em Docência no Ensino Superior e mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2003). Tem experiência na área de Educação e Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direito, sociedade, formação de professores, educação e estado. Foi Coordenador Estadual do PIEB - Programa Interinstitucional de Integração da Universidade com a Educação Básica do RS/COMUNG. Autor do livro: ENSINO JURÍDICO - Formação e Trabalho Docente (Editora Juruá). (rcamargomello@gmail.com).

<sup>25</sup> Pós-doutorando em Educação pela PUC-GO (2019); Doutor e Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO. Filósofo pela FAEME, e Pedagogo pela UVA-ACARAÚ e Teólogo pelo MACKENZIE, Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica pela UVA-RJ, Ética e cidadania pela UFG, Filósofo Clínico pelo Inst. Packter e Neuropsicopedagogo pela Cândido Mendes. (gilson.azevedo@ueg.br) (<http://orcid.org/0000-0001-5207-1351>).

## RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a questão da pedagogia jurídica ou ensino jurídico a partir das noções de prática pedagógica e pedagogia jurídica. Justifica-se o presente estudo pelas experiências que os autores vêm construindo nesse campo e pelas questões que permeiam suas práticas. Observa-se como problema um suposto distanciamento entre ensino e conteúdo jurídico, por vezes ministrado com certa rigidez simbólica. A metodologia adotada é a revisional bibliográfica e espera-se por resultado a ampliação do debate acadêmico nesse campo.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino. Direito.

## ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss the issue of legal pedagogy or legal education from the notions of pedagogical practice and legal pedagogy. The present study is justified by the experiences that the authors have been building in this field and by the questions that permeate their practices. A supposed gap between teaching and legal content is observed as a problem, sometimes taught with a certain symbolic rigidity. The methodology adopted is the bibliographic review and the result is expected to expand the academic debate in this field.

**Key-words:** Education. Teaching. Right.

## INTRODUÇÃO

Faz-se, por meio deste trabalho, um estudo da forma como ocorre o discurso jurídico, ou seja, suas práticas pedagógicas, extremamente necessárias, a fim de possibilitar uma reflexão sobre o assunto, e, acima de tudo, um melhoramento de seus métodos de transmissão.

A prática pedagógica no Direito, entretanto, não está limitada apenas ao ensino dentro da sala de aula e sim à integração do acadêmico à realidade jurídica, numa visão *lato sensu*, dentro das novas necessidades surgidas no meio social ao qual se inserem, *face ao* processo de transformações ocorridas na sociedade no decorrer do tempo.

Desta forma, nas páginas que seguem, será abordado, por meio de um estudo crítico, a Pedagogia Jurídica, tanto no campo jurídico, como no campo de ensino jurídico, possibilitando assim, comparar e conhecer melhor as formas de transmissão do discurso jurídico, visando uma Pedagogia Jurídica conscientizadora, onde o professor deixa de ser o detentor do poder e passa a ser o mediador na construção do conhecimento.

## **1 PEDAGOGIA JURÍDICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Entende-se que: “A pedagogia deve estar intrínseca com a prática Jurídica, os transmissores dos saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber se convença definitivamente de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (MELLO, 2007, p. 89).

Os mestres devem ter conhecimento e domínio da matéria que lecionam, expondo com clareza, com uma linguagem simples ser humano e simples, sóbrio, não ser arrogante com os alunos, usar de uma metodologia adequada incentivando os alunos no todo como individualmente para a busca do seu conhecimento (MELLO, 2007, p. 89).

Ensino representa uma relação pontual, que se destaca de um processo de aprendizado direcionado e direto, em que se podem detectar dois pólos relacionais, a saber, o educador e o educando. O ensino tem mais a ver com o engajamento da atividade educacional em relações privadas ou públicas de prestação de serviços educacionais,

tendentes à formação elementar do indivíduo nas ciências, nas práticas e nos saberes constituídos pelos progressos da humanidade. Quando se menciona a palavra ensino, está-se a vislumbrar uma atividade de transmissão de conhecimento dentro de parâmetros predefinidos, formais, portanto, por meio dos quais se transporta a experiência de um para outro ser (BITTAR, 2001, p. 16).

Desta forma, para que ocorra o ensino, é necessário que exista aquele portador e transmissor do conhecimento, e aquele outro, que está disposto a aprender.

Entretanto, a aprendizagem deve ser algo horizontal e não vertical ou hierarquizada, onde apenas o professor, ou transmissor do saber, exerce papel importante no processo de aprendizagem, ou seja, o aluno deve ser também participante de seu próprio processo de ensino-aprendizagem, e não mero espectador. Ainda, o ensino deve ser algo multidisciplinar que proporcione aos alunos um conhecimento amplo e globalizado sobre os conteúdos, pois isto proporciona uma maior produtividade no ensino e uma forma mais eficaz e completa de assimilação e aprendizagem, por parte dos alunos. A pedagogia jurídica, “trata-se do campo do conhecimento que estuda os processos de educação jurídica. Esta ocorre mediante o ensino e a aprendizagem dos princípios, das normas, dos institutos e dos procedimentos jurídicos de caráter oficial ou não, dos significados criados por seus conteúdos e aplicações, pelas formas de regulação produzidas, mediante processos interativos desenvolvidos por pessoas e instituições em tempos e espaços determinados (LEITE, 2003).

Então, a Pedagogia do Direito, refere-se não somente à sala de aula, mas também, prolonga-se a todo o contexto social. Bernstein define e caracteriza dois tipos de prática pedagógica que denomina Pedagogia Visível e Pedagogia Invisível. A Pedagogia Visível possui claras regras hierárquicas, e ainda, existe uma ênfase no desempenho do adquirente (aluno) e em suas produções (textos criados). Já na Pedagogia



Invisível as regras de hierarquia não são claras e “os critérios de avaliação são implícitos, múltiplos e difusos, como se o adquirente fosse fonte desses critérios” (LEITE, 2003).

Portanto, na Pedagogia Invisível, a preocupação está centrada em procedimentos internos do adquirente (cognitivos, lingüísticos, afetivos e motivacionais) diferente da Pedagogia Visível, onde o foco está no desempenho avaliável do adquirente.

“A diferença é importante, pois desloca a ênfase da “transmissão desempenho” (prática pedagógica conservadora) para a “aquisição-competência” (prática pedagógica progressista). Bernstein faz referência às teorias estruturalistas de Piaget (teoria do desenvolvimento e da transformação das operações cognitivas), de Chomsky (teoria da sintaxe) e de Levi-Strauss (teoria das agrupações e reagrupações) como sendo teorias da competência que integram o biológico com o social e que, portanto, são dependentes de interação social”. (www.pucpr.br)

## **2 CAMPO PEDAGÓGICO E CAMPO JURÍDICO**

O discurso jurídico pode ser entendido como a comunicação especializada por meio da qual a transmissão/aquisição diferencial é efetuada e sujeitos pedagógicos são seletivamente criados. É possível perceber, então, a hierarquia existente no discurso jurídico, nas suas regras, proporcionando à relação entre quem transmite o discurso e quem o recebe, numa relação de poder, ou seja, numa relação vertical entre ambos.

A pedagogia jurídica, diz respeito à transmissão do discurso jurídico, portanto, podemos dizer que esta não está apenas dentro da sala de aula, dos cursos de graduação de Direito, mas também na forma como este discurso é transmitido aos Civis que também são adquiren-

tes. Podemos dizer, portanto, que esta pedagogia é, como citado anteriormente, uma Pedagogia Invisível, entretanto, possui regras hierárquicas, parte devido ao fato de o discurso jurídico ter sido hierarquicamente construído.

Na Pedagogia e Metodologia do Ensino Jurídico, na escola tradicional o professor era o transmissor ativo e o aluno o receptor passivo. Este sistema não pode mais ser aceito pelos alunos, que devem participar e o professor passa a ser o mero orientador, controlador e não mais o ditador.

Essa influência pedagógica tradicional (o professor é o transmissor dos conteúdos aos alunos, e estes são seres passivos, que devem assimilar esses conteúdos, sem criticá-los) tem sido tão forte que as modernas pedagogias, como a Escola Nova (o professor é o orientador, é o facilitador da aprendizagem, e os alunos são seres ativos, isto é, são a Crítica (o professor é o educador, que direciona o processo ensino-aprendizagem, os alunos são pessoas concretas, objetivas, que determinam pelo individual, pelo social, pelo público, pelo econômico, enfim, pelo histórico), que se desenvolveram com relação ao ensino fundamental e secundário, não tem sido aceitas plenamente pelas faculdades de Direito (MELLO, 2007, p. 61/ 62).

Referindo-se ao Campo Pedagógico do ensino jurídico, ou seja, no ensino de graduação das Faculdades de Direito, pode-se dizer que a pedagogia muitas vezes utilizada é a Pedagogia Visível. Entre os alunos e professores havia um contrato solene unilateral, o aluno não era permitido participação nas aulas, ou seja: “construída num sistema em que a participação do aluno, seja administrativa, seja didático-pedagógica, era nula, ou praticamente insignificante” (BITTAR, 2001, p. 87/88).

Isto, portanto, era algo que dificultava a aprendizagem, pois a relação entre professor e aluno constitui um dos mais importantes processos para o desenvolvimento da aprendizagem dentro da sala de aula. Não mais é admissível a relação formal autoritária dos mestres. O ensino de direito não pode se resumir em estudo somente de leis. Com

o passar do tempo o ensino jurídico passou por uma transformação, pois aulas apenas expositivas, onde ocorria apenas a leitura das leis, não era algo eficaz na aprendizagem, devido ao fato de ser uma metodologia falha.

Então, tornando as aulas mais dinâmicas, onde o aluno torna-se sujeito participante de seu próprio processo de aprendizagem, surgem vários aspectos positivos e melhores resultados no desempenho dos alunos. No lugar de ver o aluno apenas como um receptor do discurso didático jurídico, deve-se, sobretudo, torná-lo um sujeito participante e ativo do raciocínio dialético jurídico, ou seja, deve-se prever o aluno como parte da aula, como parte da pesquisa conducente à aula, enfim, como parte dos processos de aprendizagem (BITTAR 2001, p. 89).

Entretanto, embora tenha ocorrido uma significativa melhora na metodologia utilizada pelos professores do ensino jurídico, ainda existem professores que utilizam as aulas apenas expositivas como principal forma de ensino, acarretando alunos despreparados tanto no conhecimento, quanto para o ingresso no mercado de trabalho. Ainda, no ensino jurídico e na educação como um todo, vê-se o processo de interação entre aluno e professor algo ainda retrógrado, onde o educador é aquele que possui o saber, enquanto que o educando é mero ouvinte e aquele que “ainda não sabe”. As relações inter pessoais se fazem estritamente necessárias para o desenvolvimento humano. Não existe humanidade se esta não for compartilhada e aprendida com outros seres humanos, desta forma, o afeto, a cordialidade e a interação tanto com os professores quanto com os demais alunos, na instituição de ensino, constitui-se algo necessário para a aprendizagem. O professor vence ou é derrotado na profissão não apenas pelo seu saber maior ou menor, mas principalmente pela sua capacidade de lidar com os alunos e ser aceito por eles. Portanto, para que ocorra aprendizado e o aluno se torne capaz apropriando-se dos conhecimentos transmitidos, este não pode ser um simples “recipiente”, onde o professor ou transmissor do conhecimento, apenas deposita conteúdos.

Também, “a faculdade de Direito deve ser abrigada em condições condignas de modo a facilitar-se pela estrutura

arquitetônica do edifício, o convívio acadêmico-universitário. Quando se fala em estrutura, está-se a pensar que esta, em verdade, atesta a organização e a manutenção, o cuidado e o investimento que se podem oferecer ao curso de Direito” (BITTAR 2001, p. 100).

Ainda, para um ensino de qualidade, pode-se citar a grade curricular, que deve contemplar todas as necessidades e requisitos básicos para o ensino abrangente do direito, por meio da interdisciplinaridade, estando em constante revisão para que se proporcione um ensino de qualidade. Em se tratando de professores, estes devem além de possuir titulação adequada como mestrado, doutorado ou especialização, devem também ser profissionais comprometidos com o ensino, com os alunos e com a instituição de ensino, ou seja, com seu trabalho. “A carreira docente é de crucial importância para a definição do perfil institucional de um curso de Direito. A seriedade, a dedicação, a titulação, o empenho, a experiência do corpo docente são elementos que fazem grande diferença no momento de se oferecer ensino ao estudante de Direito” (BITTAR 2001, p.101).

## **CONCLUSÃO**

Tendo em vista a exposição realizada por meio deste trabalho, conclui-se que embora tenha ocorrido uma significativa mudança na metodologia utilizada pelos professores das faculdades de Direito, esta ainda não chega a ser totalmente adequada, já que além da aquisição do conhecimento jurídico normativo, há necessidade de condução do processo de ensino-aprendizagem de forma mais qualitativa e não quantitativa.

Considerando a argumentação trazida, pode-se dizer que o discurso jurídico é um discurso vertical e hierarquizado, proporcionando, portanto, que seu ensino também ocorra desta forma, numa visão equivocada, já que dentro do contexto social, os fenômenos que se ex-

pandem são diferenciados e os agentes receptores do ensino especializado necessitam de aptidão para os processos de construção, aplicação, reprodução e mudança do ordenamento jurídico.

Apesar da reflexão superficial sobre o assunto, evidencia-se a relevância do aprimoramento da Pedagogia Jurídica, na formação pedagógica dos profissionais do Campo Jurídico e do Campo Pedagógico do Ensino Jurídico, por meio de inovações que possibilitem a formação educacional num perfil integral, assentado e contextualizado para atender as demandas sociais atuais.

## REFERENCIAS

[http://www.pucpr.br/comunicacao/revistas\\_cientificas/dialogo\\_educacional](http://www.pucpr.br/comunicacao/revistas_cientificas/dialogo_educacional). **A gestão de competências: inovação ou modismo na formulação de políticas públicas?** Artigo pesquisado em 18/03/07.

BITTAR, Eduardo C. B. **Direito e Ensino Jurídico - Legislação Educacional**. Ed. Atlas: SP, 2001.

MELLO, Reynaldo Irapuã Camargo. **Ensino Jurídico - Formação e Trabalho Docente**. Ed. Curitiba: Juruá, 2007.

LEITE, Maria Cecília Lorea. **Pedagogia Jurídica uma Inovação Necessária**. Apostila, 2003.

# Capítulo VIII





## **LIDERANÇA GERENCIAL: UMA NOVA FORMA DE GERIR PESSOAS E PROCESSOS NO SEG- MENTO EDUCACIONAL NO SÉCULO XXI**

**Andreia Gonçalves da Silva<sup>26</sup>**

**Samara Castro da Silva<sup>27</sup>**

---

<sup>26</sup> Esp. – UNINORTE (andreiasilva\_gs@hotmail.com)

<sup>27</sup> MSc. – UFAM (adm.samaracastro@gmail.com)

## **RESUMO**

O artigo apresentado busca identificar de que forma a liderança gerencial pode gerenciar processos com foco em pessoas para melhoria dos resultados organizacionais. Para essa compreensão foram realizadas pesquisas bibliográficas e de conteúdo que fundamentam a liderança gerencial como responsável pelo desenvolvimento contínuo da equipe, obtenção de resultados humanizados, retenção constante de colaboradores e talentos, redução substancial do turnover, comunicação e relacionamento eficaz, engajamento e motivação por meio de colaboradores empenhados para alcance dos resultados organizacionais e tomada de decisão, fatores que influenciam para a melhoria dos processos.

**Palavras-chave:** Liderança Gerencial. Processo. Pessoas.

## **1. INTRODUÇÃO**

A busca por resultados é constante nas organizações com o objetivo de prevenir situações inesperadas que possam aparecer perante as empresas, para isso a figura do líder diante de suas atribuições e competências é um fator predominante e estratégico para o atingimento de metas, propostas de soluções rápidas e eficientes.

Para se ter êxito na liderança, é preciso ser uma pessoa flexível às diversidades que encontrará nos membros da sua equipe e disposto a contornar os conflitos de relacionamentos, comportamentais e operacionais com sabedoria e equilíbrio, contribuindo desta forma para um ambiente estimulante e acolhedor, fazendo com que as pessoas cumpram suas atividades com excelência, motivadas pelo objetivo que as organizações desejam alcançar.

O papel do líder mudou e com ele todas as exigências mercadológicas, técnicas, emocionais e comportamentais. As empresas não procuram mais por um gerente dotado somente de experiências técnicas, mas, gerenciadores de talentos, identificando, desenvolvendo pessoas competentes e habilidosas que saiba encontrar as pessoas certas para executar as operações e obter resultados.

O tema liderança para os dias atuais, onde se é preciso produzir com excelência e isso inclui qualidade, compromisso e dedicação têm um grande impacto para os colaboradores na forma como são tratados e liderados. Muitas pesquisas são realizadas dentro e fora das organizações, com o intuito de identificar a relação da liderança com os comportamentos e produtividade dos colaboradores que estão intimamente ligadas, bem como, a influência que esta tem com os resultados organizacionais, através da produção dos colaboradores. “A liderança depende, além de sua competência no que faz de sua imagem, sua comunicação e seu comportamento” (CELESTINO, 2016, p. 12).

Vários são os estilos de liderança apresentados nas bases teóricas em busca de encontrar aquela que melhor se adéqua para conduzir, motivar e elevar o nível de produtividade dos colaboradores, para que isso aconteça é necessário que o líder, responsável por desenvolver equipes de alta performance apresente competências gerenciais adequadas para gerir pessoas e decidir de forma assertiva sobre elas. “Liderar com excelência significa tomar decisões com equilíbrio de resultados atuais e futuros” (CELESTINO, 2016, p. 185).

A relação da liderança gerencial está intimamente ligada à Gestão de Pessoas onde na verdade todo o processo decisório sobre as pessoas se inicia. Não há processos bem finalizados se não houver pessoas bem desenvolvidas, orientadas e motivadas para executar esse processo, as pessoas são parte do processo e não o processo das pessoas.

Segundo Chiavenato (2011, p. 245):

O líder empresarial deve ser capaz de alcançar objetivos por meio dos seus liderados e, para isso, conforme o tipo de liderado e a ocasião age de diferentes maneiras: ele ordena, comanda, motiva, persuade, dá exemplos pessoais, compartilha os problemas e ações ou delega e cobra resultados.

O artigo traz essa nova abordagem da liderança para dentro das organizações, que busca gerir processos com foco nas pessoas para melhoria dos resultados organizacionais, para alcance desse objetivo é preciso identificar e analisar as lideranças antigas e atuais, descrever e analisar as contribuições que elas oferecem para as pessoas e para os processos. “As competências básicas da liderança são: comunicação, delegação, *follow-up*, *feedback*, motivação e gestão agendada. O conhecimento delas e sua aplicação dão ao líder a aptidão requerida para gerar resultados consistentes ao logo do prazo” (CELESTINO, 2016, p. 52).

As empresas estão sendo forçadas devido ao cenário econômico-financeiro que assola o país a encontrar uma liderança gerencial inteligente para dentro das organizações. Desta forma, este artigo busca contribuir com as organizações, para que estas busquem motivar, conduzir, desenvolver e preparar o colaborador para gerenciar suas atividades funcionais a partir da capacidade e competência de seus profissionais.

## **1.2 GESTÃO DE PESSOAS**

De acordo com Dutra (2011, p. 17), a Gestão de Pessoas “é um conjunto de políticas e práticas que permitem a conciliação de expectativas entre a organização e as pessoas para que ambas possam realizá-las ao longo do tempo”, por meio do desenvolvimento individual e organizacional, buscando captar e manter talentos, adequando estrutura, estratégias, processos e pessoas. É a chave principal para fazer a organização conquistar resultados proporcionados pela satisfação e o bem-estar das pessoas, realizando com isso suas atividades com excelência, fazendo com que estes se interessem cada vez mais pela organização, sua missão e seus resultados.

Todo o processo de excelência nos resultados se inicia na gestão de pessoas que busca atrair e capacitar seus profissionais, direcionando-os para o cargo certo, proporcionando-lhe um ambiente de interação e motivação. Gil (2001, p. 67), afirma que a:

Gestão é uma função gerencial que busca a cooperação das pessoas para o alcance dos objetivos organizacionais e individuais. É por intermédio da liderança dentro das empresas que busca-se desenvolver talentos, envolvendo as pessoas integrantes do processo a realizarem os resultados da empresa, liderança é resultado alcançado pelas pessoas que compõe a empresa, o maior recurso de valor das organizações, sendo, a “liderança fundamental às organizações, contribuindo para a integração efetiva entre as pessoas e as estratégias” (apud GIRAD, 2012, p. 72).

A gestão de pessoas visa a valorização dos trabalhadores e do ser humano, (LUCENA, 1999) por meio dos seus conhecimentos e talentos, não há mais espaço para a gestão que visa somente as competências técnicas e mecanicistas. As pessoas precisam ter um motivo para trabalhar, além de suas necessidades fisiológicas, todo indivíduo tem necessidades e objetivos pessoais, o que motivam muitas vezes sua permanência na empresa, atualmente esse cenário tem mudado e nem sempre um bom salário é o fator determinante para a permanência no emprego, as pessoas estão procurando satisfação no trabalho.

A gestão segundo Saconi (2001, p. 359) traz um significado de “ação ou efeito de gerir, gerenciar”, ações essas que devem proporcionar à organização um diferencial competitivo movido pela ação das pessoas, para isso faz-se necessário que as organizações possam investir e desenvolver seus colaboradores, pois, de acordo com Fischer (2002, p. 12) “um modelo de gestão de pessoas diz respeito à forma pela qual uma empresa se organiza para gerenciar e orientar o comportamento humano no trabalho”, essa é a gestão de pessoas com uma nova liderança gerencial, focada nas pessoas para melhoria dos processos e fortalecimento do capital humano dentro das organizações.

### 1.3 LIDERANÇA E GERÊNCIA

Do Inglês LEADER, guia, chefe, do Inglês arcaico LAEDAN, guiar, chefiar, do Germânico LAITHJAN, chefiar, daí vieram nossas palavras “liderar” e “líder”. A palavra líder de origem celta, tem como significado, o que vai na frente (SACCHETTO, 2017), é com esta definição que “liderança” se apresenta com o intuito de orientação, organização e gerenciamento de equipes e processos.

Pode-se dizer que “um líder inspira sua equipe a agir, o gerente conduz a ação das tarefas” (IBC, 2017). A liderança trabalha para o desenvolvimento dos indivíduos da empresa, para isso, faz-se necessário praticar em cada dia a motivação, cooperação e engajamento dos profissionais. “A gerência exerce uma função mais administrativa, no qual desempenha seu trabalho a partir do aprimoramento de métodos e estratégias” (IBC, 2017). Sendo a liderança direcionada às pessoas e a gerência aos processos, fazendo com que a gerência perca espaço para a liderança gerencial, que vem exatamente unificar essas duas táticas. Estratégias diferentes, porém, ambas focadas em resultados. Um líder para ser líder tem que ser antes um gestor de pessoas que impulsiona o desenvolvimento da equipe. O equilíbrio na relação entre líderes e liderados permite a colaboração, o crescimento e o desenvolvimento contínuo deles.

Robbins (2002, p. 304) define liderança como “a capacidade de influenciar um grupo em direção ao alcance dos objetivos”. Influenciar para a ação por meio de iniciativas comportamentais e de relacionamento para com todos da equipe, proporcionando um clima organizacional favorável, comunicação eficaz, clara e assertiva.

Os líderes precisam desenvolver novas habilidades que vão além da influência pelo exemplo, como ter conhecimentos e habilidades para orientar e desenvolver sua equipe. É alguém que além de ser exemplo também ensina, participa do processo de aprendizagem e acompanha o desempenho do colaborador, pois, “o crescimento e desenvolvimento de pessoas é o mais alto chamado da liderança”

(MAXWELL, 2008, p. 132). As organizações precisam de uma figura humana capaz de envolver as outras pessoas no trabalho, focadas nos objetivos, migrando dessa forma para a gestão gerencial.

Neto (2010, p, 1), afirma que:

Demanda-se, hoje, uma liderança que procure entender e acelerar o processo de aprendizado organizacional, permitindo e incentivando o pensamento e a ação integradora em todos os níveis. Sai o chefe que assegura o cumprimento de metas quantitativas de produção, entra o condutor de pessoas, capaz de tirar delas o que têm de melhor, em benefício delas próprias, na medida em que realizam seus potenciais, e da organização com que colaboram.

O líder desenvolve sua equipe acreditando no potencial destes, ensina o colaborador e o torna especialista em suas atividades, cria oportunidades, enxerga talentos, gera confiança entre todos e fornece aos empregados um clima saudável, além de desenvolvê-los como indivíduo pessoal e profissional.

[...] a responsabilidade pelo desenvolvimento das pessoas recai sobre o líder que ajudam a se tornar pessoas melhores, e não apenas bons profissionais. Os líderes potencializam os liderados. E isso é muito importante, pois promover o crescimento das pessoas gera crescimento para a organização (MAXWEL, 2008, p. 96).

A liderança atual entende que para obter a maximização dos resultados, não pode focar somente na tecnologia, equipamentos e recursos, mas nas pessoas no seu desenvolvimento profissional e pessoal, construindo equipes auto gerenciáveis e corresponsáveis.

Segundo Paes (2011, p. 20):

A liderança é a principal responsável pelos estímulos motivacionais. Ela deve formar um ambiente que ao mesmo tempo dê serenidade às pessoas e por outro lado provoque-as ao desempenho do trabalho, dos desafios. E a

marca pessoal da liderança reflete diretamente nos resultados.

A liderança é cobrada e a mesma também deve cobrar os resultados de seus membros, contudo, a comunicação, o respeito, os valores e o relacionamento são fatores que tornam o líder diferenciado. É um mero engano acreditar que o líder não cobra seus liderados, o mesmo precisa apresentar resultados em conjunto com a sua equipe, com isso, o trabalho de um depende do outro para atingir os objetivos organizacionais.

“Todo nível de uma organização depende da liderança de alguém. O importante é que a liderança é uma escolha que se faz, não um lugar em que se senta” (MAXWELL, 2007, p. 19). A verdadeira liderança se faz junto com seu colaborador, onde o mesmo participa efetivamente do processo, entende e compreende como se faz, porque acontece assim, ele é o responsável. Liderança tem mais a ver com disposição do que com posição — “influencie os outros de onde você está” (MAXWELL, 2007, p. 53).

Para o sucesso da organização é necessário que se estabeleça uma relação de confiança, credibilidade, apoio, e todo tipo de atitude ou comportamento que favoreça o clima organizacional. “Você tem de amá-los antes de liderá-los. Quando você ama, de forma correta e genuína, seus seguidores, eles o respeitam e o acompanham ao longo de muitas mudanças” (MAXWELL, 2008, p. 56).

A liderança muitas vezes é responsável por realizar mudanças durante determinado processo, quando a relação entre líderes e liderados está consolidada, a compreensão e a aprovação permitem o apoio e a execução também. “O líder estimula a criatividade e motiva seus colegas a progredirem, pois crê que o bem-estar e a boa funcionalidade de sua equipe é tão importante quanto os resultados” (IBC, 2017), o que impacta diretamente no clima da empresa, nos relacionamentos, na motivação, na produtividade, no desempenho e no comportamento.



## 1.4 LIDERANÇA GERENCIAL

Segundo o IBC (2017):

O líder gerencial é aquele que tem as habilidades necessárias para motivar, conduzir, desenvolver, aprimorar e capacitar cada colaborador dentro de suas expectativas e competências. Ao mesmo tempo, ele gerencia os processos de trabalho, delegando as tarefas e responsabilidades dos projetos, administrando as ações e apresentando os resultados esperados tanto para a organização, quanto pelos membros de sua equipe. (...) Para ser um Líder Gerencial é preciso dominar todas as características de um gerente e as habilidades de um líder.

A liderança gerencial defende um novo conceito, quebrando paradigmas conceituais e teórico, porque acredita no aperfeiçoamento de competências e habilidades, é um indivíduo que sabe se comunicar, informar e se relacionar. Conduz com muita ética e profissionalismo as atividades para si e para os demais, conseguindo dessa forma os resultados que deseja.

O aspecto da maioria dos líderes é de executor ou de comunicador. O primeiro tipo se caracteriza pela determinação, firmeza, automotivação, riscos assumidos e senso de urgência. O líder comunicador, por outro lado, apresenta sociabilidade, empatia, criatividade, flexibilidade e persuasão. O gerente naturalmente são analistas ou planejadores. Os analistas se caracterizam especialmente pela exatidão, perfeccionismo, precisão, distanciamento e bom senso. Os planejadores, por sua vez, são organizados, formais, moderados e controlados (IBC, 2017).

Diante dessa abordagem ratificamos que a liderança e a gerência caminham juntas, uma liderança que além de motivar, tem bons relacionamentos, sabe fazer, tem conhecimento e suas competências se sobressaem juntos com a da sua equipe. “Este tipo de profissional é muito requisitado pelas empresas devido a sua capacidade de entregar mais

resultados com menos recursos, em curto espaço de tempo” (IBC, 2017).

Os estudos apontam vários tipos de liderança que comumente já ouvimos falar, mas, há uma que tem tomado espaço nas organizações pela suas competências e resultados nos processos com foco nas pessoas, a Liderança Gerencial.

Desenvolver e aperfeiçoar a liderança deveria ser uma busca de todas as pessoas, independentemente da posição funcional que ocupa na organização, “todos os profissionais que almejam resultado e crescimento na carreira deve se preocupar com esta capacitação. (...) Aquele que possui as competências de um bom líder (...) consegue conquistar ascensão profissional” (IBC, 2017).

A liderança gerencial é considerada uma liderança moderna que unifica as definições de liderança e gerência, que um completa o outro e que não se trabalha isoladamente, realiza planejamentos, planos de ações e análises do cenário mercadológico para orientar e conduzir seus colaboradores com foco na lucratividade e rentabilidade, além claro de propiciar um bom clima organizacional, bons relacionamentos e boa comunicação. “Trata-se de um líder que desempenha seu papel com competências gerenciais, ou seja, ele possui foco tanto em pessoas quanto em processos” (IBC, 2017).

Diante desta nova forma de liderar, a liderança gerencial tem se tornado alvo dos especialistas das mais diversas áreas, seja da psicologia organizacional e do trabalho ou da administração, uma vez que as empresas estão cada vez mais tendo o foco nas pessoas resultando em comportamentos e atitudes profissionais e pessoais desejados ou adequados pelas empresas para alcance dos resultados.

O líder tem o papel de identificar as potencialidades de cada profissional, e assim, formar equipes suscetíveis a mudanças e empenhadas a buscar seus objetivos, estando atentas ao ambiente e aos resultados organizacionais. O

Líder é uma referência para toda a equipe, ele tende a tomar decisões assertivas de olho no sucesso da organização e no bem de todos os envolvidos no processo” (IBC, 2017).

Devido ao aumento da competitividade adquirida pela escassez da demanda no mundo dos negócios, as organizações ofertantes de serviços e produtos estão sendo obrigadas a se inovarem e isso inclui adotarem novas formas de gestão e liderança. “Liderança e administração são dois sistemas de ação complementares, necessários ambos para o êxito de um negócio [...]. A liderança complementa a administração, não a substitui” (REDDIN apud CHIAVENATO, 2016, p. 249).

Diante desse contexto, é preciso compreender que somente a liderança motivacional e relacional não atinge resultados, o líder precisa ser dotado também de competências gerenciais e habilidades comportamentais e humanas, é um indivíduo completo no mundo corporativo, e isso inclui ter inteligência emocional, essa é a nova exigência mercadológica.

“Líderes verdadeiramente eficientes se distinguem por um alto grau de inteligência emocional, que abrange autoconhecimento, autocontrole, motivação, empatia e habilidade social” (GOLEMAN, apud CHIAVENATO, 2016, p. 262), dessa forma se ratifica que a liderança com as qualidades tradicionais sozinhas já não é suficiente para as organizações e para os resultados.

Para Goleman apud Chiavenato (2011, p. 196) “a inteligência emocional representa uma condição essencial para a liderança [...] entender bem sua própria constituição emocional e das outras pessoas para direcioná-las no rumo certo para a realização dos objetivos da empresa”, proporcionando a satisfação do colaborador, mediante a compreensão e valorização de suas emoções em busca de atendê-las.

Goleman apud Chiavenato (2016) percebeu que líderes eficazes são parecidos sob um aspecto fundamental: todos tem um alto grau de inteligência emocional, condição essencial para a liderança.

“A organização e a Gestão de Pessoas devem fomentar a liderança, desenvolver líderes e liderados, identificar aqueles que têm potencial para a liderança e cultivá-los como recursos de valor” (GALBRAITH, 1995, p. 72). As organizações devem buscar exatamente isso, identificar e desenvolver seus integrantes a partir dos conhecimentos e competências, visando à potencialidade e compromisso de seus membros e consequente aumento de produtividade e satisfação no trabalho.

As empresas estão tomando ciência da importância desse líder para seus resultados, sabem que somente por meio de pessoas conseguem um negócio viável. Uma boa liderança gerencial requer acompanhamento constante do trabalho desempenhado pela equipe, a realização de *feedbacks*, a delegação de tarefas com sabedoria e equilíbrio, a valorização do talento e o aprimoramento das habilidades do colaborador.

Gerir pessoas constitui, sobretudo, saber identificar corretamente como cada um reage nas diferentes situações e mudanças impostas por fatores internos e externos que fazem parte do expediente de qualquer corporação. As lideranças precisam entender bem as capacidades e exigências de seus liderados para relacioná-las ao contexto atual e desenvolver tarefas, delegar responsabilidades e tomar decisões mais assertivas (IBC, 2011).

Para liderar é preciso ter orientação para as pessoas, pois são elas as propiciadoras dos processos organizacionais. Sem uma boa capacidade para gerir pessoas não é possível pensar em resultados e tão pouco em excelência. Sem a eficaz gestão de pessoas não é possível exercer a liderança. (CPT – CENTRO DE PRODUÇÕES TÉCNICAS, 2017).

É importante que todo líder tenha um mapeamento das competências de seus colaboradores e diante dessas competências estabelecer os desafios adequados para cada um. “O líder precisa compreender o contexto no qual ele exerce sua liderança” (CELESTINO, 2016, p. 50)

estabelecendo dessa forma uma relação de confiança com seus colaboradores, tendo o *feedback* como parte integrante dessa relação.

“O *feedback* sempre deve ser voltado com foco no desenvolvimento da pessoa” (CELESTINO, 2016, p. 108). Para passar um *feedback* positivo ou negativo ao colaborador é necessário cautela, respeito e cuidado com as palavras, pois, o *feedback* é uma forma de aperfeiçoamento das suas competências e habilidades.

“Para aprender a dar *feedback*, o gerente deve ter uma preocupação profunda em respeitar as pessoas. [...] Tão grave quanto não conhecer as práticas de *feedback* é o líder utilizá-lo para dar ao liderado uma falsa sensação de alto desempenho” (CELESTINO, 2016, p. 109). O bem-estar no trabalho está relacionado diretamente as emoções e experiências que o colaborador vivencia na organização.

“Dar um *feedback*, tendo como foco o desenvolvimento dos profissionais, e não sua repreensão eleva a qualidade de vida de todos os envolvidos” (CELESTINO, 2016, p. 124), evoluindo não só um indivíduo, mas, toda uma equipe integrada por meio das relações humanas e da comunicação, proporcionando um ambiente participativo e respeitoso. A base do trabalho de cada líder está na sua equipe, é com ela que se chega aos resultados, é a união das competências dotada de habilidades.

Para Goleman (2008, p. 116) “todo líder precisa de uma tríade da consciência – interna, no outro e externa”, por meio dessa tríade é possível exercer a liderança pelo equilíbrio da consciência na tomada de decisões, sendo a empatia um fator predominante quando se tratar do outro. “Evoluir como líder não significa endurecer como pessoa. Nenhuma experiência é mais gratificante que desenvolver seres humanos, especialmente formar outros líderes (CELESTINO, 2017, p. 124), sendo o *feedback* um grande momento para isso.

Em um ambiente extremamente competitivo com pouca demanda e muita oferta, as organizações precisam formar e desenvolver

sua equipe em acordo com os planos de ações desenvolvidos, “a liderança é um processo contínuo de escolha que permite ao grupo caminhar em direção a sua meta. [...] ao ajudar o grupo a lidar com escolhas, a liderança passa a ser uma questão de tomada de decisões do grupo” (CHIAVENATO, 2005, p. 185).

Ter e manter uma equipe focada, colaborativa, engajada, comprometida, cumprindo e respeitando a missão e os objetivos organizacionais é responsabilidade do líder, “a boa condução da equipe, seu aperfeiçoamento serão inúteis para os resultados se não formos capazes de, antes de tudo formarmos a equipe adequada e de a mantermos sempre renovada e consistente com os objetivos da empresa” (LACOMBE, 2011, p. 36).

Uma equipe para caminhar e atingir os objetivos precisa ser bem orientada e competente, motivada pelo trabalho, sendo a liderança gerencial atuante de acordo com as características de cada equipe, “os líderes apresentam diferentes maneiras de dirigir uma equipe” (CHIAVENATO, 2005, p. 196). Toda organização tem um propósito a cumprir, mas, somente a organização dotada de liderança vai compreender que se atinge metas por meio do desempenho da equipe. Todos são responsáveis pela sobrevivência da empresa e isso inclui líderes e liderados, é uma corresponsabilidade. “A principal habilidade gerencial é a liderança. [...] necessária em todas as atividades e em todos os tipos de organização humana” (CHIAVENATO, 2005, p. 307).

O líder gerencial por buscar resultados através das pessoas e de suas competências, precisa também dotar-se de habilidades técnicas, humanas e conceituais, sendo a habilidade técnica um domínio e conhecimento especializado de alguma atividade realizada pelo colaborador e por si mesmo e, detentor do conhecimento de todo o processo executado para possíveis decisões acerca dos resultados da empresa (CHIAVENATO, 2005).

Na habilidade humana remete-se a capacidade de relacionar-se com os membros da equipe por meio do esforço de cada um para o

direcionamento dos objetivos estabelecidos, além de criar um ambiente de trabalho harmonioso e seguro, compreendendo que as pessoas precisam além de apresentar resultados, ser encorajadas e motivadas por meio de uma comunicação efetiva, clara e assertiva, proporcionando a estabilidade emocional, principal característica da habilidade humana principalmente quando são submetidos a cobranças e à pressão.

Na habilidade conceitual o líder “tem que saber conviver, compreender e lidar com as situações complexas e ambíguas. Isto requer maturidade, experiência e capacidade para analisar pessoas e situações” (CHIAVENATO 2005, p. 182). A habilidade conceitual diz respeito à capacidade que este tem que ter em identificar situações atípicas na organização, com base nelas, tomar decisões acertadas, seja por fatores internos ou externos, o mesmo tem uma visão ampla e geral da organização e de seu cenário mercadológico.

“O líder é um fenômeno grupal, funcional, ele existe em determinada circunstância e lugar histórico e não de forma descontextualizada” (ZANELLI, 2004, p. 367), isso acontece devido ao seu cotidiano na organização, permitindo-o enxergá-la de forma integrada e não isolada, assim como, com os seus membros, que por ser um fenômeno grupal podem ser compreendidos como equipes de trabalho efetivas e integradas.

A partir dessa observação, Zanelli (2004) acredita que para a realização da efetividade das equipes de trabalho acontecerem existem três critérios fundamentais a se considerar: os resultados produtivos do trabalho, a satisfação do membro e a sobrevivência da equipe que está diretamente ligada à sobrevivência da empresa. “Gerenciar com as pessoas e a principal consequência da gerência participativa” (CHIAVENATO, 2005, p. 182).

Para os resultados produtivos do desempenho Nadler apud Zanelli (2004) esclarece que se o produto do desempenho da equipe não possui características que o tornem pelo menos aceitável, então, não é

possível afirmar que a equipe teve sucesso na execução da tarefa incumbida, devendo o líder gerencial realizar esse acompanhamento e diagnosticar o acontecido, para tornar cada vez mais uma equipe produtiva e eficiente.

Na satisfação dos membros o autor se manifesta quanto à satisfação das necessidades individuais, para que estas sejam satisfeitas e não frustradas, desenvolvendo padrões de comportamentos construtivos, atingindo o bem-estar dos membros e conseqüente satisfação dos objetivos pessoais e profissionais.

Em relação à efetividade das equipes o autor sustenta os processos sociais que envolvem o trabalho como responsáveis por manter ou incrementar a sobrevivência de uma equipe de trabalho, por meio do relacionamento e interação social. “A efetividade da equipe de trabalho depende, em grande parte, do cenário em que ela está inserida” (ZANELLI, 2004, p. 376).

## **2. METODOLOGIA**

Segundo Severino (2006, p. 145):

A metodologia são as explicações minuciosas, detalhadas, rigorosas exatas de toda ação desenvolvida no método (caminho) do trabalho de pesquisa. É a explicação do tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista etc.), do tempo previsto, da equipe de pesquisadores e da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utilizou no trabalho de pesquisa.

Para essa compreensão foram realizadas pesquisas bibliográficas e de conteúdo de natureza qualitativa, pelo método dedutivo, com fins exploratórios, uma vez que, segundo René Descartes (1596-1650) o Método Dedutivo apresenta-se a partir da matemática e de suas regras de evidência, análise, síntese e enumeração. Esse método parte do



geral e, a seguir, desce para o particular. Quanto à natureza, a pesquisa foi de cunho qualiquanti que segundo Queiroz (2006 apud CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011) existem duas definições metodológicas da pesquisa em ciências humanas, a quantitativa (visão realista/objetivista) e qualitativa (visão idealista/subjetivista).

Fonseca (2002, p. 20) esclarece que:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Quanto aos fins, explicativa. Este tipo de pesquisa preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2007). Quanto aos meios, bibliográfico, segundo Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Como procedimento de análise, utilizou-se a análise estatística e de conteúdo. Segundo Bardin (1979, p. 42), “a análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens”.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização desse artigo compreendeu-se que a liderança gerencial tem grande impacto nas organizações, principalmente por meio do aperfeiçoamento de uma equipe altamente eficaz, dotada de competências, habilidade e atitudes. Ter uma liderança gerencial à frente das organizações acompanhando os resultados gerados pelo desempenho, compromisso e responsabilidade da equipe contribuem para o alcance dos objetivos organizacionais, profissionais e pessoais, ressaltando a importância dos relacionamentos, da motivação e do bem-estar no trabalho, proporcionados pelo reconhecimento das pessoas para com os resultados da organização. Compreende o colaborador na sua forma mais integrada, buscando desenvolvê-lo não somente para o campo do trabalho, mas, para o campo da vida.

A liderança gerencial demonstra de acordo com as pesquisas bibliográficas que sua maior característica por liderar com foco nas pessoas é a inteligência emocional, atestando que as emoções fazem parte do trabalho e que as pessoas são movidas por ela, influenciando diretamente no seu desempenho e, ao *feedback* que se repassado de forma positiva contribui para o desenvolvimento do indivíduo e da equipe. Esse tipo de liderança busca desenvolver e preparar colaboradores para o desenvolvimento de suas atividades, capazes de gerenciar possíveis crises e conflitos que possam vir a surgir no ambiente interno ou externo da organização.

Atualmente o líder gerencial é respeitado por deter competência e habilidade para gerenciar os processos com o olhar nas pessoas. É um profissional que além de inspirar e planejar, treina as pessoas para o desenvolvimento de sua habilidade e competências, tendo em vista que esse treinamento é acompanhado de perto por esse líder que busca formar constantemente equipes com alto desempenho.

É uma liderança que identifica as potencialidades do indivíduo, que forma equipes dispostas a mudanças e focadas nos objetivos, que toma decisões acertadas preocupando-se sempre com o bem-estar dos envolvidos no processo para obtenção do sucesso organizacional. O líder gerencial é um profissional completo, pois, cuida dos talentos da organização, motiva-os, inspira-os, ensina, corrige, cobra, acompanha o seu desempenho e dos demais, respeita, aperfeiçoa, desenvolve as pessoas, é dotado de competências técnicas, comportamentais, e de relacionamento, conquista com essas habilidades o resultado que deseja e o que a empresa dele espera.

Considera-se que essa forma de liderar é a mais recente forma de gerir e conduzir uma organização, pois, capacita seus colaboradores para o desenvolvimento de suas atividades de acordo com suas respectivas competências, extrai o melhor de cada profissional, gerencia processos de trabalho, delega tarefas sem nunca esquecer que a realização e excelência da entrega desses resultados depende única e exclusivamente das pessoas e de como elas se sentem em relação à organização que estão inseridas, para se ter foco nos resultados, antes precisa-se focar nas pessoas, estreitando a relação entre indivíduo e a organização.

## REFERÊNCIAS

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Liderança: administração do sentido**. São Paulo: Atlas, 1994.

CARDOSO, Carlos Cabral. CUNHA, Miguel Pina. CUNHA, Rita Campos. GOMES, Jorge F.S. REGO, Arménio. **Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano**. © Edições Sílabo, Lda. 3ª Edição – Lisboa, setembro de 2015.

CAVALCANTI, V. L. **Liderança e motivação**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CELESTINO, SILVIO. **O líder transformador: Como transformar pessoas em líderes**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas**: Elsevier, 2005.

CPT – Centro de Produções Técnicas. **Liderança Gerencial: como desenvolver habilidades de liderança**. Disponível em: <http://www.empregoerenda.com.br/ideias-de-negocios/cursos/2490-curso-lideranca-gerencial-caracteristicas-de-um-lider>. Acesso em: 12 set. 2017.

DUTRA, Joel Souza. **Administração de carreira: uma proposta para repensar a gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 1996. 172 p.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2011.

DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2002.

FISCHER, A.L. **Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas**. In: Fleury, M.T.L (Coord.). **As pessoas na organização**, São Paulo: Gente, 2002.

GALBRAITH, J. R. **Organizando para competir no futuro.** São Paulo: Makron Books, 1995.

GIL, A. C. **Gestão de pessoas:** enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

GIRARDI, Dante; de Souza, Irineu Manoel; de Freitas Girardi, Júlia. **O processo de liderança e a gestão do conhecimento organizacional:** as práticas das maiores indústrias catarinenses. Revista de Ciências da Administração, vol. 14, núm. 32, 2012, pp. 65-76 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil.

GOLEMAN, Daniel. **Liderança:** a inteligência emocional nas formação de um líder de sucesso. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

IBC: Instituto Brasileiro de Coaching. **Liderança e motivação:** Liderança Gerencial. Disponível em <http://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/lideranca-gerencial-desenvolvimento/>. Acesso em: 10 set. 2017. I

\_\_\_\_\_. **Liderança e motivação:** Funções do Líder Gerencial. Disponível em: <http://www.ibccoaching.com.br/portal/lideranca-e-motivacao/funcoes-lider-gerencial>. Acesso em: 10 set. 2017.

LACOMBE, Francisco José Masset. **Recursos Humanos:** princípios e tendências. 2.ed.. São Paulo: Saraiva, 2011.

LEE, Nancy R. **A prática da liderança gerencial.** Editorial El Escriba 2010.

LEITE, L. A. M. da C. et al. **Consultoria em gestão de pessoas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARRAS, J. P. **Administração de recursos humanos:** do operacional ao estratégico. 3. ed. São Paulo: Futura, 2000.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas em empresas inovadoras.** São Paulo: Futura, 2005.

MAXWELL John C. **O livro de ouro da liderança**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. **Líder 360°**: como desenvolver seu poder de influência a partir de qualquer ponto da estrutura corporativa. Rio de Janeiro : Thomas Nelson Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **As 21 irrefutáveis leis da liderança**: siga estas leis para que as pessoas o sigam. 1ª Edição: Setembro 2008.

\_\_\_\_\_. **Você nasceu para liderar**: o maior treinador de líderes da atualidade ensina os segredos para desenvolver o líder que existe em você. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

NETO. José Lourenço de Sousa. **Liderança na Organização que Aprende**. Disponível em:[http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/CF2A9313943B0C250325702B0048983D/\\$File/NT000A9376.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/CF2A9313943B0C250325702B0048983D/$File/NT000A9376.pdf) Acesso em: 08 set/2017.

PAES, Kete Duarte. **Gestão de Pessoas**. Natal. Edunp, 2011. 228 p.

PEREIRA, Odair. **Liderança**: mais um modismo? Disponível em: [http://www.catho.com.br/jcs/inputer\\_view.phtml?id=5832&print=1](http://www.catho.com.br/jcs/inputer_view.phtml?id=5832&print=1). Acesso em: set/17.

SACCHETTO, Douglas. **Estudo sobre a liderança**: histórico e etimológico. 2016. Disponível em <http://contabilidadepapyrus.com.br/estudo-sobre-lideranca/> . Acesso em 09 set. 2017.

**SBC**: Sociedade Brasileira de Coaching. Disponível em <<https://www.sbcoaching.com.br/coaching/lideranca-gerencial>>. Acesso em: 10 set. 2017.

TADEUCCI, Marilsa de Sá Rodrigues. **Motivação e Liderança**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.





[www.editoraigm.com.br](http://www.editoraigm.com.br)

+55 (11) 94205-8079

Este livro foi elaborado pela Editora  
IGM de Quirinópolis, GO, em papel  
Pólen 80g, fonte Cambria.

---

*A revisão e autoria desta obra é de responsabilidade dos autores.*